

Processo de Revisão

**planoDiretor**

Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

# Juatuba



---

MATERIAL DE TRABALHO

PERFIL MUNICIPAL

---



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização distritos, povoados e localidades, Juatuba.....	18
Figura 2: Taxa de crescimento demográfico (% ao ano) – Juatuba, 2000/2016 .....	22
Figura 3: Unidades domésticas, segundo tipo (%), Juatuba, 2010 .....	23
Figura 4: População residente, segundo faixa etária (%), Juatuba – 2010 .....	24
Figura 5: População residente, segundo faixa etária e sexo (%), Juatuba, 2000/2010.....	25
Figura 6: População residente, segundo cor ou raça declarada (%), Juatuba - 2010.....	26
Figura 7: Indicadores demográficos selecionados, Juatuba – 2010.....	27
Figura 8: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução (%), Juatuba - 2010.....	28
Figura 9: Fluxo escolar, por faixa etária (%), Juatuba - 2010.....	29
Figura 10: Índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB – Juatuba, 2007/2015.....	31
Figura 11: IDHM, segundo dimensões – Juatuba, 1991/2010 .....	33
Figura 12: IDHM, segundo dimensões, Juatuba, 2010 .....	34
Figura 13: Árvore do IDHM, Juatuba, 2010 .....	35
Figura 14: População segundo situação de pobreza (%) – Juatuba, 2010 .....	36
Figura 15: Renda per capita média (em R\$) – Juatuba, 2000/2010.....	37
Figura 16: Renda per capita média (em R\$) – Juatuba, 2010.....	38

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

Figura 17: Vulnerabilidades associadas (%) – Juatuba, 2010.....	39
Figura 18: Comparativo IVS, segundo dimensões – Juatuba, 2010 .....	42
Figura 19: Prosperidade social nos municípios brasileiros - 2010 .....	43
Figura 20: Famílias cadastradas, segundo faixa de renda domiciliar per capita mensal (%) – Juatuba, 2017.....	45
Figura 21: Valores anuais repassados pelo Programa Bolsa Família – Juatuba, 2004 / 2015.....	46
Figura 22: Macrozoneamento do município de Juatuba.....	68
Figura 23: Zona de Especial 1 no município de Juatuba .....	70
Figura 24: Reservas legais cadastradas no CAR .....	71
Figura 25: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Juatuba.....	80
Figura 26: Tipos e ocupação de domicílios, Juatuba .....	81
Figura 27: Taxa de vacância fundiária, JuatubaFonte: UFMG, 2011 .....	82
Figura 28: Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), RMBH.....	85
Figura 29: Carta de Vulnerabilidade Natural, Juatuba.....	87
Figura 30: Composição déficit habitacional, Juatuba .....	90
Figura 31: Domicílios precários, Juatuba .....	91
Figura 32: Índice de Bem Estar Urbano Local, RMBH .....	95
Figura 33: Índice de Bem-estar Urbano Local, Mobilidade, RMBH .....	96
Figura 34: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Ambientais Urbanas, RMBH .....	97

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

Figura 35: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Habitacionais, RMBH .....	98
Figura 36: Índice de Bem-estar Urbano Local, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos .....	99
Figura 37: Índice de Bem-estar Urbano Local, Infraestrutura Urbana, RMBH	100
Figura 38: Zonas Especiais de Interesse Social, Juatuba.....	102
Figura 39: Taxa de motorização em 2004 e 2015 em Juatuba, Belo Horizonte, RMBH e Brasil .....	110
Figura 40: Taxa de mobilidade em 2002 e 2012 em Juatuba, Belo Horizonte e RMBH .....	113
Figura 41: Número de viagens realizadas entre Juatuba e outros municípios da RMBH, por origem e destino, em 2002 e 2012 .....	115
Figura 42: Mapa de destino dos deslocamentos intermunicipais com origem em Juatuba, anos de 2002 e 2012. ....	118
Figura 43: Distribuição das viagens produzidas em Juatuba por modo de transporte, em 2002 e 2012.....	120
Figura 44: Distribuição das viagens produzidas em Juatuba por motivo de sua realização, em 2002 e 2012. ....	122
Figura 45: Evolução do VAB Agropecuário, em mil reais, e em percentagem do VAB Total (2002-2014), Juatuba .....	126
Figura 46: Vínculos Ativos Total e no Setor Agropecuário (2002-2015), Juatuba .....	130
Figura 47: Participação do Setor Agropecuário nos Vínculos Ativos (2002-2015), Juatuba .....	131

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

Figura 48: Classificação dos Imóveis Rurais (2005), Juatuba.....	132
Figura 49: Distribuição Espacial do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Juatuba .....	134
Figura 50: polígonos cadastrados no DNPM situados em Juatuba e seu entorno .....	139
Figura 51: valor da produção mineral comercializada por município – 2013 ..	140
Figura 52: Cartograma da distribuição das minas por município – 2013 .....	141
Figura 53: Evolução do PIB a preços correntes (R\$ mil). Juatuba-MG e RMBH. 2004-2014.....	147
Figura 54: Composição setorial do PIB em percentuais do Valor Adicionado Bruto. Juatuba e RMBH. 2004, 2014.....	148
Figura 55: Distribuição setorial (%) do emprego formal. Juatuba, RMBH. 2007, 2011 e 2015.....	151
Figura 56: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Juatuba. 2000.....	157
Figura 57: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Juatuba. 2010.....	157
Figura 58: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2000.....	158
Figura 59: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2010.....	159
Figura 60: Evolução do PIB per capita. 2010-2013. Juatuba e RMBH.....	163
Figura 61: Evolução da Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2016), Juatuba .....	167

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

Figura 62: Evolução das Transferências Municipais do FPM e ICMS (2013-2016), Juatuba.....	168
---	-----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: População distritos, povoados e localidades, Juatuba, 2010 .....	22
Quadro 2: Matrículas na rede municipal, segundo nível – Juatuba, 2013/201530	
Quadro 3: Índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM – dimensões e indicadores .....	32
Quadro 4: Índice de vulnerabilidade social - IVS – dimensões e indicadores componentes .....	41
Quadro 5: Programa Bolsa Família - Benefícios repassados, segundo tipo – Juatuba, 2017 .....	46
Quadro 6: Valores mensais repassados pelo Programa Bolsa Família – Juatuba, março 2016 / fevereiro 2017 .....	47
Quadro 7: Conselhos de políticas públicas e legislação de criação – Juatuba, 2017 .....	50
Quadro 8: Bens Protegidos do município de Juatuba, 2017 .....	52
Quadro 9: Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural .....	53
Quadro 10: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002 .....	54
Quadro 11: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002 .....	54
Quadro 12: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2016 .....	55
Quadro 13: Repasse total de ICMS ecológico para o município de Juatuba ....	72
Quadro 14: Outorgas de direito de uso de recursos hídricos no município de Juatuba .....	74

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

Quadro 15: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Juatuba....	79
Quadro 16: Resultados Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), Juatuba...	85
Quadro 17: Dados indicadores da capacidade de planejamento e gestão da mobilidade urbana no município de Juatuba. ....	105
Quadro 18: Dados sobre oferta de transporte público e polos atratores de viagens em Juatuba.....	106
Quadro 19: Frota de veículos em 2004 e 2015 e sua variação em Juatuba, Belo Horizonte, RMBH e Brasil.....	109
Quadro 20: Viagens cotidianas realizadas em Juatuba, Belo Horizonte e RMBH em 2002 e 2012.....	112
Quadro 21: Divisão percentual das viagens com origem em Juatuba, por destino da viagem, em 2002 e 2012.....	115
Quadro 22: Divisão dos destinos das viagens com destino a Juatuba, por origem da viagem, em 2002 e 2012 .....	116
Quadro 23: Distribuição das viagens com origem em Juatuba e destino a outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.....	117
Quadro 24: Quadro comparativo da Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar, Juatuba .....	133
Quadro 25: Evolução de Quantidade de Contratos e Crédito destinado ao PRONAF (2010-2015), Juatuba .....	135
Quadro 26: Repasses Financeiros do PNAE (2012 - 2015), Juatuba.....	136
Quadro 27: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM no município de Juatuba .....	142
Quadro 28: PIB a preços correntes. 2004 - 2014. Juatuba e RMBH.....	146

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

Quadro 29: Valor Adicionado Bruto por setores (R\$ mil). Juatuba e RMBH. 2004, 2014.....	149
Quadro 30: Distribuição setorial (%) da mão de obra formal empregada. Juatuba, RMBH. 2007, 2011, 2015. ....	150
Quadro 31: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. Juatuba. 2005 - 2015.....	153
Quadro 32: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. RMBH. 2005 - 2015.....	156
Quadro 33: Pessoas com 10 anos ou mais por faixa de rendimento nominal e variação percentual. 2000, 2010. Juatuba e RMBH.....	160
Quadro 34: PIB per capita, variação percentual e taxa de crescimento anual. 2010 - 2013. Juatuba e RMBH. ....	163
Quadro 35: Índices de GINI, R1040, PIND, PPOB, Corte 1 e Corte 9 - Atlas do Desenvolvimento Humano. 2000, 2010. Juatuba, RMBH e Brasil. ....	164
Quadro 36: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2017), Juatuba.....	167

## SUMÁRIO

LEVANTAMENTO DOS DADOS E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	11
1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS.....	11
2 ASPECTOS HISTÓRICOS, INSERÇÃO REGIONAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA .....	14
2.1 História do município e formação político-administrativa .....	14
2.2 Inserção regional.....	17
3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS .....	21
3.1 Perfil demográfico .....	21
3.2 Condições sociais e desenvolvimento humano .....	27
3.1. Vulnerabilidade social .....	35
3.2. Organização social e associativismo .....	48
4 CULTURA E PATRIMÔNIO .....	51
4.1 Patrimônio Cultural.....	51
4.2 Política cultural e diversidade .....	57
5 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO .....	66
5.1 Informações sobre a gestão ambiental municipal e instrumentos ambientais .....	67
5.2 Enquadramento e uso de recursos hídricos .....	72
5.3 Conflitos ambientais.....	74
5.4 Informações sobre o Saneamento Básico.....	75
6 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO .....	77
6.1 Dinâmica Imobiliária.....	77
6.2 Zoneamento ecológico-econômico .....	83
7 HABITAÇÃO.....	88

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

7.1	Quadro Habitacional .....	88
7.2	Produção habitacional de interesse social.....	92
7.3	Bem-estar urbano .....	93
7.4	Zonas Especiais.....	101
8	MOBILIDADE URBANA .....	103
8.1	Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.....	104
8.2	Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação .....	108
8.3	Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo .....	114
9	AGRICULTURAS .....	123
9.1	Produção.....	124
9.2	Emprego.....	129
9.3	Estrutura Agrária .....	132
9.4	Transferências Governamentais e Crédito Rural.....	134
10	MINERAÇÃO.....	137
10.1	Repercussões regionais da atividade minerária no município de Juatuba e seu entorno imediato .....	138
10.2	A atividade minerária no território municipal de Juatuba .....	141
11	ASPECTOS ECONÔMICOS.....	143
11.1	Produção.....	144
11.2	Emprego e Renda.....	149
11.3	Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade .....	161
11.4	Finanças Públicas .....	166
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	169

## **LEVANTAMENTO DOS DADOS E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

### **1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS**

O documento que ora se apresenta consiste no relatório de levantamento de dados secundários do município de Juatuba, Minas Gerais. Os dados foram levantados entre dezembro de 2016 e março de 2017 e tiveram como objetivos principais:

- Conhecer a realidade do município, em termos de suas características demográficas, socioeconômicas, ambientais, culturais, de infraestrutura e outras;
- Identificar e caracterizar os diversos territórios de Juatuba;
- Municiar o Grupo de Acompanhamento de informações e conhecimento específico para sua atuação no município e para uma participação qualificada na leitura comunitária que virá na próxima etapa do trabalho;
- Fornecer informações para a população, consolidadas em um único volume, a respeito das principais características do município, a serem disponibilizadas no Espaço Plano Diretor;
- Subsidiar a atuação da equipe da UFMG, nas mais diversas temáticas, nos trabalhos de revisão do Plano Diretor.
- Subsidiar a elaboração das audiências em forma de oficina;

Para atingir os objetivos propostos foram levantados dados em fontes secundárias e primárias, tal como explicitado no anexo de metadados, posteriormente processados e analisados, de forma preliminar, pela equipe técnica da UFMG. Foram buscadas informações nas fontes oficiais, relativas a diversas temáticas e indicadores, especialmente indicadores demográficos; indicadores de moradia e qualidade de vida; cobertura de serviços públicos, infraestrutura e equipamentos sociais; meio ambiente e saneamento básico; atendimento de saúde, educação e assistência social; indicadores da economia municipal, bem como da situação de trabalho e renda; desenvolvimento

humano e vulnerabilidade social; associativismo e organização social; cultura, patrimônio, esporte, lazer e turismo.

As principais fontes para os dados secundários foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Ministério da Saúde – MS, Ministério da Educação – MEC, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/ONU; Fundação João Pinheiro – FJP; Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN; Ministério da Cultura – MINC; Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – SEBRAE e outros que tivessem dados e indicadores confiáveis e reconhecidamente úteis para a análise do município e suas condições sociais. Nesse escopo, buscou-se apresentar o dado mais recente disponível em cada fonte e, nos casos pertinentes e possíveis, uma comparação e análise da série histórica de alguns indicadores.

Buscou-se ainda apresentar, nos casos pertinentes, um olhar territorial, de forma a perceber-se as diferenças entre a sede e os distritos e as diversas regiões do município (urbana e rural). Nessa perspectiva, foram também introduzidos alguns mapas do município com as informações georreferenciadas.

Do ponto de vista das pesquisas em fontes primárias, foram aproveitados dados já levantados pela equipe dos LUME/UFMG entre 2014 e 2016, quando foram realizadas visitas a todos os municípios metropolitanos. Àquela época, foram entrevistados representantes públicos das áreas de cultura, turismo, esporte, lazer e assistência social, de forma a levantar informações sobre os principais equipamentos e serviços públicos prestados pela municipalidade. É importante destacar que tais informações serão complementadas, nos próximos meses, com levantamentos nos próprios municípios e dados aportados pelos parceiros locais, Prefeitura e membros do Grupo de Acompanhamento.

O relatório ora apresentado é estruturado em 10 capítulos, além desse primeiro capítulo de Introdução e Objetivos. O Capítulo 2 traz informações sobre a história do município e sua inserção regional, bem como a configuração político-administrativa de seu território. O Capítulo 3 caracteriza os aspectos culturais e relacionados ao patrimônio histórico e políticas de preservação, incluindo informações sobre as festas, eventos e manifestações locais, patrimônio tombado e equipamentos e espaços de cultura. O Capítulo 4 volta seu olhar para os indicadores demográficos do município e suas condições sociais, de desenvolvimento e de vulnerabilidade, além de um breve olhar preliminar sobre a organização social e o associativismo no município, buscando identificar principais entidades, organizações, conselhos e lideranças locais, que serão posteriormente convidadas a participar das atividades de revisão do Plano Diretor. O Capítulo 5 aponta as condições ambientais e de saneamento básico no município. O Capítulo 6 discorre sobre os elementos diretamente ligados ao uso e ocupação do solo, dinâmica imobiliária e equipamentos urbanos disponíveis à população, trazendo ainda uma listagem dos principais equipamentos públicos encontrados no município, como atendimento de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer. O Capítulo 7, por sua vez, apresenta as condições municipais no que é relativo à habitação, incluindo dados sobre a produção habitacional e o déficit local. O Capítulo 8 foca as condições de mobilidade no território municipal. Os três capítulos finais dedicam-se a um olhar sobre as atividades da Agricultura (Capítulo 9), Mineração (Capítulo 10) e Aspectos econômicos (Capítulo 11), neste último caso incluindo informações secundárias sobre o perfil da economia municipal, indicadores de trabalho e renda, principais atividades econômicas e finanças públicas. Os metadados e fontes de todas as informações secundárias apresentadas no presente volume constam em anexo, com uma breve descrição da qualidade dos dados e das lacunas a serem preenchidas na próxima etapa do trabalho.

## **2 ASPECTOS HISTÓRICOS, INSERÇÃO REGIONAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

Para compreender a situação do município e seu perfil, nos diversos aspectos que serão apresentados ao longo deste volume, é fundamental conhecer sua formação histórica e os importantes momentos e forças que contribuíram para a configuração atual de seu território.

Nessa perspectiva, buscou-se levantar as informações básicas disponíveis nas fontes oficiais relativas ao seu povoamento, desenvolvimento econômico, vinculação e formação político-administrativa ao longo dos anos até os dias de hoje.

Ao mesmo tempo, buscou-se enfatizar a inserção metropolitana de Juatuba, entendendo que a configuração regional e a participação do município neste contexto são fatores fundamentais no direcionamento de seu processo de desenvolvimento. Dessa forma, o presente capítulo apresenta também um breve panorama da RMBH e do vetor sudoeste, no qual o município se insere, apontando suas principais centralidades e tendências econômicas e de ocupação do território.

### **2.1 História do município e formação político-administrativa**

De acordo com informações constantes no Plano de Inventário de Juatuba (2014/2016), a ocupação da região está ligada ao ciclo do ouro, com a penetração das bandeiras vindas de Ouro Preto e Mariana, através da Serra de Santo Antônio (ou Serra de Santa Cruz). Assim,

os bandeirantes Fernão Dias, Borba Gato, Mateus Leme e outros, vindos destas cidades em busca do ouro, enfrentaram as dificuldades de atravessar o Rio Paraopeba e, fundaram os povoados de Mateus Leme e Esmeraldas.

No percurso destas bandeiras, em busca de um ponto de referência,

passavam por Juatuba que oferecia todas as condições para suas paradas. A cidade até hoje tem um traçado de “cruzamento entre caminhos”, de entroncamento, sendo um elo entre diversas cidades da região central do estado. (JUATUBA, 2014, p.16)

O nome do município tem origem indígena e significa o Sítio dos Juás (Juá - fruta colhida dos espinhos; e Tuba – local, sítio).

O povoado de Juatuba se desenvolveu de maneira mais consistente a partir da construção da Estrada de Ferro Pedro II, que depois 1889 passou a se chamar Estrada de Ferro Central do Brasil. O povoamento de Juatuba foi surgindo em torno da estação ferroviária da então Rede Mineira de Viação, às margens da linha Belo Horizonte – Garças de Minas, construída entre 1911 e 1916.

Na década de 1970, fundida com a Linha do Paraopeba, da Central do Brasil, a estação integrou o transporte suburbano da região metropolitana de Belo Horizonte, porém toda a linha para a capital mineira, em bitola métrica, foi inaugurada no dia primeiro de julho de 1911, compreendendo as estações de Carmo do Cajuru, Angicos, Itaúna, Azurita, Mateus Leme, Juatuba, Vinhático, Ponte Nova (parada), Vianópolis, Saraiva (parada), Capela Nova, Macaúba (parada), Ribeirão do Betim (parada), Imbiruçu (parada), Bernardo Monteiro, Camargos (parada), Berlarmino (parada), Gameleira (parada), Seminário (parada), Carlos Prates e Armazém de Cargas (parada). Na Gameleira, em Belo Horizonte, com a inauguração da linha de bitola larga da EFCB, em 1919, aproximavam-se as duas ferrovias que seguiam paralelas até a Praça Rui Barbosa, local de suas estações principais em Belo Horizonte. Apenas um ano depois da inauguração desta linha, a EFOM já mantinha trens com frequência diária, de Belo Horizonte para todas as suas linhas, inaugurando, nas décadas seguintes, novas estações, paradas e postos telegráficos ao longo da linha (JUATUBA, 2014, p.18).

Como entroncamento ferroviário, o município se beneficiou com atividades ligadas à logística e transporte, em especial, àquela época, ao escoamento do gado criado nos currais da região para abastecimento da cidade de Belo Horizonte.

A partir deste importante vetor de crescimento, a localidade inicia sua expansão urbana, com destaque para o período a partir dos anos de 1970, com o processo de industrialização.

Os passos decisivos para a atual configuração da cidade foram dados com a instalação da Cervejaria Brahma, hoje AMBEV (antiga Cervejaria Brahma), em 1972. A empresa ainda é considerada a maior fonte local de geração de empregos e de arrecadação de impostos. Também contribuiu para o processo de emancipação o início das atividades da Usina Térmica de Igarapé, da Cemig, em 1978. A usina, às margens do rio Paraopeba, ficou paralisada por um período, mas foi reativada em 1986. Outro ponto fundamental para que Juatuba se tornasse cidade foi a construção do Sistema Serra Azul (COPASA) responsável pelo abastecimento de água do município (JUATUBA, 2014, p.19).

Entretanto, é fundamental destacar a atividade agropecuária como fator do desenvolvimento local, especialmente representada pela plantação de eucaliptos e de café, além da criação de gado. No início da década de 1970,

o Instituto Brasileiro de Café iniciou uma campanha de implantação de uma nova economia de cafeicultura na região. Empresas como H. Ferreira Pinto Agropecuária, fazendeiros como Rui Saraiva, Juvenal Senra e outros, implantaram aproximadamente um milhão de covas de café. Foram gerados mais de 800 empregos diretos (uma revolução social e econômica, à época), incrementando, assim, o progresso e gerando diversas demandas na região (JUATUBA, 2014, p.20).

No que é relativo à sua formação político-administrativa, o ex-povoado foi transformado em distrito com a denominação de Juatuba, pela Lei nº 336, de 27-12-1948, subordinado ao município de Mateus Leme. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Juatuba figura no município de Mateus Leme, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1991.

Foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 10704, de 27-04-1992, desmembrado de Mateus Leme, constituído apenas do distrito sede, tendo seu primeiro prefeito empossado em janeiro de 1993.

É importante destacar que há mais de 20 anos havia o “Movimento Emancipativo de Juatuba” que questionava a divisão da arrecadação advinda da Brahma e demais indústrias com a Sede Mateus Leme. Em 15 de novembro de 1991 foi realizado um plebiscito que decidiu pelo desmembramento. Como consequência, o jovem município experimentou novo processo de crescimento:

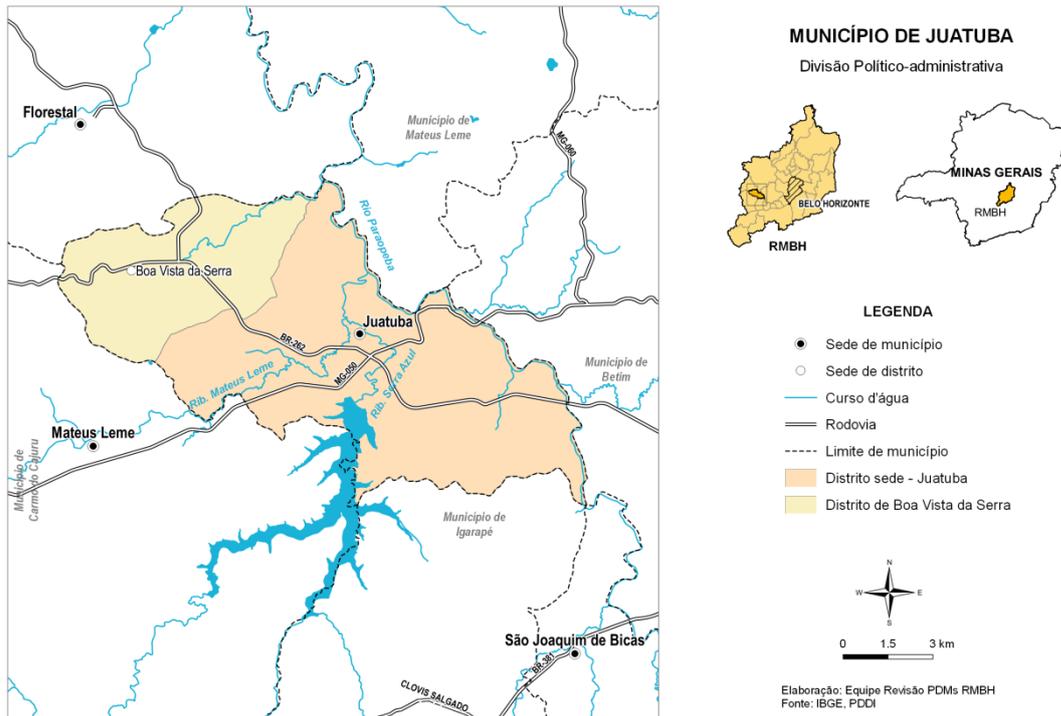
Tornando-se município, Juatuba conservou muitas de suas características tradicionais, mas começou a receber imigrantes à procura de empregos e mais qualidade de vida, o que ocasionou a formação de novos bairros. Ao mesmo tempo, o incremento nas receitas municipais proporcionou um salto no desenvolvimento municipal (JUATUBA, 2014, p.26).

Através da Lei Complementar nº 26/93, Juatuba e São José da Lapa, respectivamente desmembradas de Mateus Leme e de Vespasiano, passaram a fazer parte da RMBH.

## **2.2 Inserção regional**

Juatuba está situado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no chamado Vetor Oeste, também identificado como Eixo Industrial, em função da grande concentração de indústrias e serviços de apoio. A Figura abaixo traz a localização do município no contexto estadual e microrregional, distante 45 km da Capital Estadual. Atualmente é formado por seu distrito-sede e pelo distrito de Boa Vista da Serra.

**Figura 1: Localização distritos, povoados e localidades, Juatuba**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

Seus principais acessos são através das rodovias MG-050 (que corta o município), BR-262 e BR-381, rodovias duplicadas e administradas pela iniciativa privada, garantindo ao município boa acessibilidade rodoviária. Juatuba também possui ligação ferroviária em bitola larga (1600 mm) e bitola métrica (1000 mm). De acordo com o seu Plano de Inventário,

O município de Juatuba, pertencente à região metropolitana de Belo Horizonte, possui características híbridas, de cidade cosmopolita, adjunta aos grandes centros, ao mesmo tempo que preserva ares interioranos e peculiaridades culturais típicas das pequenas cidades mineiras. Dentre seus bens culturais relevantes, destaca-se a Estação Ferroviária, um símbolo da cidade que se caracteriza, ainda por ser um espaço “de passagem”, um encontro de caminhos que confluem para diversas cidades e microrregiões da zona central do estado de Minas Gerais (JUATUBA, 2014, p.5).

Juatuba se insere no vetor oeste da RMBH conforme a dinâmica de reestruturação territorial apontada pelo PDDI e atualizada pelo projeto do Macrozoneamento. O vetor oeste se caracteriza por uma dinâmica já tradicional ligada essencialmente ao desenvolvimento e à atividade industrial (sendo o principal eixo de expansão industrial da RMBH), especializada nos setores do complexo minero-metalúrgico-metal-mecânico. Essa concentração da atividade econômica produz, por sua vez, uma forte expansão imobiliária (muito ligadas à dinâmica de produção de habitações através do PMCMV) que se reflete numa expansão das demandas por urbanização, especialmente nos municípios próximos a Belo Horizonte, mas também no aumento da moradia informal e de baixa qualidade. Mais recentemente, o vetor vem experimentado também outras formas de produção imobiliária ligadas, principalmente, à dinâmica dos condomínios residenciais fechados.

O vetor oeste também experimenta o processo de descentralização de diversas cadeias produtivas que transbordam dos municípios tradicionais (como Contagem e Betim) em direção a outros municípios do eixo. Essa descentralização combinada com a própria expansão da atividade industrial – e de sua complexificação e intensificação tecnológica – se reflete na intensificação da atividade industrial em municípios antes menos dependentes da mesma bem como a reprodução de transbordamentos da atividade industrial (como a demanda por moradia e a intensificação do uso da infraestrutura viária). Nesse sentido, o vetor oeste apresenta cada vez mais uma diversificação produtiva, incluindo a oferta de serviços característicos de uma subcentralidade metropolitana bem como o desenvolvimento de setores de mais alta tecnologia (como de equipamento médicos, indústria farmacêutica e eletrônica). Ainda assim, setores de baixa e média complexidade tecnológica (como alimentos, móveis e têxteis) continuam importantes na região. Apesar de todo esse histórico industrial, o vetor também se caracteriza pela produção de hortaliças para a RMBH. Além disso, a atividade minerária em alguns municípios do vetor, e também, predominantemente, a expansão da urbanização são as principais fontes de conflito ambiental no vetor oeste que é um dos principais contribuintes para o abastecimento de água da RMBH.

O município de Juatuba sofre diretamente essa polarização e esse desdobramento do complexo industrial tradicional do vetor ao longo dos eixos de expansão viários da BR-262 e da MG-050, especialmente nas cadeias produtivas ligadas à indústria automobilística. Ainda assim, observa-se em Juatuba uma especialização produtiva industrial própria ligada principalmente à indústria veterinária. Essa concentração de atividade econômica atrai para o município atividade imobiliária que pressiona a expansão urbana, mas também uma intensificação da ocupação irregular e informal do território. Dessa forma, as principais fontes de investimento e projetos na região são ligados ao setor industrial.

Outra dimensão importante no município de Juatuba é sua inserção na dinâmica da produção agropecuária metropolitana, especialmente no setor de produção de hortaliças, sendo o município um importante fornecedor do CEASA. A significância da produção agropecuária no vetor oeste coloca Juatuba (que vem observando a participação da agropecuária no seu PIB crescer) entre a importante cadeia de produção e abastecimento de alimentos da RMBH. Essa produção, no entanto, tem características industriais de larga escala com o uso de insumos químicos, o que pode indicar um conflito entre a produção do setor e a preservação ambiental e hídrica.

Por fim, cabe destacar a presença da represa de Serra Azul, o que evidencia a importância do município para o abastecimento hídrico da RMBH, mas também intensifica a atenção para os possíveis e atuais conflitos entre as atividades econômicas desenvolvidas no município e a segurança hídrica da RMBH. Essa condição se agrava quando consideramos que o município se localiza em importante área de atividade de mineração que transbordam de um município para o outro. Ao mesmo tempo a presença da represa coloca em questão a necessidade de compatibilização entre ônus e bônus dos serviços ambientais prestados para a RMBH.

### **3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS**

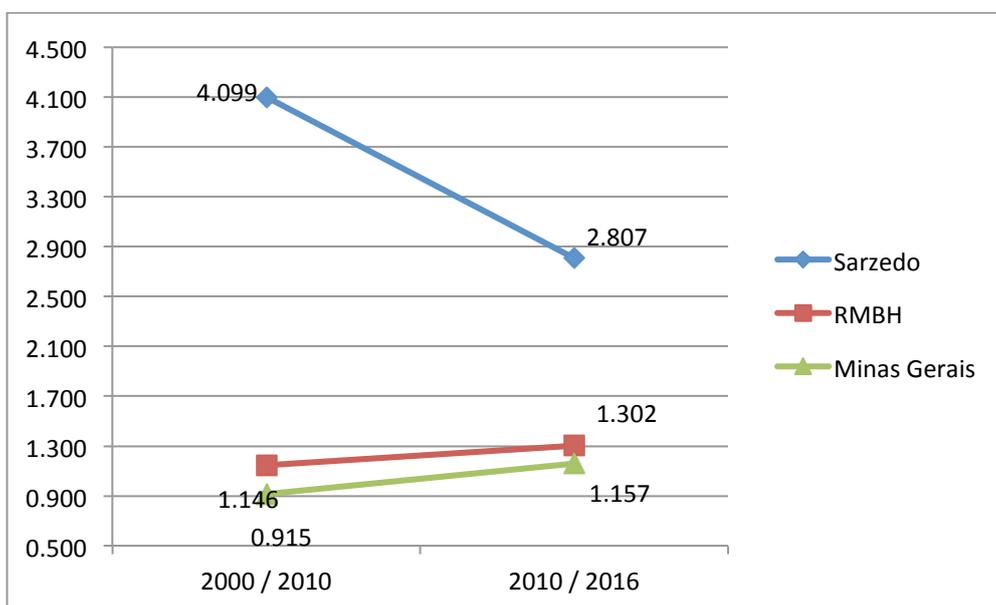
No processo de revisão do Plano Diretor de Juatuba, um dos momentos mais importantes é o conhecimento de sua situação atual, considerando as características de sua população, as necessidades e demandas dos moradores e os principais desafios a enfrentar na elaboração da nova legislação municipal. Nesse sentido, o presente capítulo fornece informações sobre o contexto municipal, a partir de suas principais características sociais, demográficas e de qualidade de vida, a partir de temas e indicadores selecionados, cujo detalhamento e Fontes podem ser vistos no Anexo descritivo dos metadados.

#### **3.1 Perfil demográfico**

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, Juatuba possuía população estimada de 22.202 habitantes (IBGE 2010), número este que chega a 25.490 pessoas em 2016, segundo a mais recente Estimativa da População (IBGE 2016). Tais números indicam um intenso e contínuo processo de crescimento demográfico nos últimos anos (ainda que em ritmo inferior ao experimentado entre 2000 e 2010).

Como se vê na Figura que se segue, Juatuba tem crescido acima da média metropolitana e estadual em todo o período analisado, fator este decorrente da migração e da própria dinâmica metropolitana, e não do crescimento vegetativo de sua população. Entre 2010 e 2016 a população juatubense cresceu em ritmo de 2,23% ao ano, o dobro da média de Minas Gerais.

**Figura 2: Taxa de crescimento demográfico (% ao ano) – Juatuba, 2000/2016**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

O Quadro abaixo traz a população total do município segundo localização urbana e rural para o ano de 2010. Como se vê, a população urbana representava mais de 98% da população total, percentual este bem acima da média estadual e acima, inclusive, da média metropolitana.

**Quadro 1: População distritos, povoados e localidades, Juatuba, 2010**

Distritos	Povoados e localidades	População			
		Urbana	Rural	Total	%
<b>Sede</b>	Sede	19.650	247	19.897	89.6%
<b>Boa Vista da Serra</b>	Sede	2.177	128	2.305	10.4%
<b>Total</b>		21.827	375	22.202	100.0%
<b>%</b>		98.3%	1.7%	100.00%	

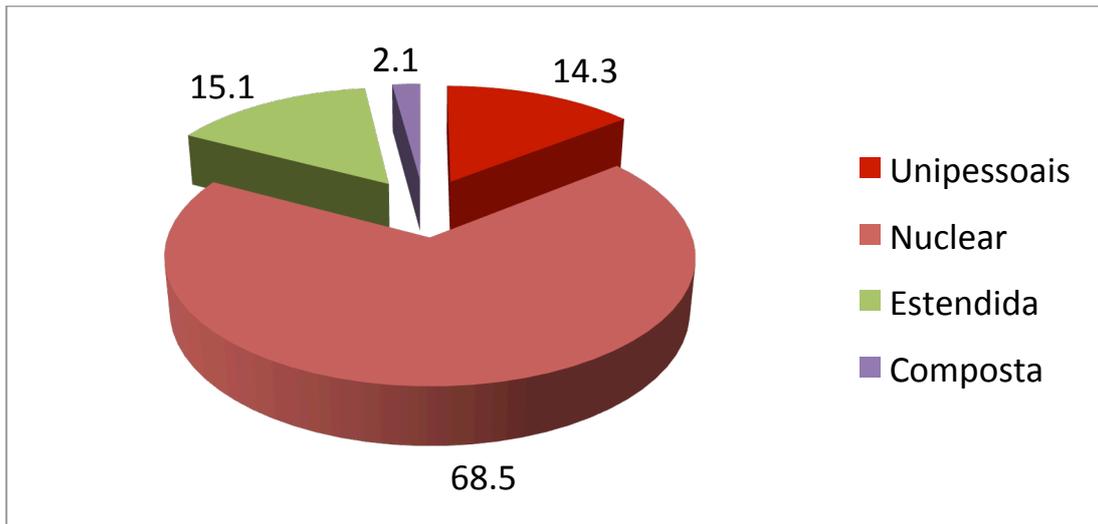
**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

No que é relativo ao número de habitantes por domicílio, Juatuba apresenta média de 3,26 habitantes/domicílio, semelhante à média estadual (3,25 hab./dom.).

Como pode ser visto na Figura a seguir, a grande predominância das unidades domésticas no município é do tipo nuclear (responsáveis e seus filhos),

seguidas das unipessoais (apenas um morador) e estendidas (com outros parentes), sendo menos presentes as unidades compostas (parentes e outros moradores não parentes).

**Figura 3: Unidades domésticas, segundo tipo (%), Juatuba, 2010**

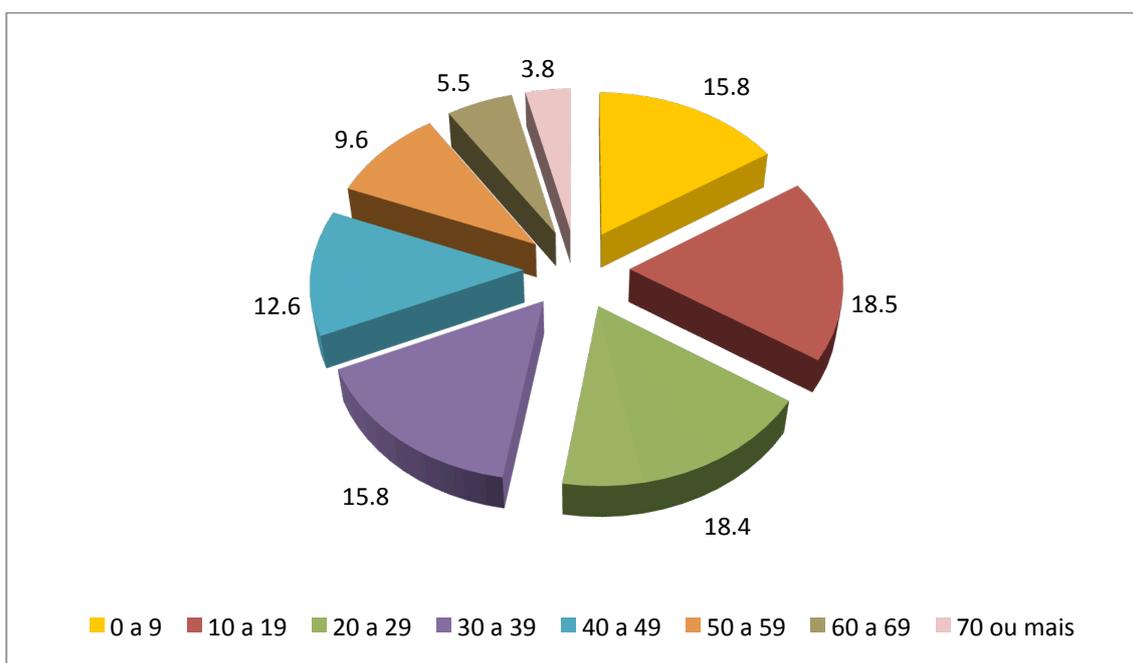


**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

Ao se avaliar a composição da população juatubense segundo sexo, vê-se que 50,5% são homens, percentual este ligeiramente destoante do padrão mineiro e da própria RMBH, que é de maioria feminina (na média da RMBH, 52% são mulheres, percentual este de 50,8% em Minas Gerais e 51% na média brasileira, segundo o Censo 2010).

Quanto à distribuição da população por faixas etárias (ver Figura a seguir) indica que 34,3% dos moradores de Juatuba estão situados nas faixas etárias até 19 anos, indicando grande demanda por programas de atendimento à criança, adolescente e juventude, aí incluídas, por exemplo, as políticas de educação, esportes, lazer e cultura e capacitação profissional.

**Figura 4: População residente, segundo faixa etária (%), Juatuba – 2010**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

Destaca-se, entretanto, que tal percentual já foi bem maior, uma vez que o município vem apresentando – na mesma direção que a tendência verificada no Brasil como um todo – um processo de envelhecimento de sua população com redução do percentual de pessoas nas faixas etárias inferiores e ampliação das faixas médias e superiores de idade. A análise da estrutura etária da população juatubense no tempo está apresentada na Figura a seguir, indicando a tendência de ampliação da demanda de atendimento das políticas sociais voltadas para a terceira idade, bem como para a oferta de trabalho a contingentes cada vez maiores de jovens e adultos.

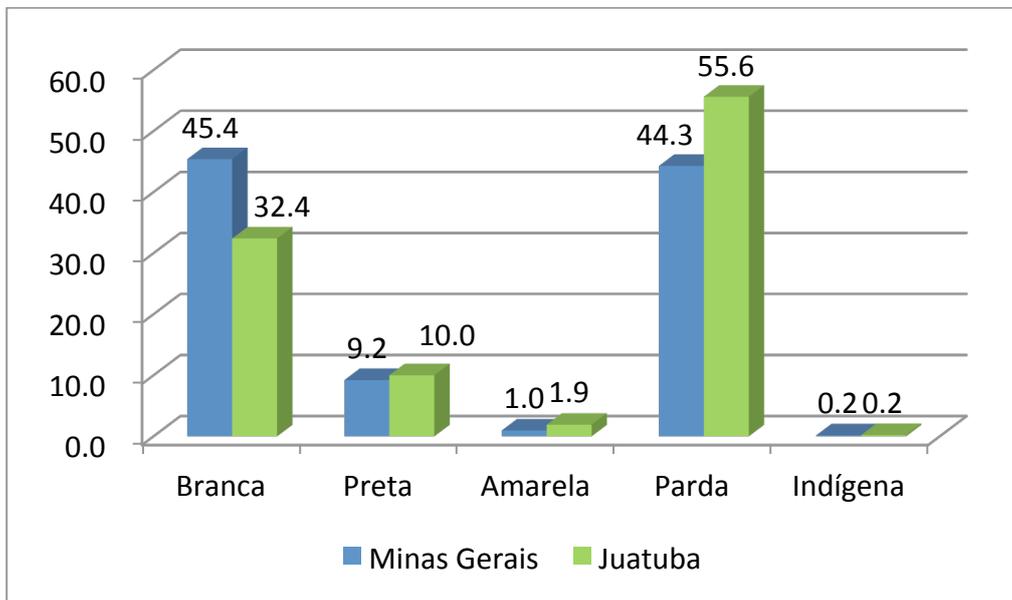
**Figura 5: População residente, segundo faixa etária e sexo (%), Juatuba, 2000/2010**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

Ao se analisar o perfil da população residente segundo cor ou raça declarada (Figura abaixo), é possível perceber que no município predominam as pessoas que se autodeclaram pardas, em percentual maior do que a registrada na média estadual, ao passo que é menor o percentual dos autodeclarados brancos.

**Figura 6: População residente, segundo cor ou raça declarada (%), Juatuba - 2010**



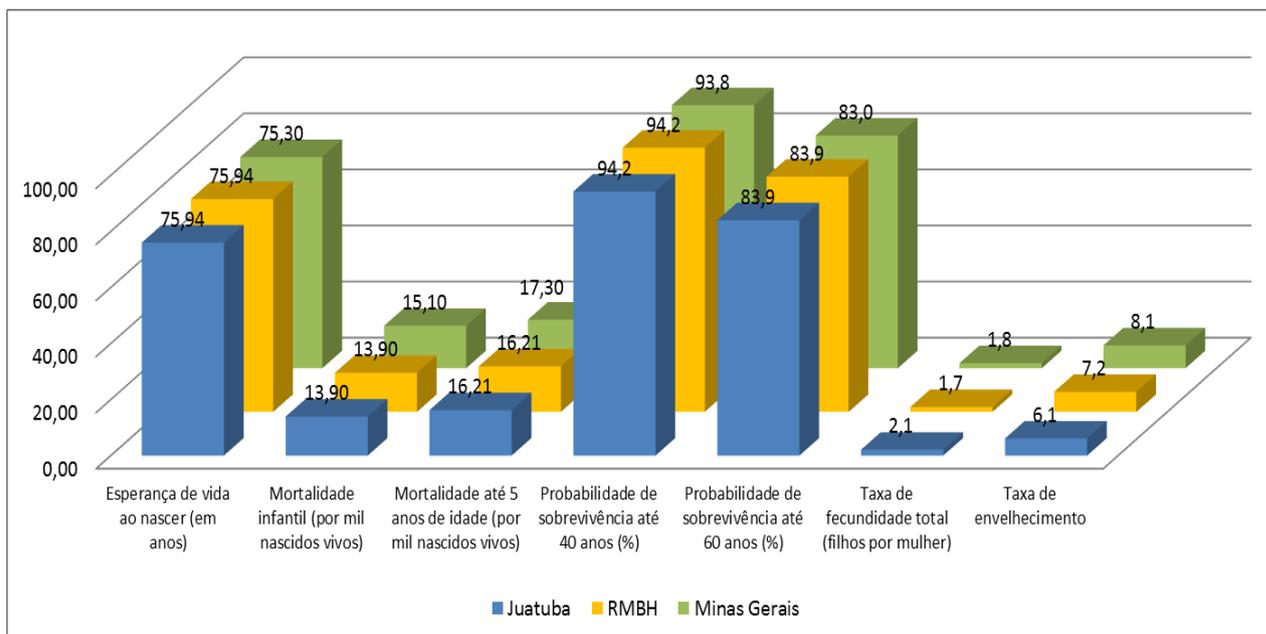
**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

Para finalizar a caracterização demográfica do município, é importante avaliar alguns indicadores selecionados, como taxas de fecundidade, mortalidade e esperança de vida ao nascer, além de outros apresentados na Figura em sequência.

O que se vê é que o município apresenta situação igual à média metropolitana e melhor que a média estadual em praticamente todos os quesitos, especialmente na maior esperança de vida ao nascer, maior probabilidade de sobrevivência até os 60 anos e menor mortalidade infantil.

Considerando a série histórica do município, vê-se que ao longo das últimas décadas houve melhorias significativas em todos os indicadores. Nesse sentido, a Esperança de vida da população juatubense ao nascer aumentou em 6,1 anos entre 2000 e 2010, enquanto a mortalidade infantil diminuiu de 29,06 óbitos por mil nascidos vivos para 13,9 óbitos por mil nascidos vivos. Já a mortalidade até 5 anos de idade diminuiu de 31,8/1000NV para 16,21/1000NV.

**Figura 7: Indicadores demográficos selecionados, Juatuba – 2010**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

### 3.2 Condições sociais e desenvolvimento humano

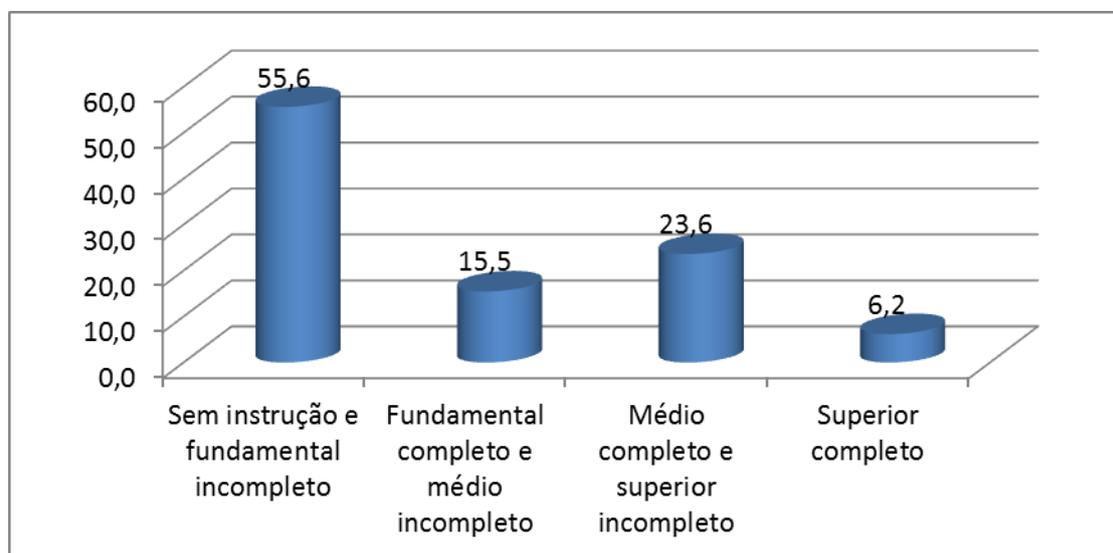
Nos últimos 20 anos, é possível afirmar que o município de Juatuba, de maneira semelhante do que vem sendo verificado no Brasil como um todo, tem apresentado melhorias significativas nos indicadores sociais e de desenvolvimento humano. A seguir, serão apresentados alguns destes indicadores, de forma a permitir uma análise da situação do município e indicar o panorama social que aparece como pano de fundo para a revisão do Plano Diretor Municipal.

No que é relativo aos indicadores educacionais, em primeiro lugar é fundamental destacar que a série histórica mostra um processo contínuo de redução do analfabetismo no município (e no Brasil), chegando ao ano de 2010 com 94,9% das pessoas de 5 anos ou mais alfabetizadas. Tal percentual é

acima da média mineira, onde 91,2% das pessoas nessa faixa etária são alfabetizadas.

A Figura a seguir traz o nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade. Neste quesito vê-se que ainda são maioria no município aqueles que não têm instrução ou possuem no máximo o ensino fundamental incompleto, mais de metade da população juatubense.

**Figura 8: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução (%), Juatuba - 2010**

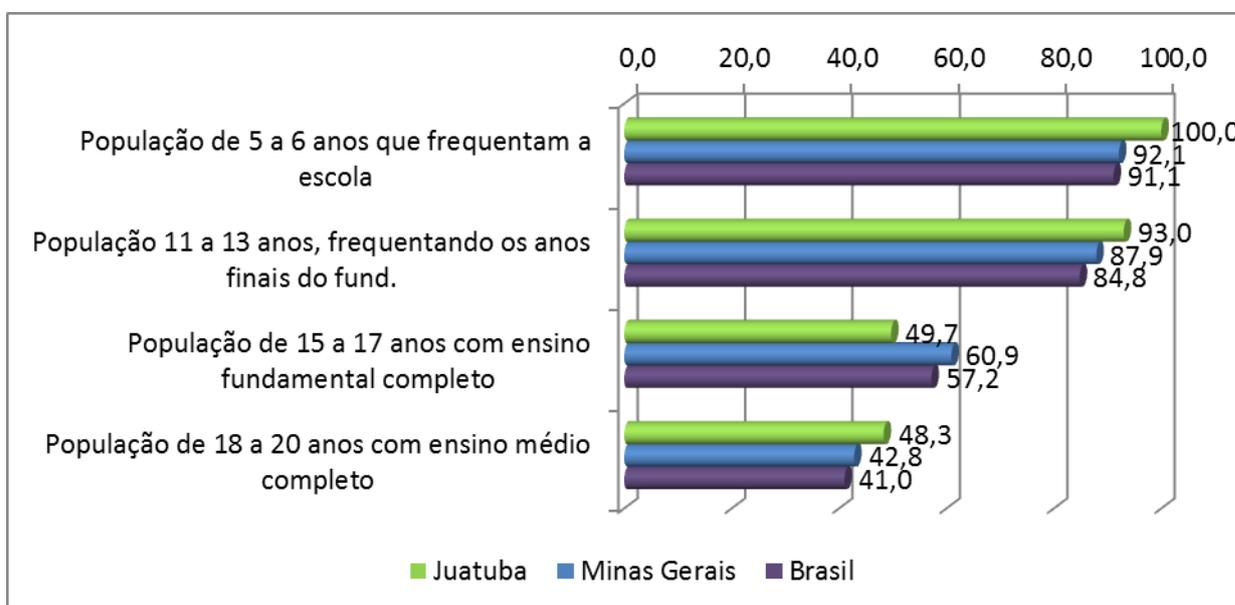


**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

Entretanto, é possível afirmar que tal situação encontra-se em processo de melhoria, conforme foi apontado pelo PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. De acordo com tal fonte, tem havido gradativa expansão da escolaridade da população maior de 25 anos em Juatuba, ampliando-se os percentuais de pessoas com nível médio e superior no município.

A comparação dos dados de fluxo escolar no município com as informações apuradas para Minas Gerais e Brasil indica que o atendimento em Juatuba encontra-se em situação acima da média dos demais territórios, com exceção do fluxo escolar de jovens de 15 a 17 anos, como pode ser visto na Figura abaixo.

**Figura 9: Fluxo escolar, por faixa etária (%), Juatuba - 2010**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

Por outro lado, em 2010 ainda havia número significativo de crianças fora do ambiente escolar, especialmente na faixa entre 0 e 5 anos. Nesse quesito, apenas 3,5% das crianças de 0 a 3 anos estava incluída na rede educacional, percentual este que era de 15,8% de atendimento entre as crianças de 4 e 5 anos. Tais dados, que podem ser considerados baixos frente outros municípios de porte aproximado, indicam a carência de creches e escolas infantis acessíveis ao conjunto da população.

O Quadro abaixo traz dados atualizados a respeito da evolução no número de matrículas no município, apontando para o crescimento no número de matriculados em ambos os níveis de ensino, com maior incidência de ampliação no ensino infantil, o que indica um enfrentamento da carência antes apontada.

**Quadro 2: Matrículas na rede municipal, segundo nível – Juatuba, 2013/2015**

Nível de ensino	Matrículas 2013	Matrículas 2014	Matrículas 2015	Crescimento 2013/2015 (%)
Ensino Infantil	980	1.102	1.162	18,57
Ensino Fundamental	4.178	4.344	4.319	3,37
<b>Total Geral</b>	<b>5.158</b>	<b>5.446</b>	<b>5.481</b>	<b>6,26</b>

**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados INEP, Censo Escolar, 2015**

Ao que tudo indica, tem havido esforços para melhoria da educação no município, que tiveram como resultado o crescimento de seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. O IDEB é um indicador sintético que combina informações de desempenho na Prova Brasil e no Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb com informações sobre rendimento escolar (aprovação) <sup>1</sup>.

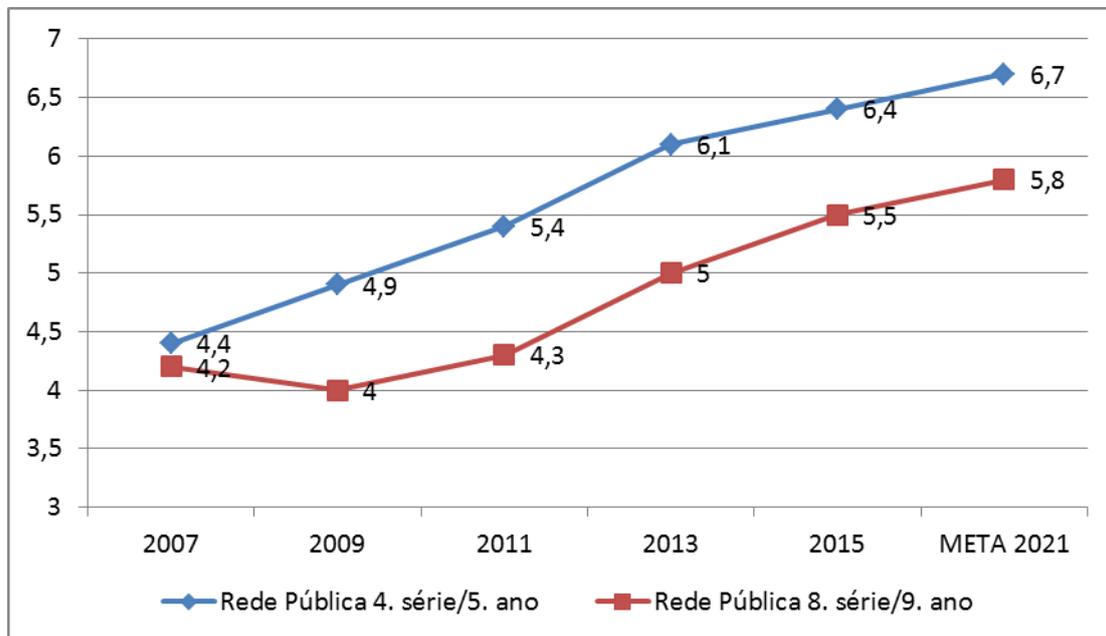
Como pode ser visto na Figura abaixo, na Rede Pública (municipal e estadual), desde 2009 o município apresenta índices que sinalizam boas perspectivas para a superação da META 2021 no 5º ano e também no 9º ano.

---

<sup>1</sup> O IDEB varia numa escala de 0 a 10. O objetivo nacional, segundo o MEC, é que o Brasil conquiste 6 pontos no Ideb da primeira etapa do Ensino Fundamental até 2022. Essa nota é equivalente à média dos estudantes dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2005, primeiro dado disponível (e anterior à criação do Ideb, em 2007), a nota do Brasil para essa etapa do ensino era 3,8.

<sup>2</sup> IDHM entre 0 – 0,499: Muito Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,500-0,599: Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,600 - 0,699: Médio Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,700 -

**Figura 10: Índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB – Juatuba, 2007/2015**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados INEP, Censo Escolar, 2015**

Todos os indicadores antes apresentados refletem diretamente na situação do município frente ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, um dos índices mais completos utilizados para analisar a situação dos territórios.

Tal instrumento foi adaptado para os municípios a partir da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - ONU / PNUD para todos os países do mundo.

Este índice - que varia entre 0 e 1, com melhor situação quanto mais próximo de 1 está um território<sup>2</sup> - mede o grau de desenvolvimento humano de países,

<sup>2</sup> IDHM entre 0 – 0,499: Muito Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,500-0,599: Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,600 - 0,699: Médio Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,700 - 0,799: Alto Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,800 e 1: Muito Alto Desenvolvimento Humano.

estados e municípios, a partir de três dimensões principais, apresentadas no quadro abaixo.

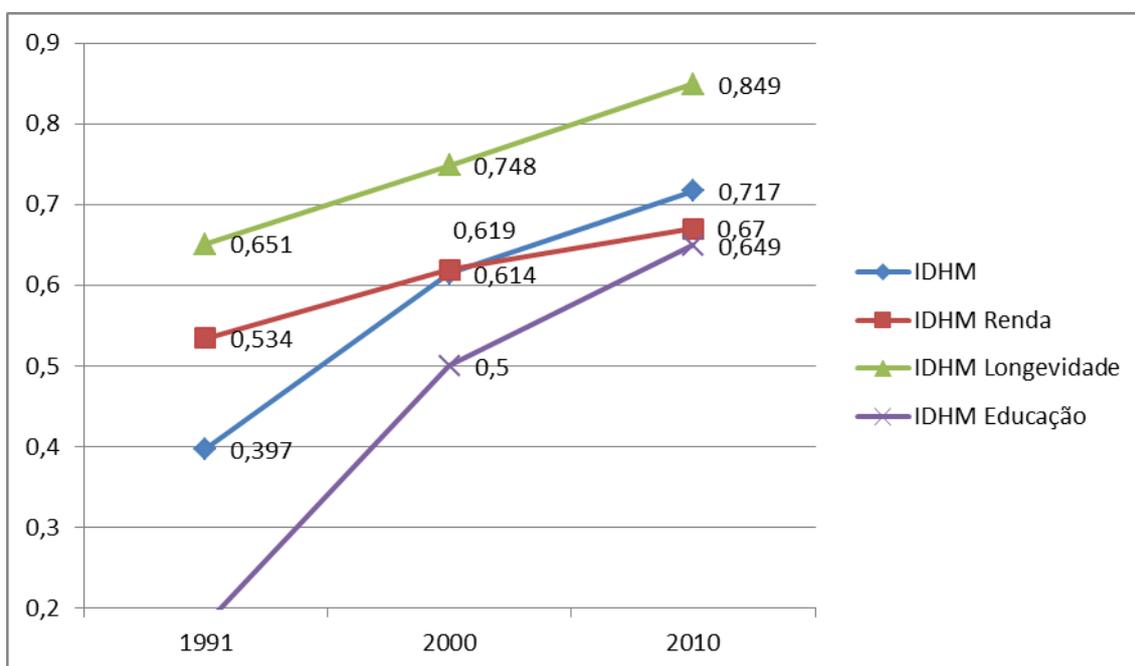
**Quadro 3: Índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM – dimensões e indicadores**

Dimensões / eixos	Principais componentes / indicadores
Renda (padrão de vida)	Renda per capita da população
Educação (acesso ao conhecimento)	Escolaridade da população adulta Fluxo escolar da população jovem
Longevidade (vida longa e saudável)	Expectativa de vida ao nascer

**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

A Figura subsequente apresenta a evolução das três dimensões do IDH-M em Juatuba. Como é possível perceber, o município tem mostrado melhorias desde os anos de 1991 em todos os índices, chegando a 2010 com melhor situação na longevidade e piores situações na renda e na educação.

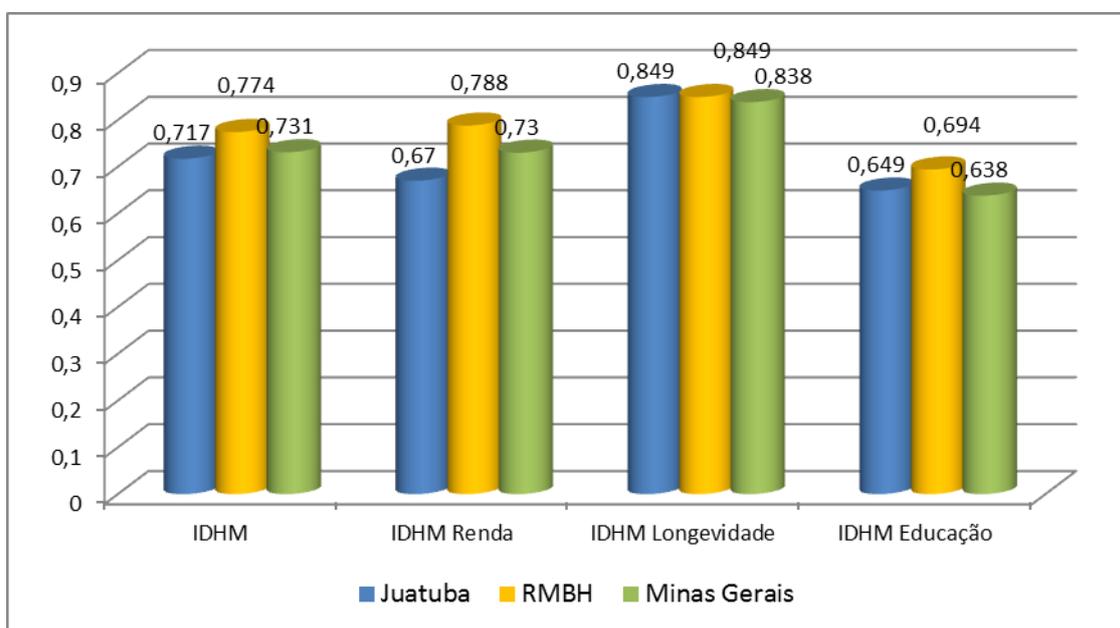
**Figura 11: IDHM, segundo dimensões – Juatuba, 1991/2010**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados INEP, Censo Escolar, 2015**

Por outro lado, a Figura a seguir compara a situação do município com a situação estadual e metropolitana, deixando antever que o município apresenta pior situação que a média metropolitana em todos os quesitos (à exceção da longevidade, que se equipara), mas está acima da média mineira no que é relativo à longevidade e à educação.

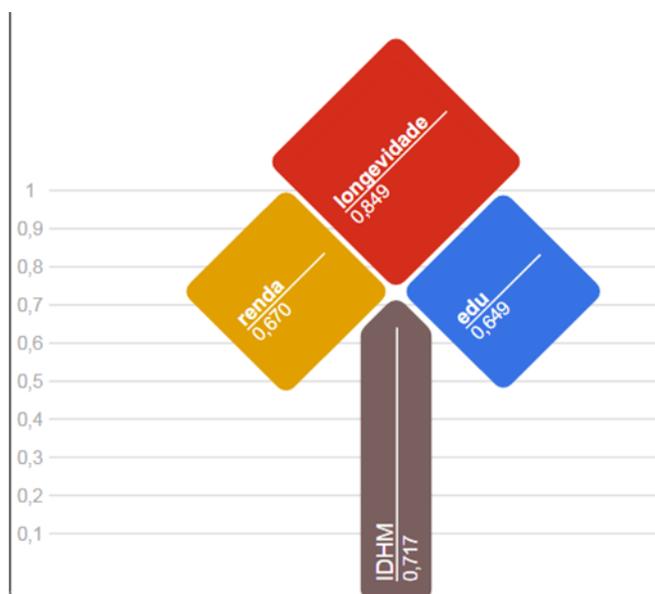
**Figura 12: IDHM, segundo dimensões, Juatuba, 2010**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados INEP, Censo Escolar, 2015**

Considerando o IDHM apurado em 2010, Juatuba está no patamar de Médio Desenvolvimento Humano, ocupando a 1398ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros e a posição 138ª em Minas Gerais. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul - SP) e o menor é 0,418 (Melgaço - PA). A árvore do IDHM (Figura a seguir) mostra que o município ainda tem investimentos a fazer para alcançar a situação ideal.

**Figura 13: Árvore do IDHM, Juatuba, 2010**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010**

### **3.1. Vulnerabilidade social**

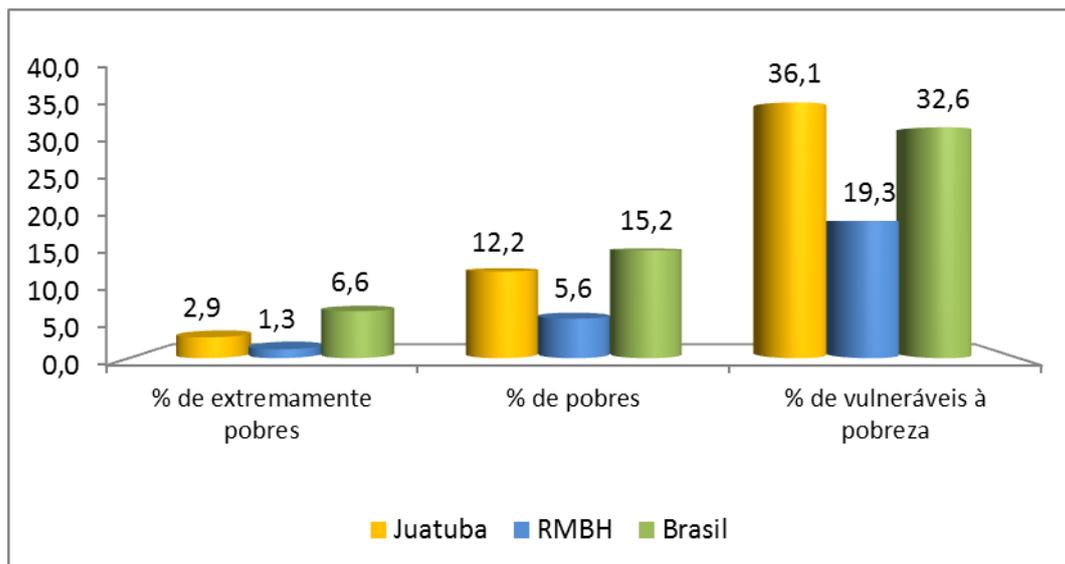
Um dos primeiros elementos a se avaliar para conhecer a situação de vulnerabilidade das famílias juatubenses diz respeito aos rendimentos e à pobreza<sup>3</sup>. A Figura apresentada a seguir traz informações sobre o percentual de moradores do município que podem ser considerados extremamente pobres, pobres ou vulneráveis à pobreza, em comparação com a RMBH e com Minas Gerais. Como se vê, Juatuba apresenta pior situação que a região, em

---

<sup>3</sup> De acordo com os critérios adotados pelo Governo Brasileiro, são consideradas extremamente pobres as famílias que têm renda per capita familiar abaixo de R\$ 85 mensais (valores atualizados para 2017); pobres são as famílias que têm renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; e vulneráveis à pobreza as famílias que têm renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo.

todas as categorias, ao passo que, em comparação com a média mineira, tem menor incidência de população extremamente pobre ou pobre, mas maior vulnerabilidade à pobreza. Em 2010 48% da população juatubense encontrava-se em situação de pobreza ou vulnerabilidade.

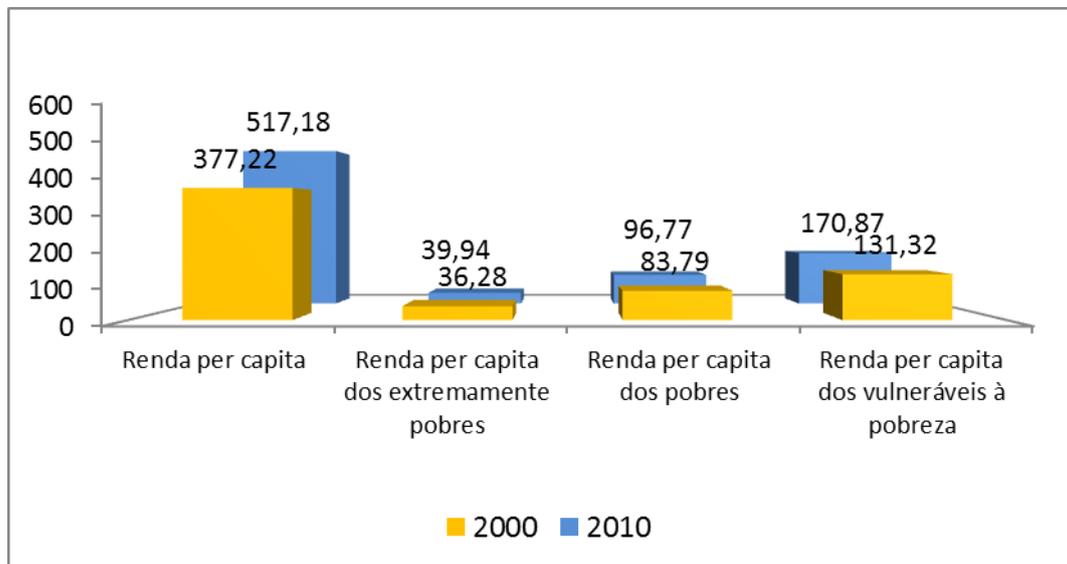
**Figura 14: População segundo situação de pobreza (%) – Juatuba, 2010**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010**

A renda domiciliar per capita média em Juatuba vem mostrando evolução na última década (ver Figura abaixo), mas ao se analisar as populações vulneráveis é possível perceber que a precariedade de renda vem se mantendo, bem como as desigualdades internas na distribuição dos rendimentos. Em 2010, a média municipal de renda per capita era de R\$ 517,18, enquanto a dos extremamente pobres era de R\$ 36,28; a dos pobres era de R\$ 96,77 e a dos vulneráveis à pobreza era de R\$ 170,87.

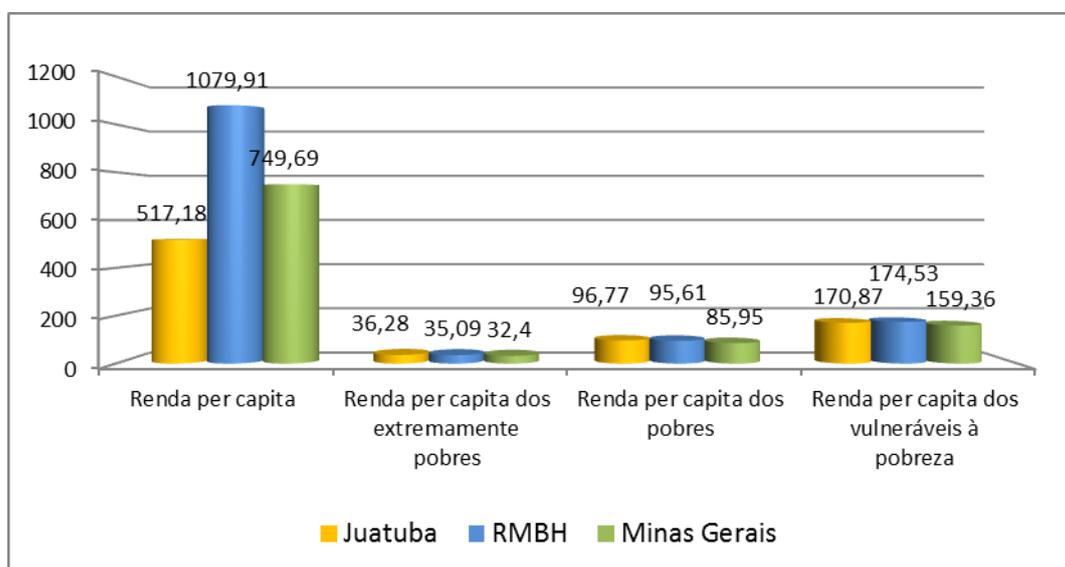
**Figura 15: Renda per capita média (em R\$) – Juatuba, 2000/2010**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010**

Por outro lado, em comparação com o Estado e a Região Metropolitana, vê-se que Juatuba apresenta pior renda per capita média (menos da metade da média da RMBH), mas situação ligeiramente melhor no que é relativo à renda per capita das populações extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza, como pode ser visto na Figura abaixo.

**Figura 16: Renda per capita média (em R\$) – Juatuba, 2010**

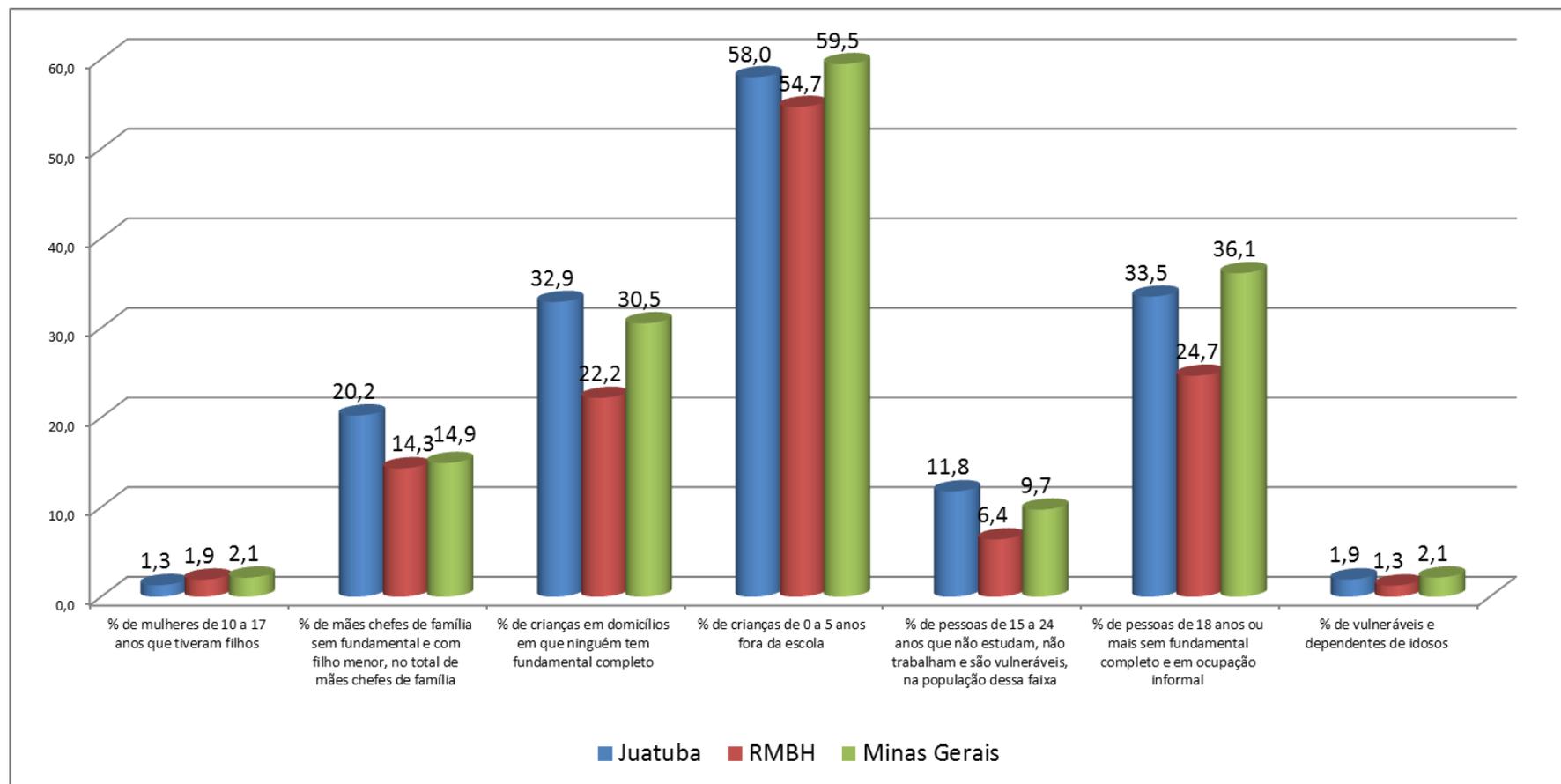


**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010**

Outras características importantes devem ser destacadas quando se avalia a vulnerabilidade das famílias, conforme apresentados na próxima Figura.

Entre outros elementos, chama a atenção o percentual de 33,5% de pessoas de 18 anos ou mais que não possuem o ensino fundamental completo e que se encontravam em ocupação informal à época do Censo. Em praticamente todos os itens avaliados Juatuba estava em pior situação que a média metropolitana e em alguns deles mesmo que a média Mineira.

**Figura 17: Vulnerabilidades associadas (%) – Juatuba, 2010**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010.**

Todos os indicadores acima mencionados, além de outros apresentados ao longo do diagnóstico, podem ser consolidados no chamado Índice de Vulnerabilidade Social – IVS. Este é um índice sintético que reúne indicadores do bloco de vulnerabilidade social do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) no Brasil, que mede, para além da insuficiência de renda, indicadores de exclusão social, pobreza multidimensional e vulnerabilidade social. O valor do IVS varia entre 0 e 1, sendo maior a vulnerabilidade quanto mais próximo de 1 estiver a situação do indicador<sup>4</sup>. Foi elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, sobre dados do Censo 2010 e é considerado um parâmetro importante e válido para todos os municípios brasileiros.

O Quadro abaixo traz suas principais dimensões de análise e indicadores componentes.

---

<sup>4</sup> Para os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500, são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social.

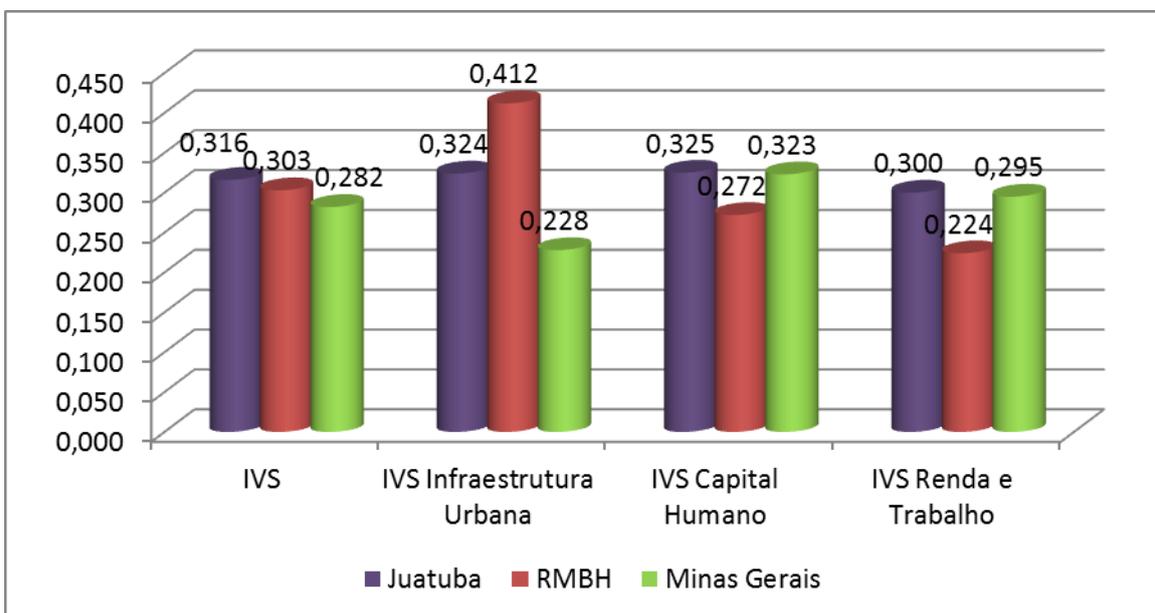
**Quadro 4: Índice de vulnerabilidade social - IVS – dimensões e indicadores componentes**

Dimensões / eixos	Principais componentes / indicadores
<b>Infraestrutura Urbana</b>	Abastecimento de água Esgotamento sanitário Coleta de lixo Tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho pela população ocupada de baixa renda
<b>Capital Humano</b>	Mortalidade infantil Crianças e jovens fora da escola Mães precoces Mães chefes de família com baixa escolaridade Baixa escolaridade entre os adultos Presença de jovens que não trabalham e não estudam
<b>Renda e Trabalho</b>	Renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo Insegurança de renda: desocupação de adultos; ocupação informal de adultos pouco escolarizados; dependência com relação à renda de pessoas idosas; presença de trabalho infantil

**FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade social, 2010.**

A Figura que se segue traz o IVS segundo dimensões, comparando-se Juatuba com a média da RMBH e do Estado. Como se vê, o município está enquadrado no patamar de Média Vulnerabilidade Social e tem sua pior situação encontrada no que é relativo ao capital humano e à renda e trabalho, tendo menor vulnerabilidade que a região apenas no que é relativo à infraestrutura urbana.

Figura 18: Comparativo IVS, segundo dimensões – Juatuba, 2010



FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade social, 2010.

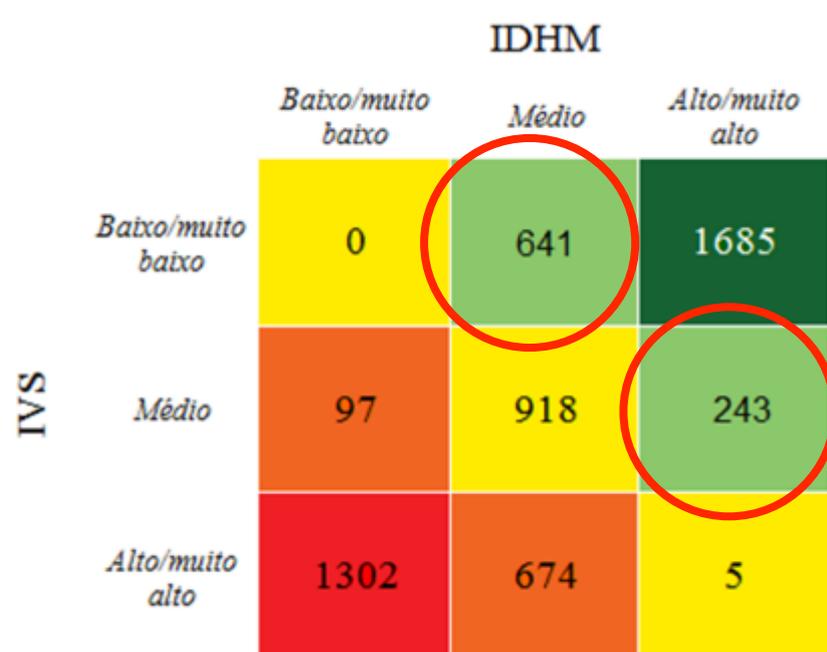
A partir de tal resultado, o IPEA criou o indicador de Prosperidade Social, que é uma análise conjunta entre o Desenvolvimento Humano e a Vulnerabilidade Social. Nos locais onde se encontra alto Desenvolvimento Humano e baixa Vulnerabilidade Social, é possível afirmar que nesse território ocorre uma trajetória de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais próspera, assentada em bases sociais mais sólidas e onde há uma perspectiva de prosperidade não apenas econômica, mas das “condições de vida no meio social”.

No caso de Juatuba, que apresenta o IDHM de 0,717 (médio) e o IVS 0,316 (médio), chega a um patamar de Prosperidade Social Alta, conforme indicativo de cálculo a seguir:

$$\begin{array}{c} \text{IDHM} \\ \boxed{0.717} \end{array} \times \begin{array}{c} \text{IVS} \\ \boxed{0.316} \end{array} = \begin{array}{c} \text{Prosperidade Social} \\ \boxed{\text{Alta}} \end{array}$$

Ao se analisar a situação dos municípios brasileiros em geral, vê-se na Figura abaixo que em 2010 havia um total de 884 municípios na faixa de Prosperidade Social alta, dos quais 641 em situação semelhante à de Juatuba.

**Figura 19: Prosperidade social nos municípios brasileiros - 2010**



Prosperidade Social	2000		2010	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
● Muito alta	103	2	1685	30
● Alta	509	9	884	16
● Média	835	15	923	17
● Baixa	703	13	771	14
● Muito baixa	3415	61	1302	23

**FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade social, 2010.**

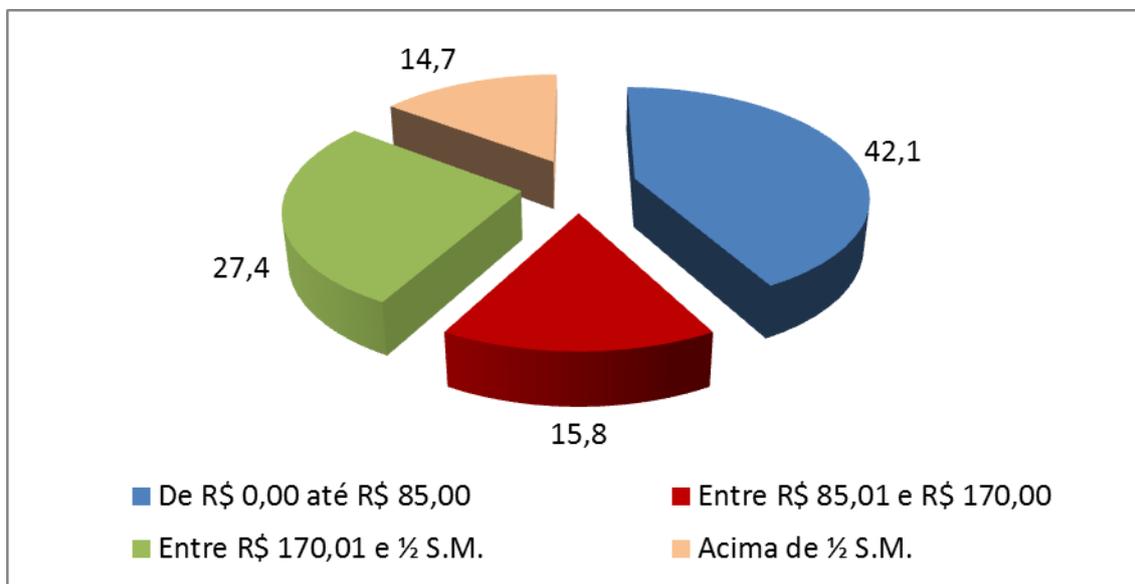
### 3.2.1 Cadastro único, Bolsa família e transferência de renda

Buscando superar a extrema pobreza no país, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Sem Miséria, tendo como público prioritário as pessoas em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 85 por pessoa (valor atualizado para 2017). As famílias em tal situação devem ser cadastradas pelas administrações municipais no chamado Cadastro Único - CadÚnico, a partir do qual são acompanhadas e recebem benefícios diversos e têm acesso a serviços socioassistenciais e de formação profissional e geração de trabalho e renda.

Serão apresentadas a seguir as principais informações relativas ao município de Juatuba, segundo os boletins "O Brasil sem miséria no seu município" (maio de 2016) e "Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município" (março de 2017).

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, havia 3.773 famílias em Juatuba inscritas no CadÚnico no mês de fevereiro de 2017, totalizando 11.907 pessoas cadastradas. A Figura a seguir mostra o percentual de famílias cadastradas segundo renda per capita mensal, predominando aquelas entre R\$ 0,00 e R\$85,00, famílias consideradas em extrema pobreza.

**Figura 20: Famílias cadastradas, segundo faixa de renda domiciliar per capita mensal (%)  
– Juatuba, 2017**



**FONTE: CECAD MDS, 2017.**

De acordo com os dados para 2017, há em Juatuba 1.915 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que equivalem a aproximadamente 23,4% da população total do município. A cobertura do programa é de 72% em relação à estimativa de pobreza do município, calculada com base nos dados do Censo Demográfico. O relatório do MDSA aponta que

(...) o município está abaixo da meta de atendimento do programa. O foco da gestão municipal deve ser na realização de ações de Busca Ativa para localizar famílias que estão no perfil do programa e ainda não foram cadastradas. A gestão também deve atentar para a manutenção da atualização cadastral dos beneficiários, para evitar que as famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido. (MDSA, 2017, p.1).

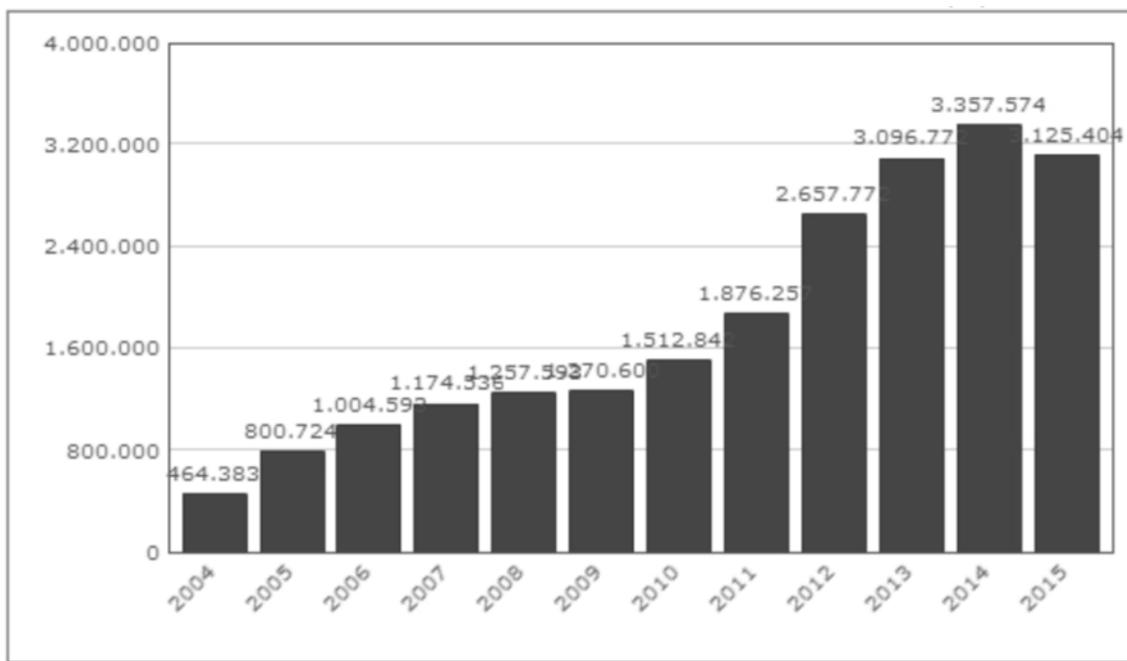
O valor repassado para as famílias juatubenses no mês de fevereiro ficou na casa dos R\$ 365.019,00, perfazendo o valor médio do benefício de R\$ 190,61 por família. O Quadro a seguir traz a quantidade de benefícios, por tipo, ao passo que a Figura subsequente mostra a evolução dos valores repassados.

**Quadro 5: Programa Bolsa Família - Benefícios repassados, segundo tipo – Juatuba, 2017**

Tipo de Benefício	Abs.
Benefício básico	1.565
Benefícios variáveis	3.182
Benefício Variável Jovem – BVJ	377
Benefício Variável Nutriz – BVN	47
Benefício Variável Gestante – BVG	50
Benefício de Superação da extrema pobreza - BSP	884

**FONTE: CECAD MDS, 2017.**

**Figura 21: Valores anuais repassados pelo Programa Bolsa Família – Juatuba, 2004 / 2015**



**FONTE: CECAD MDS, 2015.**

Os valores mais atualizados (repasses mensais) estão expressos no Quadro a seguir.

**Quadro 6: Valores mensais repassados pelo Programa Bolsa Família – Juatuba, março 2016 / fevereiro 2017**

Mês	Qtd famílias	Valor
fevereiro de 2017	1.915	R\$ 365.019,00
janeiro de 2017	1.905	R\$ 361.211,00
dezembro de 2016	1.870	R\$ 360.698,00
novembro de 2016	1.851	R\$ 361.654,00
outubro de 2016	1.911	R\$ 374.264,00
setembro de 2016	1.908	R\$ 370.344,00
agosto de 2016	1.784	R\$ 345.516,00
julho de 2016	1.796	R\$ 346.180,00
junho de 2016	1.826	R\$ 310.144,00
maio de 2016	1.846	R\$ 311.590,00
abril de 2016	1.849	R\$ 312.425,00
março de 2016	1.801	R\$ 306.835,00

**Fonte: MDSA, Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município, março de 2017.**

Por fim, vale destacar que Juatuba tem cumprido o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, que são ligadas à saúde e à educação. As principais condicionalidades para recebimento do benefício são: crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento de peso e altura; gestantes precisam fazer o pré-natal; crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 85% a cada mês; e jovens de 16 e 17 anos devem ter frequência escolar mínima de 75% das aulas a cada mês.

Conforme constante no Relatório do Programa, em Juatuba 2.311 crianças e jovens de 6 a 17 anos precisavam ter a frequência escolar acompanhada no último bimestre. Dessas, foram acompanhadas 2.041. Portanto, 88,3% das

crianças e jovens beneficiárias, de 6 a 17 anos, tiveram a informação de frequência escolar registrada nesse período. A média nacional é de 92,6% de acompanhamento na educação. O município possui, portanto, um acompanhamento da frequência escolar razoável, mas ainda abaixo da média nacional.

Na área da Saúde, 1.685 famílias deveriam ser acompanhadas no último semestre, que são aquelas que possuem crianças de até 7 anos e/ou mulheres gestantes. O município conseguiu acompanhar 1.375 famílias, o que corresponde a um acompanhamento de 81,6%, percentual avaliado como muito bom, acima da média nacional, que é de 78,3%.

### **3.2. Organização social e associativismo**

Apresenta-se a seguir um panorama da organização social em Juatuba, considerando-se os seguintes aspectos:

- Entidades, associações, ONGs e fundações ativas no município, nas mais diversas áreas de atuação;
- Conselhos de políticas públicas e controle social.

Considera-se que tais informações são primordiais no processo de revisão do Plano Diretor, pois é através do conhecimento e fortalecimento do capital social de um município que se consegue ampliar os processos de participação e efetiva influência da população na tomada de decisões relativas a seu território.

Durante os trabalhos de campo realizados pela equipe Lumes no projeto do Macrozoneamento, Metropolitano (2015) foram identificadas algumas entidades e instituições no município, algumas das quais se encontram desativadas atualmente. Apresenta-se a seguir a listagem de tais organizações e projetos, cujas informações serão complementadas, checadas e aprofundadas na próxima etapa do trabalho, em parceria com os membros do Grupo de Acompanhamento de Juatuba.

**planoDiretor**

- ACADISA - Associação Comunitária dos Bairros Carioca, Diamantina, Ilhéus e Serra Azul - Rua 16, 13, Serra Azul;
- APAE - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - Rua Rio de Janeiro, 390, Bela Vista;
- Associação Juatuba Transparente - Rua Getúlio Vargas, 358, lojas 1 e 2, Canaã;
- ASCOTELITE - Associação Comunitária do Bairro Cidade Satélite - Av. Bernardo Mascarenhas, 66, Cidade Satélite;
- Centro Social Rural da Comunidade de Boa Vista - Rua Santo Antônio, 121;
- Centro Social dos Bairros Unidos do Distrito de Francelinos - Rua Marcelina Lopes, 541.

O Quadro abaixo, por sua vez, apresenta os Conselhos de Políticas públicas previstos em Juatuba e suas respectivas legislações de criação. Vale destacar que a vários deles estavam com as atividades paralisadas, ou não foram ainda efetivamente instituídos e/ou empossados.

Quadro 7: Conselhos de políticas públicas e legislação de criação – Juatuba, 2017

Nome	Localização	Principais atividades desenvolvidas / serviços prestados
<b>Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR</b>	Planejamento Urbano	Lei Complementar n 94/2008 – Plano Diretor
<b>Conselho Comunitário de Segurança Pública - CONSEP</b>	Segurança Pública	Lei Complementar n 94/2008 – Plano Diretor
<b>Conselho Municipal do Meio Ambiente - CODEMA</b>	Meio Ambiente	Lei Complementar n 94/2008 – Plano Diretor
<b>Conselho Municipal do Orçamento Participativo</b>	Administração	Lei Complementar n 94/2008 – Plano Diretor
<b>Conselho Municipal de Saúde</b>	Saúde	Promulgação n 13/2008 - Lei Orgânica Municipal
<b>Conselho Municipal de Assistência Social</b>	Assistência Social	Promulgação n 13/2008 - Lei Orgânica Municipal
<b>Conselho Municipal de Educação</b>	Educação	Promulgação n 13/2008 - Lei Orgânica Municipal

Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Legislações Municipais, Prefeitura Municipal e pesquisa de campo.

Notícias recentes indicam que a atual administração tem investido no resgate dos conselhos, como pode ser visto na notícia disponível na página da prefeitura (<http://juatuba.mg.gov.br/cultura-empossa-novos-integrantes-de-conselhos/>), indicando que no dia 07 de março de 2017 tomaram posse

os novos integrantes do Conselho Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural de Juatuba (Compacju) e do Conselho de Turismo (Comtur). A gestão dos novos conselheiros é para 2017 e 2018. Fazem parte dos Conselhos representantes do Executivo e do Legislativo Municipal, de grupos culturais, artesãos e sociedade civil. (JUATUBA, acesso em março 2017).

## **4 CULTURA E PATRIMÔNIO**

### **4.1 Patrimônio Cultural**

No levantamento de informações para este Produto 4 foram utilizadas fontes de dados disponibilizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, Fundação João Pinheiro e pelos municípios. Esses dados correspondem aos bens culturais materiais e imateriais protegidos por tombamento nas escalas federal, estadual e municipal. Este levantamento será importante para se constituir na leitura imediata do patrimônio cultural protegido em cada Município.

Os dados relativos ao ICMS Patrimônio Cultural serão importantes, pois atendem a uma base de avaliação baseada em uma pontuação que qualifica o patrimônio cultural de cada Município de acordo com a constituição legal da política cultural local, da educação patrimonial, do inventário de bens, do tombamento e das áreas de proteção. Serão também levantadas em escala municipal as legislações pertinentes ao Patrimônio Cultural em vigor nos municípios, cujo conteúdo específico retrata o que foi institucionalizado. Com propósito similar serão identificados os fundos pertinentes à área de proteção do patrimônio cultural nos municípios.

As zonas específicas de proteção cultural, instituídas pela legislação vigente, foram também pesquisadas no âmbito do presente relatório

#### **4.1.1 Bens Protegidos**

No que tange aos bens protegidos no município de Juatuba, estes são divididos, de acordo com a classificação do IEPHA/MG, em categorias de proteção, a saber:

- NH: Núcleos Históricos, Centros Históricos;
- CP: Conjuntos Paisagísticos Urbanos e Naturais;

- BI: Bens Imóveis - Estruturas Arquitetônicas isoladas;
- BM: Bens Móveis / Bens Móveis Integrados;
- RI: Registro Imaterial.

O dado mostra a relação de bens apresentados ao IEPHA-MG para o ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 - exercício 2017. O Município encaminha para o instituto os dados pertinentes ou requeridos relativos ao seu patrimônio cultural e o instituto atualiza a listagem anualmente. O dado é importante por apresentar a categoria, a institucionalização legal (quando disponível) e o nível de proteção (federal, estadual ou municipal), além de se constituir em um dado atualizado dos bens protegidos.

**Quadro 8: Bens Protegidos do município de Juatuba, 2017**

Município	N Decreto de Tombamento ou Registro	Denominação do Bem Cultural Tombado ou Edificado	Nível de Proteção	Categoria
Juatuba	D. 545/ 2002	Conjunto Arquitetônico Estação Ferroviária e Igreja São Cristóvão de Juatuba	Municipal	CP
Juatuba	D. 890/ 2007 altera D. 545/ 2002	Estação Ferroviária	Municipal	BI
Juatuba	D. 891/ 2007	Imagem de N. Sra. de Fátima - acervo de Gilvo Antônio Moreira Dornas	Municipal	BM
Juatuba	-	Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira	Federal	RI
Juatuba	D. 659 / 2004	Sede Antiga da Fazenda São Conrado	Municipal	BM

**Fonte: IEPHA-MG - DIRETORIA DE PROMOÇÃO DO IEPHA/MG - Gerência de Cooperação Municipal - Relação de Bens apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 – exercício 2017**

Juatuba possui Patrimônio Cultural protegido em sua maioria em âmbito municipal e um bem na esfera federal.

#### **4.1.2 ICMS Patrimônio Cultural – Pontuação**

A base para a pontuação tem levado em consideração os seguintes itens:

- Política cultural local - PCL:
- Educação patrimonial:
- Inventário de proteção do acervo cultural – planejamento e ações;
- Tombamento
- Ações de proteção.

A partir dessa base de pontuação foi estabelecida a forma de cálculo do pontuação do ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL instituída com base na Lei Estadual nº 13.803/2000 e na Deliberação Normativa nº 01/2005 do Conselho Curador do IEPHA/MG para o exercício de 2008. Quanto maior a pontuação maior é o repasse financeiro dado ao Município, dentro dos critérios legais estabelecidos. A seguir tem-se a pontuação alcançada pelo município de Juatuba em três exercícios, a saber:

**Quadro 9: Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural**

Município	ICMS Exercício 2017	ICMS Exercício 2015	ICMS Exercício 2013
Juatuba	8,94	2,80	6,40

**Fonte: IEPHA/MG - 2017**

O aumento ou diminuição da pontuação se refletirá diretamente nos repasses de ICMS, pois quanto maior a pontuação, maior é o repasse financeiro dado ao Município, dentro dos critérios legais estabelecidos. O município de Juatuba teve uma melhora efetiva em sua pontuação de 2012 (exercício 2013) a 2016 (exercício 2017), exceto por 2014 (exercício 2015), cuja nota foi muito baixa. Esse acréscimo de pontuação teve reflexos diretos nos repasses de ICMS como veremos nos quadros a seguir.

#### 4.1.3 ICMS Patrimônio Cultural – Repasse

Em 2002, primeiro ano em que se tem disponível este dado no site da Fundação João Pinheiro, o município de Juatuba obteve os seguintes repasses:

**Quadro 10: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002**

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
1.916,50	2.086,61	2.009,69	2.197,39	2.103,87	2.178,02	2.341,45	2.359,02	2.524,30	2.457,51	2.526,77	2.606,69	27.307,82

**Fonte: FJP/CEPP 2002**

Em 2012 o município de Juatuba obteve um repasse bem mais substancial em relação ao já alcançado:

**Quadro 11: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002**

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
7.321,42	6.778,23	6.997,20	6.980,43	7.245,67	7.325,05	7.704,57	7.451,83	7.753,63	7.823,62	7.758,23	8.674,18	89.814,06

**Fonte: FJP/CEPP 2012**

Já em 2016, último ano em que se tem disponível este dado no site da Fundação João Pinheiro, o Município de Juatuba continuou conseguindo um valor maior de repasse, como mostra o quadro abaixo:

**Quadro 12: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2016**

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
12.190,44	11.297,38	12.555,14	12.593,24	12.906,28	12.588,66	12.783,93	13.089,22	13.239,91	13.210,49	13.559,68	13.833,11	153.847,48

Fonte: FJP/CEPP 2016

Tal situação apontaria para um avanço em relação à apresentação da base documental necessária à obtenção da pontuação e seu consequente acesso a recursos públicos. É importante ressaltar que os critérios de pontuação no ICMS - Patrimônio Cultural levam em consideração aspectos como a composição da Política Cultural Local e a capacitação de técnicos municipais ligados à área.

#### **4.1.4 Existência de inventário municipal de bens culturais**

O Inventário de bens relativos ao Patrimônio Cultural Municipal é importante para a identificação, registro, e controle do acervo cultural, pois nele estão contidas todas as informações necessárias sobre os bens culturais e suas características. Existe um padrão definido pelo IEPHA-MG para a realização do Inventário de bens, determinando a sua forma e conteúdo, sendo também importante sua realização para a pontuação no ICMS Patrimônio Cultural, fonte onde foi extraída a verificação de sua realização. Essa informação é relevante, pois a realização do inventário pelo Município, contribui para o acervo de informações e mapeamento cultural na realização da revisão do Plano Diretor Local pois revela informações mais abrangentes sobre os bens protegidos.

O município de Juatuba apresentou o inventário dos bens protegidos ao IEPHA/MG em 2016. O inventário é um documento que fica sob domínio da Prefeitura Municipal e é encaminhado para o IEPHA/MG. Através da lista de documentos recebidos pelo IEPHA/MG no exercício de 2017, disponível em seu website, é possível verificar se o inventário foi entregue. Todavia, não é possível acessá-lo virtualmente.

#### **4.1.5 Existência de legislação municipal de proteção do patrimônio cultural**

O dado existe no Município. A Lei Orgânica Nº 13/2008 diz que é competência do Município (Art. 7):

- Promover, a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e diz ainda que é da competência administrativa o Município (Art. 9):
- Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico cultural, os monumentos, as paisagens naturais, notáveis e os sítios arqueológicos;
- Impedir a evasão e destruição e a descaracterização de obras de arte, e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

O Plano Diretor Participativo de Juatuba - Lei Complementar Nº 94 / 2008 também estabelece (Art. 27) diretrizes de proteção do patrimônio cultural, histórico, arquitetônico e/ou paisagístico bem como estabelece que deva (Art. 28) ser criado um fundo, regulamentado por lei específica, para doações pecuniárias feitas por particulares com o fim de preservar, proteger e recuperar o patrimônio cultural, histórico, arquitetônico e/ou paisagístico do Município.

#### **4.1.6 Existência de fundo municipal de patrimônio cultural**

O dado existe para o município de Juatuba. A existência do Fundo do Patrimônio Cultural foi detectada através do site do Tribunal de Contas do estado de Minas Gerais - TCE sendo detectados repasses de verbas realizados em 2016. Entretanto não foi encontrada ainda a Lei que criou o Fundo. Os sites da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal não disponibilizaram essa informação.

A regulamentação do Fundo é importante para a estruturação da política cultural local e para garantir o repasse de verbas federais e estaduais para ações de interesse municipal em relação ao Patrimônio Cultural.

#### **4.1.7 Existência de zonas de proteção cultural no Plano Diretor**

O dado existe no Plano Diretor Participativo de Juatuba - Lei Complementar N° 94/2008 (Art. 7) diz que para ordenação do uso e da ocupação do solo urbano no município de Juatuba, a área urbana e de expansão urbana poderá incluir o seguinte zoneamento, no que diz respeito ao Patrimônio Cultural, a saber:

- Zona Especial de Interesse de Preservação Ambiental, Cultural, Histórico, Arquitetônico e/ou Paisagístico (ZEIP) que corresponde à área sujeita à preservação, proteção e recuperação do patrimônio ambiental, cultural, histórico, paisagístico, arquitetônico e/ou recuperação paisagística.

O Plano Diretor diz ainda (Art. 30) que o Poder Público Municipal terá direito de preempção dos imóveis objeto de preservação ou proteção de patrimônio cultural, histórico, arquitetônico e/ou paisagístico, ou localizados na Zona Especial de Interesse de Preservação Ambiental, Cultural, Histórico, Arquitetônico e/ou Paisagístico (ZEIP), os quais deverão estar delimitados em lei específica. Entretanto não houve a delimitação no mapa de macrozoneamento desta zona.

## **4.2 Política cultural e diversidade**

O item relativo à Política Cultural e à Diversidade no município de Juatuba tem como objetivos principais agregar informações fundamentais ao processo de revisão do Plano Diretor, em especial no que se refere às manifestações culturais do território, bem como sobre a institucionalidade e instrumentos da política pública voltada para o setor.

Além de sua importância como política setorial no contexto municipal e regional, entende-se aqui que a cultura – e os elementos identitários, simbólicos, econômicos, sociais e humanos que a compõem – é constituinte de todo o processo de desenvolvimento humano e social de um determinado território. Esta visão está consubstanciada não apenas nas atuais concepções do Sistema Nacional de Cultura, mas também na visão da cultura como fator de desenvolvimento humano, seguindo as orientações da ONU/UNESCO.

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, foi implementada a partir de 2003, com a implantação do Sistema Nacional de Cultura – SNC, objetivando articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas.

Considerando as diretrizes do sistema nacional, apresentam-se, a seguir, informações sobre a política cultural e a diversidade no município de Juatuba.

#### **4.2.1 Institucionalidade e política cultural**

O município de Juatuba não conta com órgão exclusivo para gestão da política pública de cultura, dividindo-se a pasta com o turismo, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS<sup>5</sup>, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e sua caracterização é um indicador do grau de importância

---

<sup>5</sup> O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar a política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

Além disso, realça que dentro da configuração do Sistema Nacional de Cultura<sup>6</sup>, entende-se que o município ainda não cumpriu plenamente suas obrigações no que é relativo à política cultural. De acordo com informações do Ministério da Cultura, Juatuba ainda não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, tampouco instaurou seu Sistema Municipal de Cultura ou elaborou seu Plano Municipal de Cultura.

Do ponto de vista da participação da sociedade civil na política cultural, há o Conselho Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural de Juatuba (COMPACJU), cujos conselheiros foram empossados recentemente, em março de 2017. O município realizou uma Conferência Municipal de Cultura em outubro de 2009 e participou da 2ª. Conferência nacional de cultura, segundo dados do Ministério da Cultura.

A estrutura cultural do município se expressa também pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura. Nesse sentido, vê-se que a cidade dispõe de poucos espaços para difusão e fruição de manifestações artísticas e culturais. São eles a Biblioteca Municipal de Juatuba “Maria Augusta Moreira”, situada à Rua João Saliba, nº 125,

---

<sup>6</sup> Onde cabe ao município implantar o seu Sistema Municipal, ao qual compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura, previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Centro; e o Coreto e Feira Livre, na Praça dos Três Poderes, em frente à Prefeitura Municipal.

A Praça dos Três Poderes é considerada, assim como o Poliesportivo, como um local importante para a comunidade em termos de seu convívio social, pois além de reunir a comunidade, são utilizados para realizar as festas da cidade.

De acordo com o Inventário Cultural do município,

Os equipamentos culturais ainda são escassos. Não há teatros, museus ou cinema, mas há uma biblioteca pública municipal de relativo porte. Contudo, a realização de eventos culturais vem sendo ampliada exponencialmente todos os anos. Atualmente, além das celebrações tradicionais, como a de São Sebastião (Padroeiro Municipal), São Cristóvão (santo da devoção de boa parte da comunidade, devido ao fato de Juatuba ser uma região de acesso a várias outras, e São Cristóvão ser o protetor dos viajantes), e do Aniversário da Cidade, muitas outras vem sendo desenvolvidas, à exemplo da Temperos de Juatuba, além de seminários e atividades que valorizam a produção e a fruição da cultura local. (JUATUBA, 2014, p. 26).

#### **4.2.2 Diversidade cultural**

As informações disponíveis na Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014<sup>7</sup>, realizada pelo IBGE, apontam a presença de grupos e artistas no município ligados às manifestações populares, literatura,

---

<sup>7</sup> A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

capoeira, dança, gastronomia e artesanato – nas modalidades de bordado, culinária e tecelagem.

Ao se consultar o Sistema de Informações e Indicadores Culturais do MINC ([mapas.cultura.gov.br](http://mapas.cultura.gov.br)) verificou-se que nenhum artista, grupo cultural ou entidade fez seu cadastro e adesão voluntária a tal plataforma.

Por outro lado, nos levantamentos de campo realizados pela equipe Lumes em 2014 viu-se que, apesar de não haver nenhum bem tombado na área do patrimônio imaterial, há uma série de manifestações que merecem destaque.

O Inventário do patrimônio de Juatuba aponta que há uma série de manifestações locais no âmbito dos saberes e fazeres, incluindo a culinária (destaque também para a rapadura e a aguardente), o bordado, tricô e crochê e o ofício da luteria. Também se registram as manifestações de origem africana, destacando-se a capoeira, o congado e o candomblé, que conta com 13 terreiros em Juatuba. No que tange os saberes e ofícios, destaca-se a presença das benzedeadas e dos raizeiros.

Uma iniciativa importante, por fomentar tanto a cultura quanto a geração de emprego e renda e a economia popular é a Feira Livre, que ocorre semanalmente.

Foram também encontrados artistas nas diversas modalidades, com destaque para a música, tradicional no município. Outra tradição local são os “causos assombrosos”.

O Inventário apresenta um perfil geral de cada distrito no que é relativo às manifestações do patrimônio imaterial. De acordo com tal fonte, o distrito sede tem como importantes características:

a existência de grandes quintais, oriundos do parcelamento peculiar do solo. Estes quintais, por si mesmo, são uma peculiaridade cultural muito relevante desta área, pois estão vinculados intrinsecamente com o modo de vida da comunidade. Neles, além da vegetação nativa e das árvores frutíferas, criam-

se galinhas, plantam-se ervas medicinais, fazem-se espaços de convivência e até de cunho religioso, como é o caso da residência de Gilvo Dornas, responsável pela imagem de Nossa Senhora de Fátima, bem móvel tombado. (...)

A Estação Ferroviária mantém-se imponente, indicando o local como o polarizador inicial da cidade.

No distrito sede, chama à atenção as atividades relacionadas ao Patrimônio Imaterial, como as celebrações de São Cristóvão e de São Sebastião (e as demais festas religiosas). Também é nesse espaço que ocorre a existência da Guarda de Moçambique do Reino de Nossa Senhora do Rosário, e de artistas como Reinaldo Araujo, luthier, e Marlene Saliba, artesã em tricô e crochê. (JUATUBA, 2014, p. 39-40)

Quanto ao Distrito de Boa Vista, localizado no extremo noroeste do município, é

uma área de ocupação relativamente antiga, porém mais preservada que o Distrito Sede, com predominância de grandes propriedades agrícolas, nas quais sedes de Fazendas centenárias, como Zuninga, São Francisco, Serra de Minas e a Porto Rico, constituem o principal acervo arquitetônico. (...)

É nas sedes das Fazendas que estão, ainda, os principais acervos de bens móveis e as referências ao Patrimônio Imaterial referendado em saberes tradicionais e ofícios ligados ao manejo da terra.

No que tange ao Patrimônio Imaterial, a presença das benzedeadas é o aspecto mais relevante desta área. Das 21 pessoas catalogadas como sabedoras do ofício da benzedura em nosso município, 16 residem em Boa Vista. Seus saberes estão sendo sistematicamente catalogados, e assim que o município aprovar a Lei de Registro de Patrimônio Imaterial, o Ofício de Benzedeadas(os) e Raizeiros será o primeiro bem a ter seu processo de registro desenvolvido.

Destaca-se ainda a produção de aguardente e rapadura, mas também a produção agrícola desenvolvida pelo Sr. Naoyshi Kai (João Kai), um japonês que chegou ao Brasil na segunda remessa de imigrantes daquele país, cuja produção de hortaliças e legumes, feita com os conhecimentos de sua terra, abasteceu por muito tempo o Mercado Central de Belo Horizonte. Atualmente a produção é vendida no Ceasa Minas.

No povoado de Boa Vista, na Praça João Vermelho, vem tomando corpo as celebrações pública, como a Festa Junina (com fins beneficentes, em prol de Robert, um menino da comunidade com necessidades especiais) e a Queima do Judas no Sábado de Aleluia. (JUATUBA, 2014, p.46).

Por fim, a região conhecida como Francelinos, de povoamento mais recente e ligada à construção da represa do Ribeirão Serra Azul e da Usina Termelétrica Igarapé, como antes relatado, também apresenta tradições culturais que vieram junto com os trabalhadores que se mudaram para o local:

Os moradores, embora muitos vindos do ambiente urbano, mantiveram hábitos rurais, com a criação de galinhas e porcos e a plantação de hortaliças nos quintais. Esta característica influencia positivamente no estilo de vida da comunidade. No que tange ao Patrimônio Imaterial, os bens dessa natureza estão intrinsecamente ligados ao modo de vida da comunidade, representado pelos saberes vinculados ao manejo da terra, a sabedoria relacionada ao cultivo de ervas medicinais e os saberes e ofícios vinculados à produção agrícola e artesanal, dos quais o Alambique Aguardente Caninha São Mateus, de 1933, é a principal referência (JUATUBA, 2014, p. 49).

Apresenta-se a seguir as principais festividades locais e suas respectivas épocas de ocorrência:

- Festa da Padroeira – Janeiro;
- Carna Juá - Fevereiro / Março;
- Aniversário da Cidade (ou Festa da Emancipação) – Abril;

- Marcha para Jesus – Maio;
- Festival de Gastronomia – Junho;
- São Cristovão – Julho;
- Encontro de Congado – Agosto;
- Festa da Nossa Senhora Aparecida – Outubro;
- Mostra Religiosa Afrobrasileira – Novembro;
- Temperos de Juatuba, evento gastronômico – Novembro.

No que é relativo às festas e calendário de eventos, segundo o documento do inventário do patrimônio,

O município tem a tradição de ser uma cidade “festeira”, ainda que a situação precária das prefeituras, em todo país, tenha promovido a suspensão ou a reorganização de várias celebrações nos últimos anos – e em nosso município, esta situação não foi diferente.

As manifestações se dividem em eventos tradicionais, como as festas religiosas, e eventos mais recentes, mas igualmente relevantes.

As celebrações de São Cristóvão e São Sebastião são as mais relevantes, no Calendário Religioso do Município. (JUATUBA, 2014, p. 28)

Os principais festejos religiosos, além de São Cristóvão e São Sebastião, são os de

São Benedito e Nossa Senhora do Rosário (vinculadas ao Congado – Guarda Moçambique Nossa Senhora do Rosário – São Sebastião de Juatuba), que remontam às origens e às peculiaridades (como espaço de cruzamento de caminhos) do município. Os evangélicos também realizam celebrações relevantes, como a Marcha para Jesus. (JUATUBA, 2014, p. 30)

Já as festividades não religiosas abarcam shows, eventos gastronômicos e populares e outros como o Encontro Nacional de Motociclistas (que em 2014 teve sua 11ª edição).

## 5 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

No que concerne ao Meio Ambiente e ao Saneamento, foram utilizadas informações referentes às unidades de conservação no território municipal, à arrecadação municipal com o ICMS ecológico, ao cadastro ambiental rural e áreas de reserva legal, proteção ambiental vinculados ao Plano Diretor Municipal, outorgas de autorização de uso de recursos hídricos e enquadramento de cursos d'água, bem como informações acerca da existência de conflitos socioambientais.

Pelas finalidades do trabalho, foram coletadas as informações de saneamento a partir do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, principalmente pela quantidade de informações disponibilizadas e também por ser uma base de dados que foi considerada obrigatória a todos os municípios e prestadores de serviço de saneamento a partir da publicação da lei federal 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico. O SNIS ainda realizou o agrupamento de informações disponíveis em escalas regionais e municipais para informações anteriores à criação do sistema de informações, de forma que é possível acessar dados, em diferentes níveis de detalhamento, a partir do ano de 1995.

As diferentes dinâmicas de meio ambiente e as ações de saneamento no território municipal são considerados eixos fundamentais de entendimento para a atualização do Plano Diretor municipal, uma vez que podem possibilitar a compreensão das demandas municipais e permitir a articulação do território com outras escalas, como a metropolitana, a da gestão de recursos hídricos e também do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, por exemplo.

Diante disso, o presente capítulo é estruturado em duas seções sucessivas. A primeira apresenta os dados adquiridos para a caracterização das estruturas e instrumentos da gestão ambiental municipal, enquanto, no segundo momento, são apresentadas as informações referentes ao saneamento básico no âmbito municipal.

## **5.1 Informações sobre a gestão ambiental municipal e instrumentos ambientais**

A gestão ambiental do município de Juatuba é atribuída, segundo Política Municipal de Meio Ambiente (Lei Nº 604 de 10 de dezembro de 2008), à Coordenadoria de Meio Ambiente – COMEIA.. O município conta ainda com um Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA), previsto na lei orgânica municipal.

Nesse momento, são apresentadas de forma sintética as informações adquiridas nos bancos de dados consultados e que foram agrupadas em três subitens: unidades de conservação, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ICMS Ecológico, proteção ambiental no Plano Diretor; enquadramento e uso de recursos hídricos; conflitos ambientais.

### **5.1.1 Unidades de conservação, Cadastro Ambiental Rural e ICMS Ecológico.**

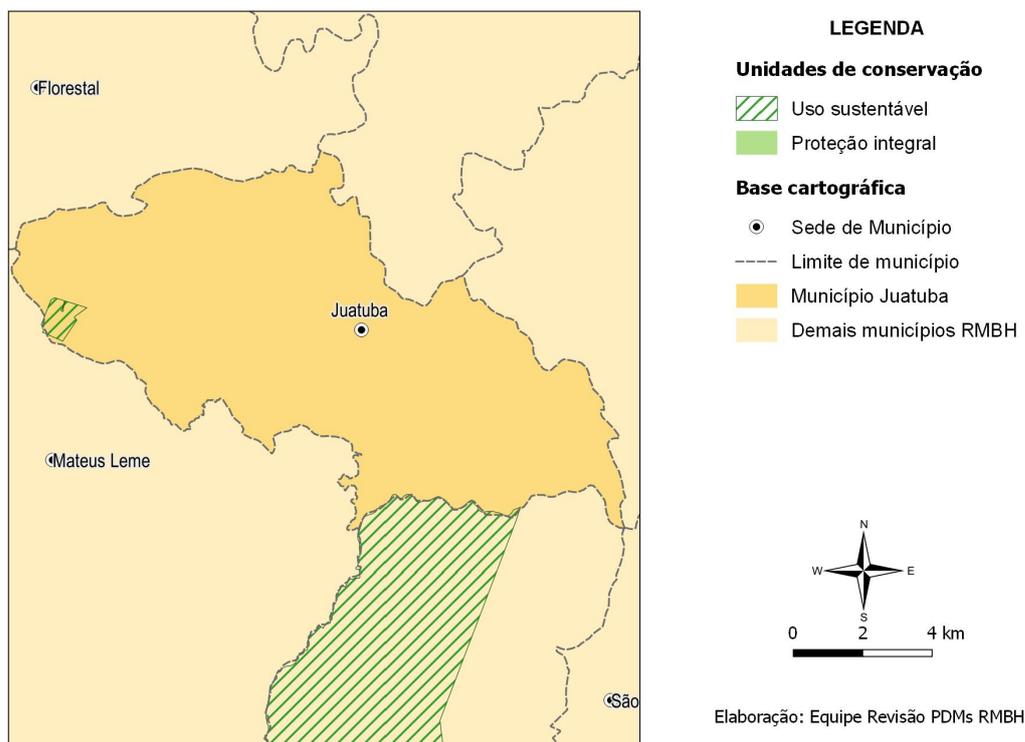
O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, foi criado pela lei 9.985/2000 e é responsável por sintetizar e disponibilizar uma quantidade significativa de informações sobre as Unidades de Conservação (UC) no Brasil, contudo, a escala de mapeamento dos limites das unidades de conservação é variável entre diferentes UCs. Para o Estado de Minas Gerais, o Instituto Pristino, em parceria com o Ministério Público elaborou estudo de detalhamento e correção dos limites das UC's, padronizando a escala e as metodologias de mapeamento para todo o estado de Minas Gerais.

As unidades de conservação, em acordo com o estabelecido pelo SNUC, são organizadas de acordo com duas tipologias de proteção: uso sustentável e proteção integral. A RMBH possui 218.108 hectares de área protegida por unidades de conservação de uso sustentável o que corresponde a aproximadamente 23,03% do território metropolitano, e 67.160 hectares de

áreas consideradas de proteção integral que correspondem a 7,09% da área da RMBH. Além de 3.026 hectares protegidas por RPPN.

O município de Juatuba possui 91 hectares de seu território inserido em áreas de protegidas por categorias de uso classificadas como sustentáveis pelo SNUC, o que seria equivalente a aproximadamente 0,90% de sua extensão territorial. Importante destacar, no entanto, que esse valor é correspondente a uma Unidade de Conservação inserida majoritariamente no município de Igarapé, indicando uma possibilidade de necessidade de adequação cartográfica, como apresentado pela figura abaixo. Não foram encontrados registros de unidades de conservação de proteção integral no município. As Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) somam 91 hectares.

**Figura 22: Macrozoneamento do município de Juatuba**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017**

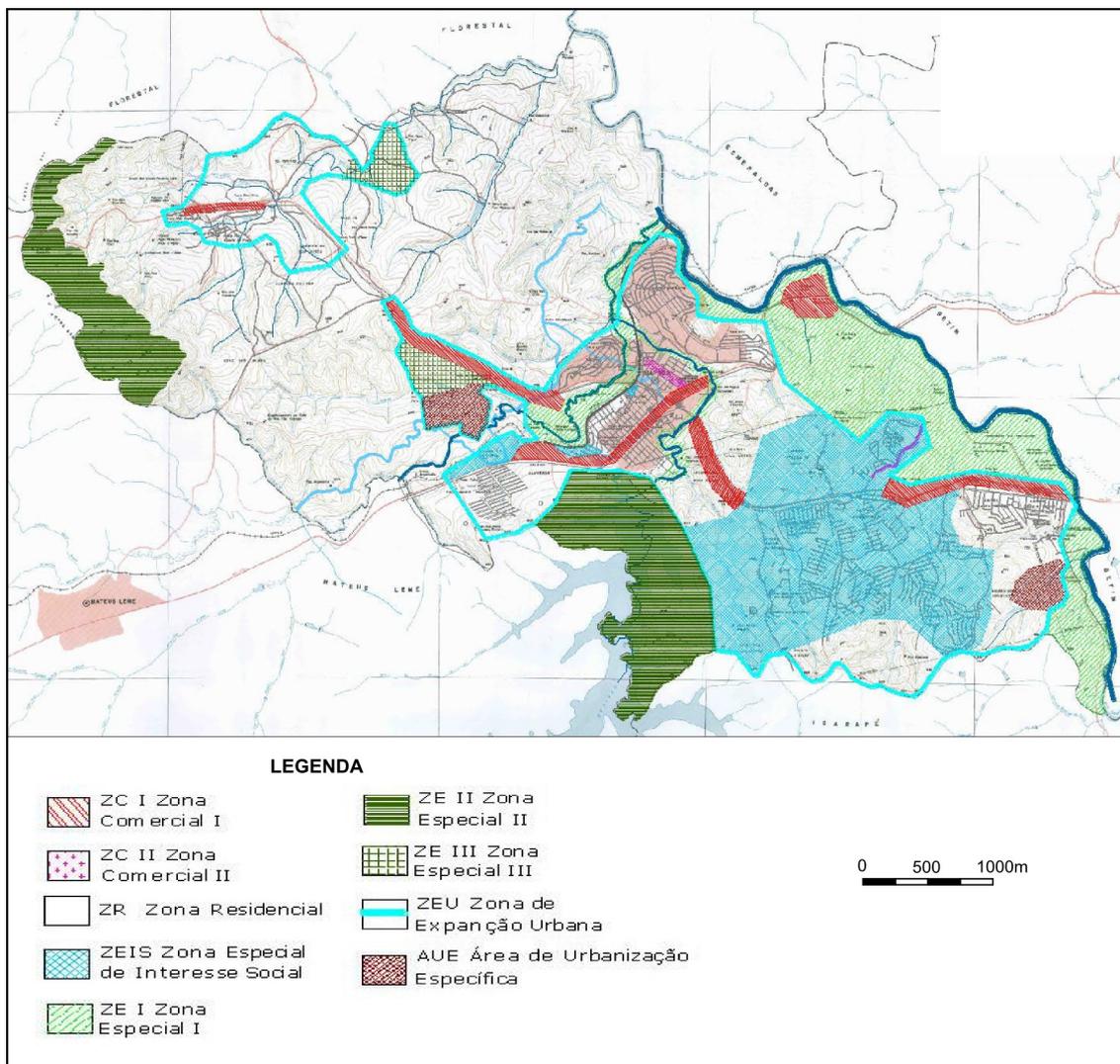
Aproximadamente 457 hectares, que corresponde a 4,70% do território municipal de Juatuba está inserido dentro da bacia do Serra Azul, considerada uma Zona de Interesse Metropolitano e uma Área de Proteção Especial (APE)

instituída pelo decreto 20.792 de 1980. A APE não é uma Unidade de Conservação, de acordo com as definições do SNUC.

O plano diretor do município de Juatuba apresenta um Zoneamento Especial I (ZE I) que é definido próximo de uma área de proteção ambiental. Segundo o Plano Diretor:

Zona Especial de Interesse de Preservação Ambiental, Cultural, Histórico, Arquitetônico e/ou Paisagístico (ZEIP), transformada em Zona Especial I (ZE I) pela LC 96/08 - Área sujeita à preservação, proteção e recuperação do patrimônio ambiental, cultural, histórico, paisagístico, arquitetônico e/ou recuperação paisagística (JUATUBA, 2008)

**Figura 23: Zona de Especial 1 no município de Juatuba**

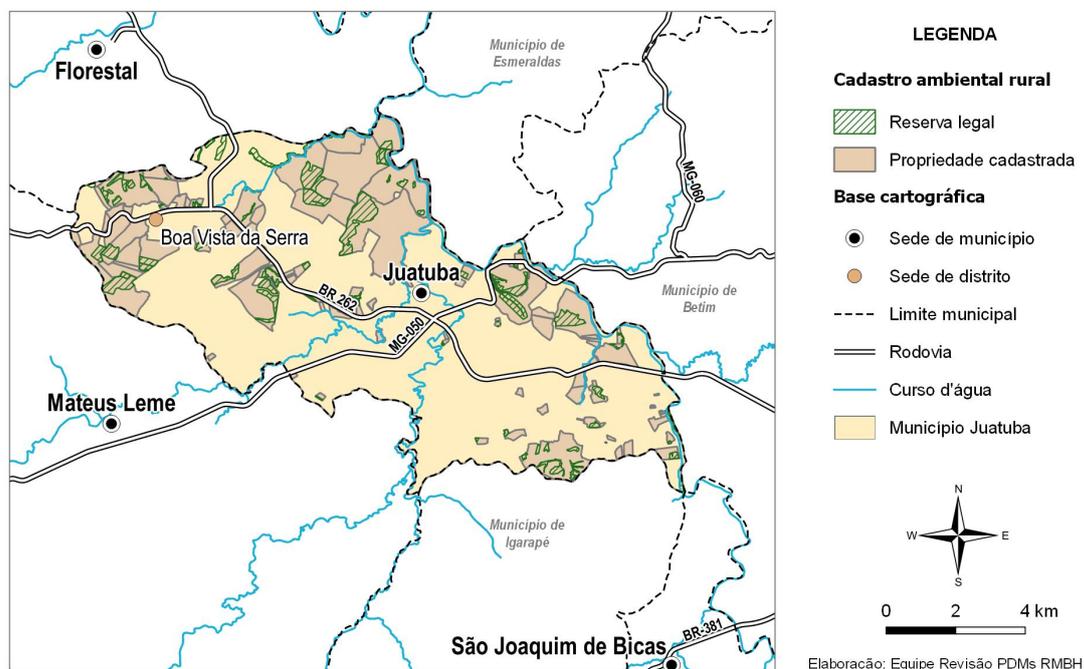


**Fonte: Plano Diretor de Juatuba.**

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um instrumento proposto pela lei 12.651/2012, que atualizou o código florestal brasileiro. O CAR é um dos principais instrumentos para a gestão e compreensão da estrutura das propriedades rurais brasileiras e apresenta importantes contribuições e usos para a gestão do território rural. O CAR é realizado pelo proprietário rural, que disponibiliza diferentes níveis de informação sobre as propriedades rurais e que podem ser acessados por diferentes instituições e organizações sociais. O CAR apresentou uma metodologia única a ser construída e seguida por todos os proprietários rurais do país, de forma que hoje apresenta uma base de dados bastante consolidada e muito importante.

O município de Juatuba possui 96 propriedades rurais registradas no Cadastro Ambiental Rural, somando uma área total de propriedades cadastradas que é equivalente a 3.113 hectares. Considerando que o município tem aproximadamente 10.057 hectares, 30,95% do território municipal está cadastrado no CAR. As reservas legais das propriedades rurais correspondem a 501 hectares e se encontram fragmentadas no território, sem aparente conectividade e planejamento ambiental, como apresentado pela próxima figura (CAR, 2017).

**Figura 24: Reservas legais cadastradas no CAR**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017**

O ICMS ecológico é uma proposta de repasse de recursos, por meio de subsídio cruzado, para os municípios que tem apresentado bom desempenho em suas atividades ambientais, a partir de três principais eixos: a) unidades de conservação; b) ações de saneamento; c) ações específicas para a gestão do

bioma de mata seca<sup>8</sup>. O ICMS ecológico é repassado para os municípios mineiros desde o ano de 2002 e é um importante instrumento para a gestão ambiental municipal, uma vez que pode permitir a estrutura econômica para a efetivação de diferentes ações e políticas ambientais. Para a análise inicial foi realizado um comparativo de repasse do ICMS ecológico nos anos de 2006, 2011 e 2016.

O município de Juatuba teve repasses referentes ao ICMS ecológico nos três anos consultados. Contudo, os repasses foram efetivados apenas por ações relativas à proteção ambiental, considerando principalmente que a APE é relevada no processo de cálculo do ICMS Ecológico. O quadro a seguir apresenta os volumes de recursos repassados ao município.

**Quadro 13: Repasse total de ICMS ecológico para o município de Juatuba**

REPASSE ICMS - ECOLÓGICO	TOTAL 2006	TOTAL 2011	TOTAL 2016
Unidades de conservação (A)	R\$ 7.538,31	R\$ 33.505,48	R\$ 45.503,51
Saneamento (B)	-	-	-
Mata Seca (C)	-	-	-
Meio Ambiente (A+B+C)	R\$ 7.538,31	R\$ 33.505,48	R\$ 45.503,51

Fonte: Fundação João Pinheiro

.

## 5.2 Enquadramento e uso de recursos hídricos

Diferentes instrumentos e políticas ambientais de âmbito regional tem influência direta no ordenamento territorial de um município, é o caso do enquadramento dos cursos d'água em classes e a outorga de direito de uso de recursos hídricos. O enquadramento dos cursos d'água é um instrumento utilizado no

---

<sup>8</sup> O bioma de mata seca em minas gerais é específico da região norte do estado, razão pela qual essa informação não é apresentada para os municípios na RMBH.

Brasil desde a década de 1990, mas que foi regulamento e institucionalizado pela Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei 9433/1997. O Município de Juatuba está completamente inserido na bacia hidrográfica do Rio Paraopeba, de forma que o enquadramento de referência para os cursos d'água na região utiliza a Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, nº 14, de 28 de dezembro de 1995.

O município tem parte de seu território inserido dentro da bacia do ribeirão Serra Azul, que é utilizado como um importante manancial metropolitano. O Ribeirão Serra Azul (à montante e à jusante do reservatório) e o córrego Boa Vista são enquadrados, pela DN nº 14, de 28 de dezembro de 1995 do COPAM como cursos d'água de classe 1, portanto de alta relevância hídrica e com restrições para o recebimento de efluentes.

O cadastro de outorgas é o único banco de dados disponível para o estado de Minas Gerais e que apresenta os usos de recursos hídricos. Importante destacar, todavia, que diferentes estudos, como é o caso do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Rio das Velhas, apontam que existe uma considerável quantidade de usos que não se encontram registrados nos termos da outorga e do cadastro de uso insignificante. O quadro abaixo apresenta as outorgas de uso de recursos hídricos autorizadas e localizadas no território de Juatuba.

**Quadro 14: Outorgas de direito de uso de recursos hídricos no município de Juatuba**

REF	EMPRESA RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO
1	GRANJA BRASILIA AGROINDUSTRIAL AVICOLA LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo agroindustrial.
2	AMBEV SA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial.
3	AMBEV SA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial.
4	AMBEV SA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial.
5	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano.
6	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente sem finalidade definida.
7	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de abastecimento público.
8	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de abastecimento público.
9	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de abastecimento público.

**Fonte: PDRH do Rio das Velhas**

### 5.3 Conflitos ambientais

O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA é vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e ciências humanas da UFMG e desenvolve desde o ano 2001 pesquisa, ensino e extensão dedicados à compreensão dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. A base de dados disponibilizada em ambiente virtual pelo Gesta é considerada um importante instrumental para a percepção dos conflitos ambientais vigentes em determinadas áreas.

Em consulta à base de dados dos conflitos ambientais do GESTA não foram localizados conflitos mapeados ambientais para o município de Juatuba.

#### **5.4 Informações sobre o Saneamento Básico**

O saneamento básico é considerado pela Política Nacional de Saneamento Básico, como ações envolvendo quatro eixos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos. O saneamento básico é condição essencial para a garantia de qualidade de vida e de saúde para a população residente, sendo, portanto, trabalhado em diferentes instrumentos legais e normas no âmbito federal, estadual e municipal.

Os dados do SNIS estão disponíveis para a grande maioria dos municípios brasileiros e são apresentados pelos responsáveis pelo saneamento básico em cada município. Importante destacar que existe certo comprometimento de algumas informações para as quais as concessionárias ou o próprio município não tem informações ou as existentes encontram-se muito desatualizadas. Contudo, o SNIS é a fonte de dados considerada mais completa e atualizada existente para os municípios brasileiros.

Segundo o Sistema Nacional de Informações de Saneamento, os serviços de esgoto e de água são prestados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA (SNIS, 2017).

O abastecimento de água do município de Juatuba é realizado pela COPASA. Aproximadamente 96,2% da população urbana tem acesso à água tratada. No município existem 12.251 ligações de água, sendo que o consumo médio *per capita* de água é estimado em 168,51 litros por habitante por dia. O sistema de tratamento de água para atendimento da população de Juatuba produz aproximadamente 2.412,04 (1000m<sup>3</sup>/ano), dos quais 2.412,01 (1000m<sup>3</sup>/ano) recebem tratamento para a distribuição (SNIS, 2017).

Os serviços de esgotamento sanitário do município de Juatuba é realizado pela COPASA e atende 7.478 pessoas. São 4.219 ligações ativas de esgoto, com uma rede de esgotamento de aproximadamente 43,48 km e que coleta um volume de esgotos domésticos estimado em 386,13(1000m<sup>3</sup>/ano). Dos esgotos

coletados, 120,01 m<sup>3</sup>(1000m<sup>3</sup>/ano) são tratados, de forma que 31,08 % das águas servidas são tratadas no município de Juatuba (SNIS, 2017).

Não existem informações no SNIS, para o ano de referência, sobre os serviços de coleta e destinação de resíduos do município de Juatuba esses dados deverão ser buscados diretamente junto ao município (SNIS, 2017).

## **6 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

Os dados secundários que concernem o uso e ocupação do solo no município de Juatuba foram coletados de diversas fontes e serão apresentados a seguir em três seções, a saber: dinâmica imobiliária, zoneamento ecológico econômico e relação de equipamentos urbanos. Cada subtítulo será acompanhado de uma contextualização geral de sua inserção e relevância para o diagnóstico municipal e de uma análise da qualidade dos dados existentes.

### **6.1 Dinâmica Imobiliária**

#### **6.1.1 Relação de parcelamentos anuídos ou em processo de anuência**

A seguir apresentam-se dados referentes aos parcelamentos anuídos ou em processo de anuência junto à Diretoria de Regulação da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH) desde 2013.

O parcelamento do solo para fins urbanos é a divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, assim definidas em lei brasileira, desde 1979 (Lei Federal nº 6.766/1979).<sup>9</sup>

Entende-se que a análise do conjunto de loteamentos recentes é fundamental

---

<sup>9</sup> A respeito dos trâmites de anuência de loteamentos, destaca-se sua divisão em duas etapas. Em um primeiro momento, o interesse do empreendedor é encaminhado à Agência RMBH pelas prefeituras municipais já com uma relação de diretrizes municipais para a área. Em seguida, a Agência RMBH emite um conjunto de diretrizes metropolitanas que deverão orientar o projeto no que tange a localização de áreas públicas e o traçado viário básico, trazendo considerações específicas oriundas de legislações estaduais. Na sequência o processo de anuência em si, que consiste na análise do projeto do loteamento juntamente aos projetos complementares de drenagem e terraplenagem - utilizados para apreciação de sua adequação no que tange a infraestrutura e relação com o perfil natural do terreno - com a emissão de um parecer. Já no caso dos desmembramento, dada sua característica de aproveitamento do sistema viário existente, não se faz necessária a etapa de diretrizes.

para a compreensão da dinâmica imobiliária de um município, uma vez que cada novo pedido de diretrizes ou anuência concedida pode representar um novo vetor de crescimento urbano, assim como um potencial conflito, seja este ambiental, social ou relacionado às condições de mobilidade urbana. Já em relação aos desmembramentos, ainda que, em sua análise isolada, possam ser avaliados como menos impactantes na estrutura urbana, quando analisados em conjunto podem indicar tendências de adensamento ou reações à alterações de marcos urbanísticos regulatórios. Destaca-se ainda que os dados aqui apresentados se referem a dinâmica formal de parcelamentos, podendo haver dinâmicas informais paralelas no município de Juatuba, que poderão ser identificadas em outras etapas do processo de revisão de seu Plano Diretor.

A planilha a seguir traz informações de cada parcelamento anuído ou em processo de anuência no município de Juatuba desde 2013, seu tipo (diretrizes, loteamentos e desmembramentos) área, data de início e de término e o resultado do processo de anuência (caso finalizado). Sempre que existentes são trazidos também informações de seu uso e do número de lotes gerados.

**Quadro 15: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Juatuba**

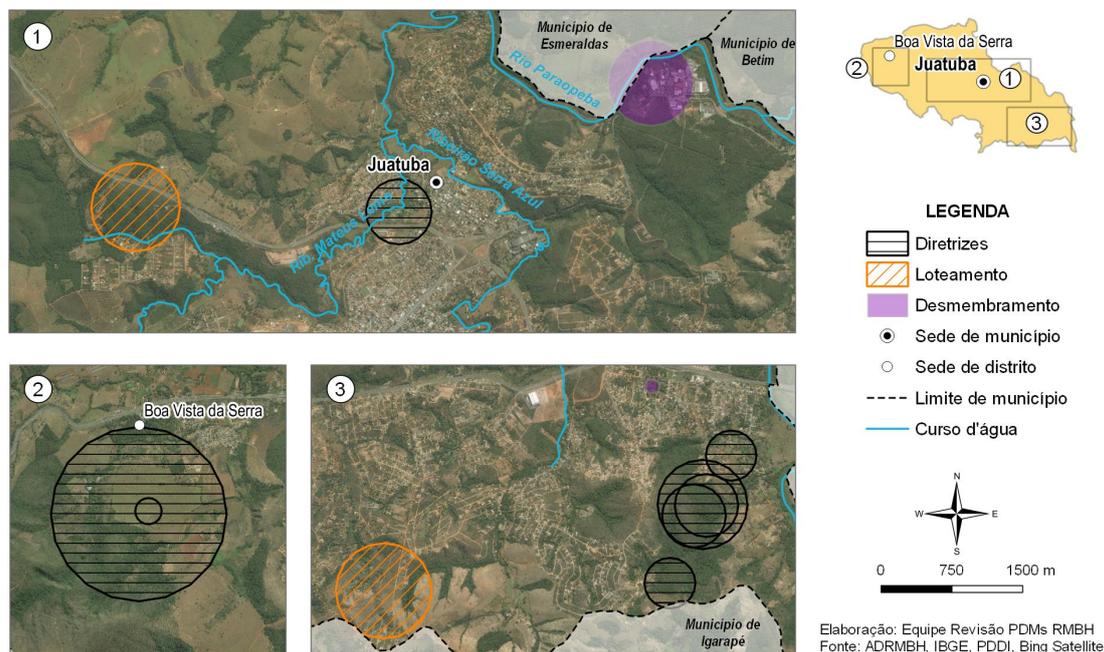
Ano	Modalidade	Área (m <sup>2</sup> )	Lotes	Uso	Status
2013	Loteamento	180.000	66	Residencial	Pendências
2013	Loteamento	212.437			Anuído
2013	Desmembramento	5.000			Anuído
2014	Diretrizes	99.240			Pendências
2014	Diretrizes	59.376			Diretriz emitida
2014	Diretrizes	187.000			Não passível de anuência
2014	Desmembramento	3.416	2	Residencial	Pendências
2015	Desmembramento	171.454			Pendências
2016	Diretrizes	15.800			Diretriz emitida
2016	Diretrizes	684.000			Não passível de anuência
2016	Diretrizes	94.000		Residencial	Não passível de anuência
2016	Diretrizes	93.000		Residencial	Não passível de anuência
2016	Diretrizes	60.000		Residencial	Não passível de anuência

**Fonte: Agência RMBH, 2013-2017**

A partir da planilha acima destaca-se que no período analisado, um total de 8 diretrizes foram solicitadas à Agência RMBH no município de Juatuba, das quais apenas 2 foram emitidas. Nesse mesmo período 2 loteamentos e 3 desmembramentos foram submetidos para aprovação, sendo que apenas 1 loteamento e 1 desmembramento receberam anuência. Entre os processos analisados destaca-se também a predominância de parcelamentos de uso residencial e um número pouco significativo de lotes gerados. Em princípio, identifica-se, portanto, uma dinâmica imobiliária de expansão urbana formal pouco significativa e pouco impactante no município de Juatuba.

A partir do mapa apresentado a seguir – que traz a localização básica desses parcelamentos a partir de um raio simples equivalente à área do empreendimento a partir de seu ponto central – é possível uma análise preliminar da dinâmica de forma territorializada.

**Figura 25: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Juatuba**



**Fonte: Agência RMBH, 2013-2017**

A partir do mapa acima nota-se que a localização de parcelamentos no município de Juatuba é bastante dispersa. Os dados apontam, portanto, para a necessidade de uma definição mais precisa de vetores de crescimento preferenciais para que possam ser evitadas situações de vulnerabilidade social, degradação ambiental e precariedade das condições de deslocamento de pessoas e mercadorias no município.

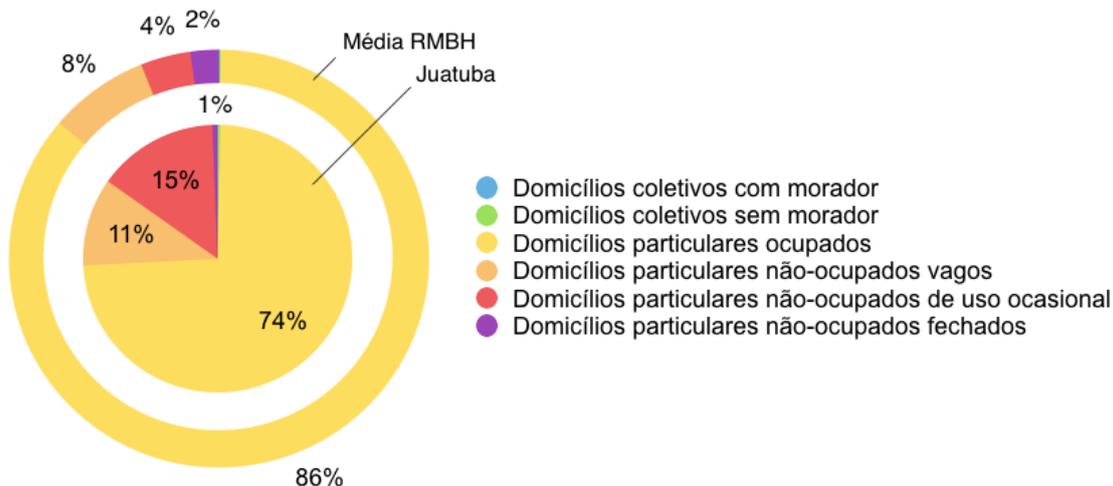
### 6.1.2 Vacância domiciliar

O cálculo de vacância domiciliar<sup>10</sup> é, um dado importante para embasar uma política de regulação do solo que busque potencializar o uso do espaço já

<sup>10</sup> Para o cálculo de vacância domiciliar, o IBGE considera os Domicílios Particulares Permanentes, que, na data de referência, encontravam-se sem moradores (IBGE, 2010, p.67). Por meio de consulta à vizinhança, são somados os domicílios fechados, aqueles que, apesar

urbanizado, buscando, assim, combater a especulação imobiliária. O levantamento mais recente nesse sentido é do Censo de 2010.

**Figura 26: Tipos e ocupação de domicílios, Juatuba**



Fonte: IBGE, 2010

De maneira geral, pode-se concluir a partir do gráfico acima que o município de Juatuba apresenta um número elevado de domicílios não-ocupados de uso ocasional, compondo 15% do estoque, especialmente quando comparado à média da RMBH, que é de 4%.

A quantificação dos domicílios vagos pelo IBGE, entretanto, não considera qualitativamente os imóveis em questão, sendo o dado, portanto, incompleto para embasar uma política habitacional com base na utilização desse estoque ocioso de habitação.

Uma outra deficiência do dado é que ele não considera o estoque de lotes vagos, restringindo-se às unidades habitacionais construídas. Essa lacuna não

---

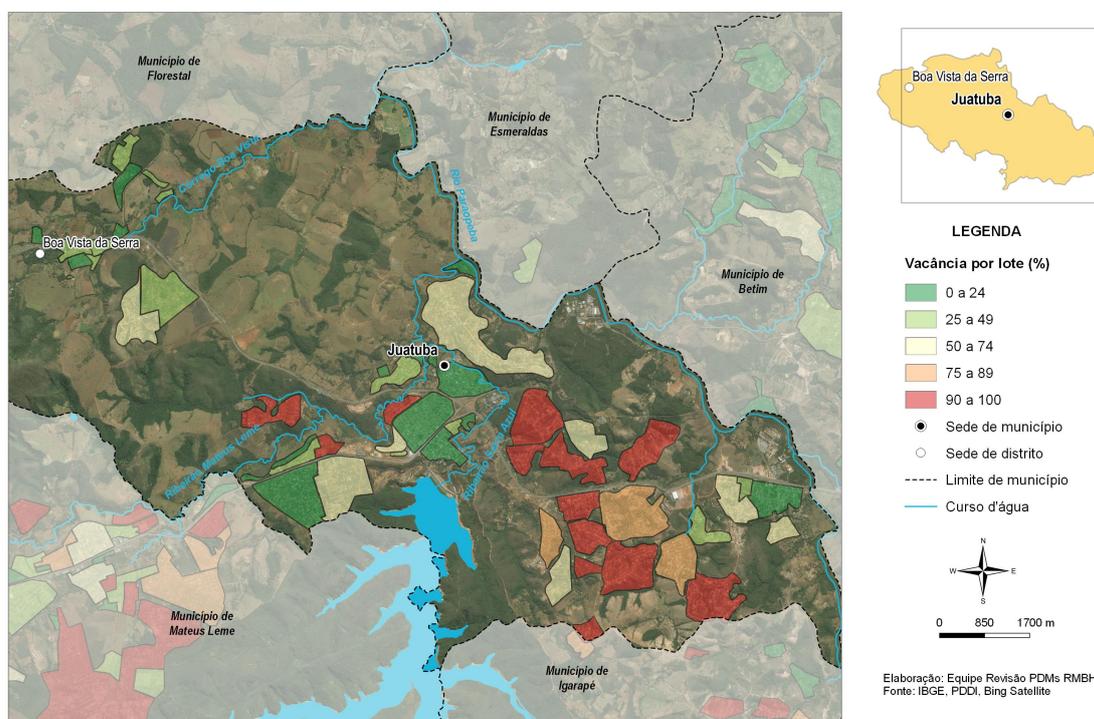
de ocupados, não tiveram moradores presentes no período de coleta. Também por esse meio, são desconsiderados os domicílios de uso ocasional, ou seja, aqueles utilizados “para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes” (IBGE, 2010, p.67).

é preenchida por nenhum outro estudo sistemático no Brasil, o que dificulta estimar a quantidade de lotes vagos e subutilizados que poderiam também contribuir na construção de políticas para a intensificação do uso do solo.

### 6.1.3 Taxa de vacância fundiária

Com vistas a cobrir a lacuna deixada pela pesquisa de vacância imobiliária embasada pelo Censo 2010, o grupo Morar de Outras Maneiras da Universidade Federal de Minas Gerais (MOM-UFMG), desenvolveu, no contexto de elaboração do PDDI-RMBH, um pesquisa para identificação de loteamentos vagos na RMBH. A análise restringiu-se à uma escala macro de levantamento e conseguiu identificar grandes vazios como loteamentos periféricos em áreas de expansão. Entretanto, não foram delimitados lotes isolados ou em conjuntos menores inseridos nas áreas de ocupação mais consolidada.

**Figura 27: Taxa de vacância fundiária, Juatuba**



Fonte: UFMG, 2011

A partir do mapa é notável a descontinuidade da mancha urbana parcelada do município de Juatuba. A sede, localizada às margens da MG 0-50, a aglomeração conhecida como Parque Alvorada, também ao longo da MG 0-50, o distrito de Boa Vista da Serra e a região do Bairro Samambaia, próxima à divisa de Betim, são as áreas com uma taxa de vacância baixa à intermediária, variando de 0 à 74%.

Uma parte expressiva do município encontra-se com taxas entre 90 e 100% de vacância. Grande parte destas áreas localizadas entre a Bairro Samambaia e a sede, entretanto, existem também outras áreas espalhas ao longo do território municipal.

Por fim, junto a essa grande concentração de áreas vazias, estão áreas com uma taxa menor de vacância, com valores entre 75 e 89%. Apesar de mais ocupadas que seu entorno, são ainda valores altos e representam uma parte considerável do território de Juatuba, tanto do ponto de vista quantitativo, quando por sua localização.

## **6.2 Zoneamento ecológico-econômico**

O Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), elaborado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2012, consiste em diagnóstico do Estado de Minas Gerais a partir das diretrizes metodológicas propostas pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA. Foram geradas duas cartas principais que trazem, de forma territorializada, índices e possibilidades de combinações de critérios e de agrupamento de áreas em relação à severidade dos problemas ambientais e dos potenciais sociais que nelas podem ser encontrados.

Além de compor uma base organizada e integrada de informações oficiais, essa ferramenta, sem caráter limitador, impositivo ou arbitrário, pode apoiar a gestão territorial fornecendo subsídios técnicos à definição de áreas prioritárias para a proteção e conservação da biodiversidade e para o

desenvolvimento, segundo critérios de sustentabilidade econômica, social, ecológica e ambiental. Assim, entende-se que o ZEE/MG poderá ser útil para elaboração das políticas públicas e das ações em meio ambiente no município de Juatuba, orientando o governo e a sociedade civil na elaboração de programas e investimentos. A seguir serão apresentados e discutidos os resultados dessas duas cartas para o município de Juatuba.

### 6.2.1 Índice de Potencialidade Social

No contexto do ZEE-MG o Índice de Potencialidade Social é medido pelas dimensões produtiva, natural, humana e institucional e determina o ponto de partida de um município ou de uma microrregião para alcançar o desenvolvimento sustentável.<sup>11</sup>

O Índice de Potencialidade Social identificado para o município de Juatuba pelo ZEE-MG foi "muito favorável", como especificado na tabela a seguir, o município apresentou bons resultados em todos os componentes avaliados.

---

<sup>11</sup> Em cada dimensão os fatores condicionantes analisados são: Dimensão produtiva: atividades econômicas, índice de malha rodoviária, infraestrutura de transporte, índice transporte aéreo, índice do VA agropecuário, índice do VA indústria, índice do VA serviços e índice das exportações; Dimensão natural: densidade de ocupação de terras, recursos minerais, nível tecnológico da agropecuária, índice IMS ecológico, concentração fundiária invertida e utilização das terras; Dimensão institucional: presença de organizações de fiscalização e controle, presença de organizações jurídicas, gestão pública municipal, presença de organizações financeiras, de organizações de segurança pública e de organizações de ensino e pesquisa, gestão cultural, gestão do desenvolvimento rural, presença de organizações de ensino superior e ensino profissionalizante, unidades de defesa social, gestão ambiental municipal, capacitação de aplicação da lei e organização de pós-graduação e pesquisa; Dimensão humana: demografia, taxa de ocupação, taxa de desocupação invertida, condições sociais, distribuição espacial da população, razão de dependência invertida, índice de emprego formal, renda per capita, educação, habitação, saneamento, saúde, taxa de crimes violentos e índice de desenvolvimento humano.

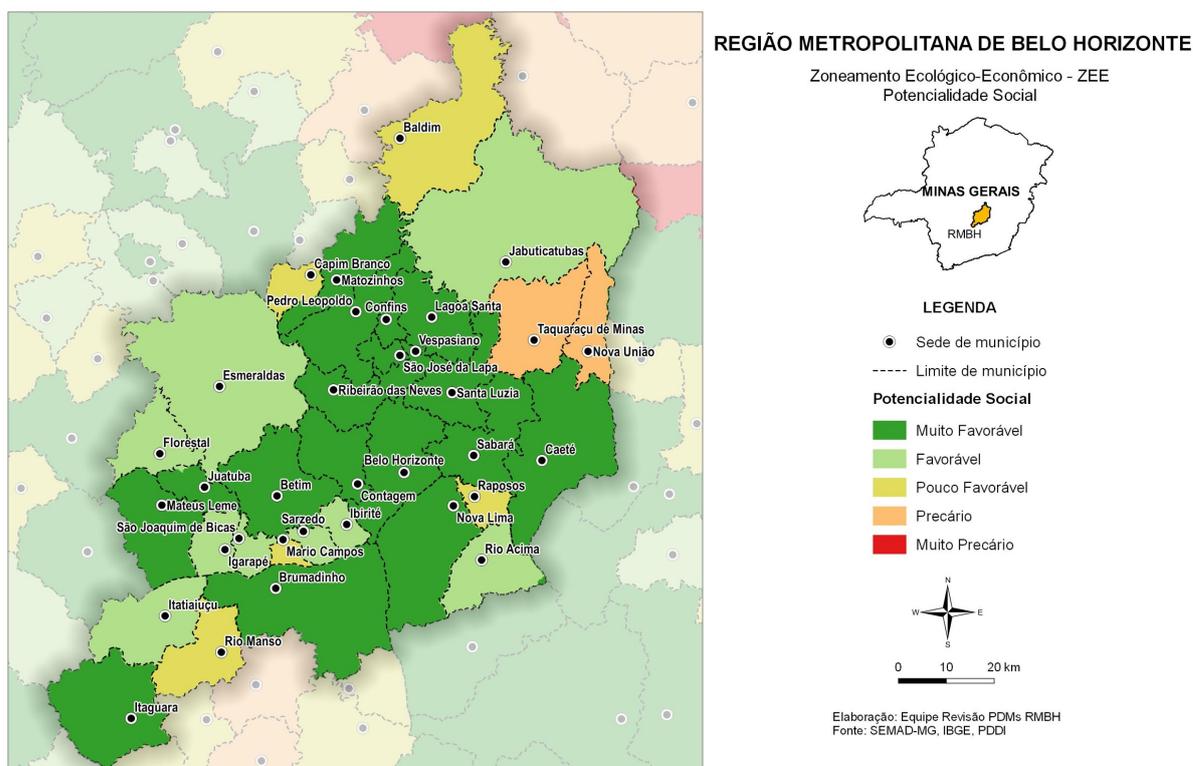
**Quadro 16: Resultados Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), Juatuba**

COMPONENTES ÍNDICE DE POTENCIALIDADE SOCIAL	RESULTADOS
Componente produtivo	Muito favorável
Componente natural	Muito favorável
Componente institucional	Favorável
Componente humano	Favorável
<b>Resultado final</b>	<b>Muito favorável</b>

Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012

Como pode ser observado no mapa a seguir, esse resultado encontrado para o município de Juatuba nivela o município por cima em relação aos seus pares da RMBH.

**Figura 28: Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), RMBH**



Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012

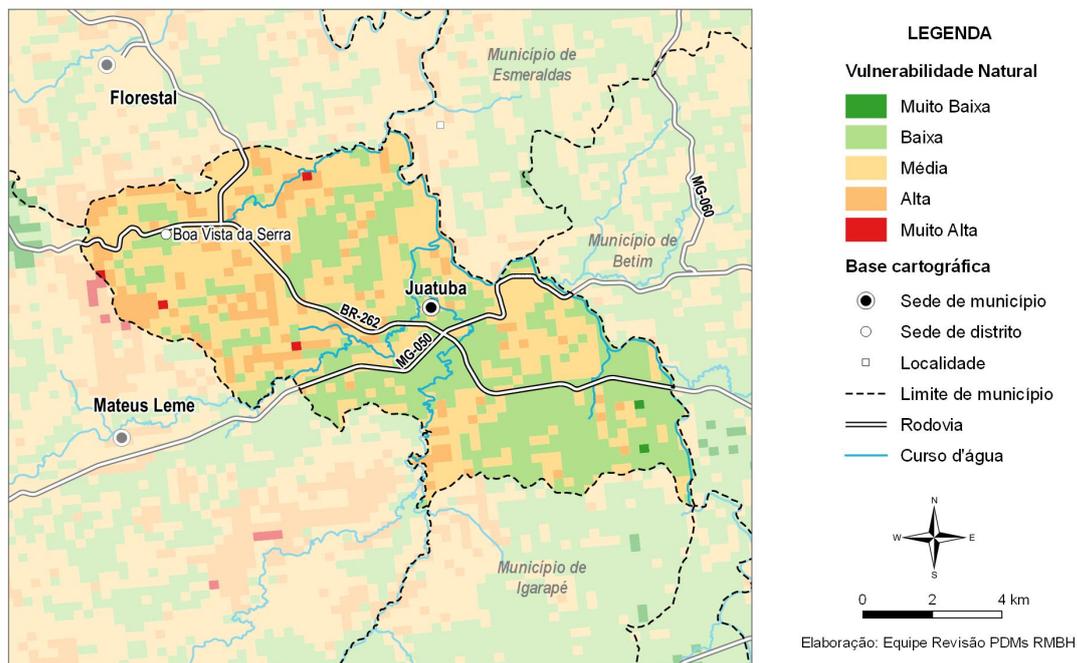
### **6.2.2 Carta de Vulnerabilidade Natural**

No contexto do ZEE-MG entende-se como vulnerabilidade natural a incapacidade de uma unidade espacial resistir e/ou recuperar-se após sofrer impactos negativos decorrentes de atividades antrópicas consideradas normais, isto é, não-passíveis de licenciamento ambiental pelo órgão competente. Assume-se que, se uma unidade espacial apresenta um dado nível de vulnerabilidade ambiental a uma atividade antrópica normal, ela também terá um nível igual ou superior para uma atividade econômica passível de licenciamento. Deve-se ressaltar que a vulnerabilidade natural é referente à situação do local na época do estudo.

Entre os fatores condicionantes analisados pelo índice destacam-se: integridade da flora e da fauna, susceptibilidade dos solos à contaminação e à erosão, susceptibilidade geológica à contaminação das águas subterrâneas, disponibilidade natural de água e condições climáticas.

Cabe ressaltar que Carta de Vulnerabilidade Natural gerada pelo ZEE-MG foi construída em uma escala regional apresentando, portanto uma certa imprecisão para a análise intramunicipal. Sabendo disso, a seguir apresenta-se a Carta de Vulnerabilidade Natural do município de Juatuba.

**Figura 29: Carta de Vulnerabilidade Natural, Juatuba**



**Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012**

Como pode ser observado no mapa, o Município de Juatuba apresenta áreas com um índice de vulnerabilidade natural alternando entre "baixa" e "média" em sua região leste e que gradualmente passa a alternar entre "média" e "alta" a oeste.

## **7 HABITAÇÃO**

A habitação é uma função pública de interesse comum (Lei Complementar nº 89/2006) que sofre diretamente os impactos produzidos por fenômenos como dinâmica imobiliária, investimentos públicos, grandes empreendimentos produtivos, condições ambientais, estruturas de transporte e mobilidade etc. Ao mesmo tempo, a habitação não constitui, em si mesma, um equipamento ou serviço metropolitano que possa ser determinado a partir de um planejamento nessa escala. Pelo contrário, o espaço da moradia e de seu ambiente urbano imediato se define, em grande parte, por características específicas de cada pequena porção do território. Sua qualidade é uma qualidade na escala micro local.

A seguir os dados secundários relacionados à questão habitacional coletados de diversas fontes serão apresentados em cinco subtítulos, a saber: quadro habitacional, produção habitacional, bem-estar urbano, zonas especiais e leis específicas.

### **7.1 Quadro Habitacional**

#### **7.1.1 Déficit habitacional**

O cálculo do déficit habitacional, a seguir apresentado para o contexto de Juatuba, foi produzido pela Fundação João Pinheiro com base no censo de 2010, quando, pela primeira vez, foi estimado o déficit para municípios com população abaixo de 20 mil habitantes na área urbana - o censo de 2000 trazia estimativas de déficit habitacional e inadequação de domicílios apenas para municípios com população acima de 20 mil habitantes.

Atualmente o déficit habitacional é calculado a partir da soma de quatro componentes principais: domicílios precários (o que engloba domicílios improvisados e rústicos), coabitação familiar (famílias conviventes secundárias

com intenção de constituir um domicílio exclusivo<sup>12</sup>), ônus excessivo com aluguel urbano<sup>13</sup> e adensamento excessivo de domicílios alugados<sup>14</sup>.

Segundo análises da Fundação João Pinheiro, o déficit de Juatuba é de 791 unidades habitacionais, o que equivale à 8,63% do estoque habitacional existente no município (abaixo da média metropolitana em que o déficit equivale a 10,82% do estoque habitacional). Deste total, 54 domicílios são precários, 208 domicílios têm ônus excessivo com aluguel, 272 domicílios apresentam adensamento excessivo e 257 domicílios estão em situação de coabitação familiar.

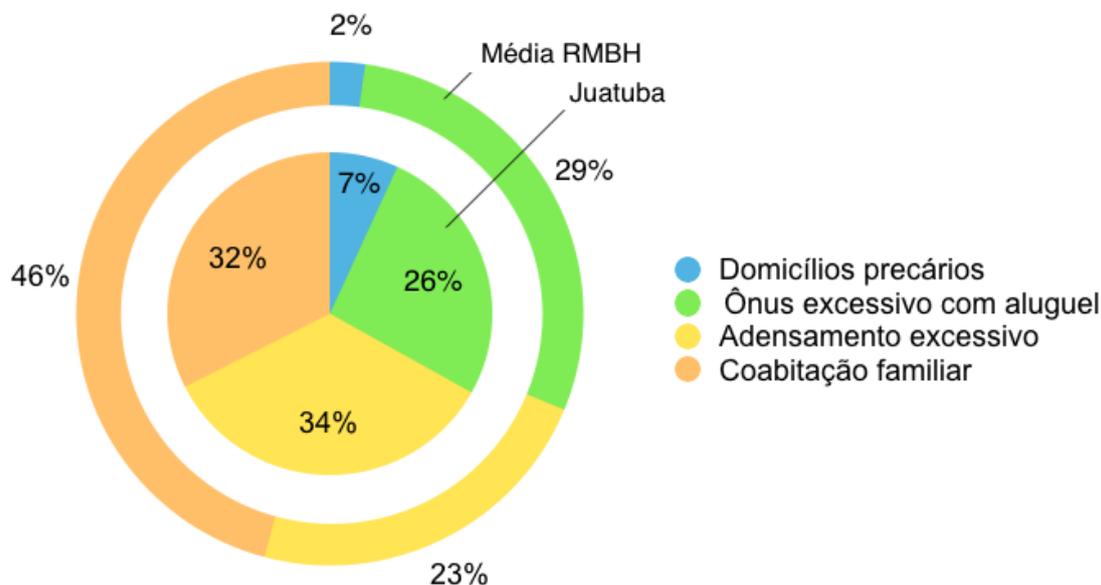
---

<sup>12</sup> A partir de 2007 passou a ser consideradas para o cálculo do déficit somente as famílias em coabitação com a intenção de constituir um edifício exclusivo, o que acarretou em mudanças no dado.

<sup>13</sup> Segundo a Fundação João Pinheiro são consideradas: “famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel” (FJP, p.18, 2013). Até 2000 a questão do ônus excessivo com aluguel era considerada inadequação habitacional.

<sup>14</sup> Incorporado ao cálculo de déficit habitacional a partir de 2008. É considerado adensamento excessivo uma média maior do que três moradores por dormitório.

**Figura 30: Composição déficit habitacional, Juatuba**



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

O déficit habitacional em Juatuba se encontra, portanto, proporcionalmente distribuído entre os índices de ônus excessivo com aluguel, adensamento excessivo e coabitação familiar. Destaca-se também que a composição do déficit habitacional de Juatuba difere da média da RMBH particularmente por apresentar um menor índice de coabitação familiar e elevados índices de domicílios precários e adensamento excessivo.

### 7.1.2 Domicílios precários

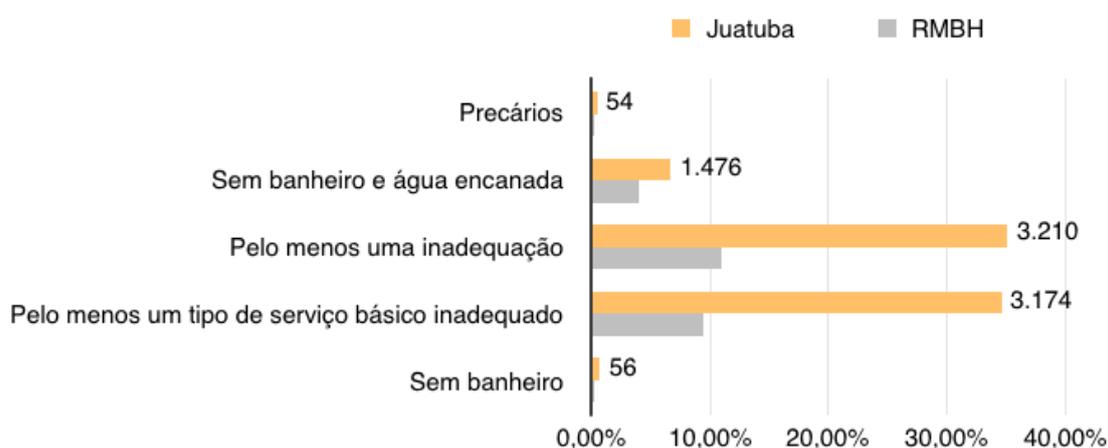
Em complementaridade ao dados do déficit habitacional, a Fundação João Pinheiro junto ao Índice Mineiro de Responsabilidade Fiscal disponibiliza outros dados vinculados à precariedade de domicílios, importantes para a compreensão do quadro habitacional do município. A saber:

- Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada;
- Número de domicílios urbanos que apresentam inadequação (pelo menos um componente) entre: carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza

- fundiária, cobertura inadequada, sem unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação;
- Número de domicílios urbanos com pelo menos um tipo de serviço básico inadequado entre: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo;
  - Número de domicílios urbanos sem banheiro.

A seguir são apresentados os resultados os resultados encontrados a partir do censo de 2010 para o Município de Juatuba.

**Figura 31: Domicílios precários, Juatuba**



**Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010**

Em suma, os números encontrados para Juatuba revelam uma porcentagem alta de domicílios com alguma inadequação ou serviço básico inadequado, inclusive em comparação com a média metropolitana. Faz-se necessário, portanto, maior proximidade com a realidade do município para que essas inadequações possam ser compreendidas em sua relação com a infraestrutura pública distribuída no território.

### **7.1.3 Aglomerados subnormais**

Entende-se que o conhecimento da existência e das características territoriais dos Aglomerados Subnormais<sup>15</sup> no município de Juatuba – áreas que, ao longo do tempo, foram sendo conhecidas por diversos nomes, tais como favela e comunidade – é de suma importância para orientar o poder público na tomada de decisões e no planejamento de Políticas Públicas visando a melhoria da qualidade de vida dessa população. Sendo assim, destaca-se que, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, áreas com tais características não existiam no município de Juatuba.

## **7.2 Produção habitacional de interesse social**

A produção de Habitações de Interesse Social está normalmente relacionada à necessidade de realocação de famílias removidas de áreas de risco, assim como ao combate do déficit habitacional de um município. Desde 2009, essa produção tem sido articulada em todo o país através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Destaca-se que a produção habitacional pelo PMCMV se divide em duas modalidades principais diferenciadas pela faixa de renda das famílias beneficiadas. A saber, a produção habitacional voltada para famílias com renda de até R\$1.600,00 (referente a 3 salários mínimos à época) a chamada 'faixa 1', financiada via Fundo de Arrendamento Residencial (FAR); e a produção habitacional voltada para famílias com renda familiar de 3 a 10 SMS (faixas 2 e 3), financiada através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (MORADO NASCIMENTO, 2014).

---

<sup>15</sup> O conceito de Aglomerado Subnormal surgiu em 1987, quando o IBGE começa a fazer seu mapeamento. O mapeamento é feito por setores censitários que apresentem um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo:

- Irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes;
- Carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

Sobre as faixas 02 e 03, a Caixa Econômica Federal não disponibiliza os dados dos empreendimentos contratados. Desse modo, o impacto demográfico da produção resultante dessa modalidade do Programa aparecerá somente no Censo Demográfico de 2020. Segundo dados oriundos de pesquisa desenvolvida pelo grupo PRAXIS – EA/UFMG, até dezembro de 2012 havia sido contratada, na RMBH, a produção de 32.540 moradias.

Tanto em relação à faixa 1, quanto às faixas 2 e 3 não foram colhidos dados em relação à produção de unidades habitacionais em Juatuba.

### **7.3 Bem-estar urbano**

#### **7.3.1 Índice de Bem-estar Urbano (IBEU) Local**

O Índice de Bem-estar Urbano (IBEU) foi elaborado pelo Observatório das Metrópoles, a partir de variáveis do Censo Demográfico de 2010, e calculado para as Áreas de Ponderação<sup>16</sup> (AP), de duas maneiras, quais sejam, um índice para comparação nacional (denominado IBEU Global), em que o indicador de cada área de ponderação é calculado em relação a todas as outras AP das quinze regiões metropolitanas consideradas, e outro regional (denominado IBEU Local), em que o indicador de cada AP é calculado em relação as demais AP da mesma região metropolitana – a análise aqui apresentada utiliza o IBEU local<sup>17</sup>. O índice é calculado com base em cinco temas que colaboram ao bem-estar urbano: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos e infraestrutura urbana. Os resultados são divididos nas seguintes faixas de avaliação: 0,000-0,500 muito ruim ou péssimo, 0,501-0,700 e 0,701-0,800 faixas intermediárias e 0,801-0,900 e 0,901-1,00 bons e excelentes.

---

<sup>16</sup> As Áreas de Ponderação são unidades territoriais resultantes de agregação de Setores Censitários, definidas pelo IBGE para divulgação dos microdados do Censo Demográfico

<sup>17</sup> Para conhecimento mais detalhado acerca do IBEU, ver Ribeiro; Ribeiro, 2013

Os mapas a seguir apresentam, respectivamente, o Índice de Bem Geral e sua decomposição nas cinco dimensões de análise: Mobilidade, Condições Ambientais Urbanas, Condições habitacionais, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana.

Como podemos observar no primeiro mapa, Juatuba é avaliada com níveis ruins de Bem Estar geral. Ao desagregá-lo nas cinco dimensões entretanto, evidenciam-se diferenças consideráveis entre os valores atingidos.

Juatuba tem um nível bom segundo o IBEU no que diz respeito à mobilidade. Para o cálculo desse índice é considerado o tempo gasto no trajeto de casa ao trabalho, sendo o tempo máximo adequado de 1 hora.

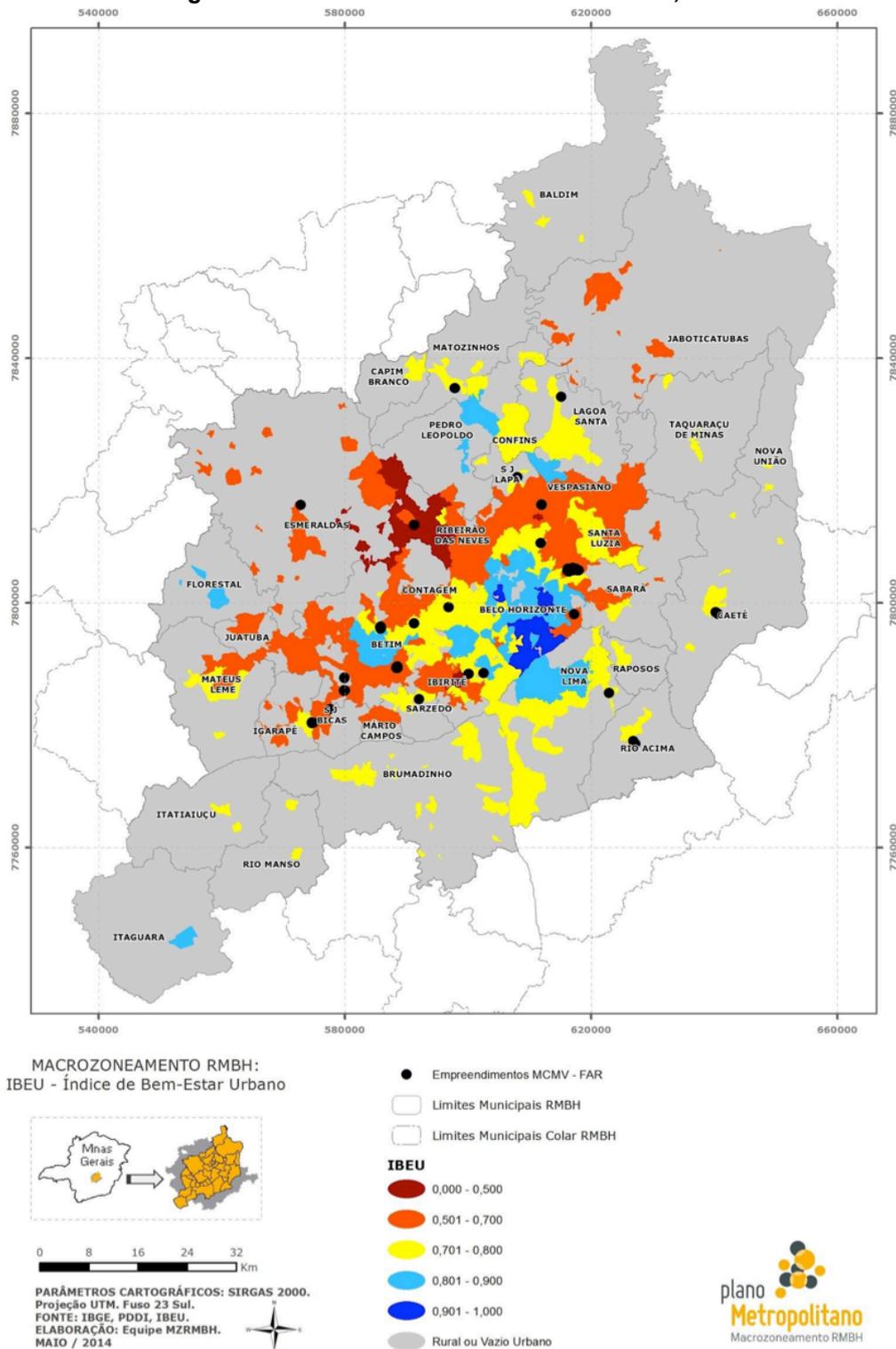
Em relação às condições ambientais, Juatuba possui os mais altos níveis de acordo com a avaliação do IBEU. Para a avaliação da qualidade ambiental urbana são considerados aspectos como arborização, a presença ou não de esgoto ao céu aberto e a proporção de lixo por residentes.

As condições habitacionais urbanas tratam da escala da moradia e seu padrão e consideram em seu cálculo se as unidades encontram-se em áreas categorizadas como aglomerados subnormais, a espécie de domicílio, as densidades domiciliar e morador/banheiro e os materiais das paredes das construções. Quando avaliadas as condições habitacionais, o município possui um índice ruim.

A respeito do atendimento aos serviços coletivos, Juatuba possui níveis ruins. Esse indicativo considera em sua avaliação os serviços coletivos englobam serviços essenciais: água, esgoto, energia e coleta de lixo.

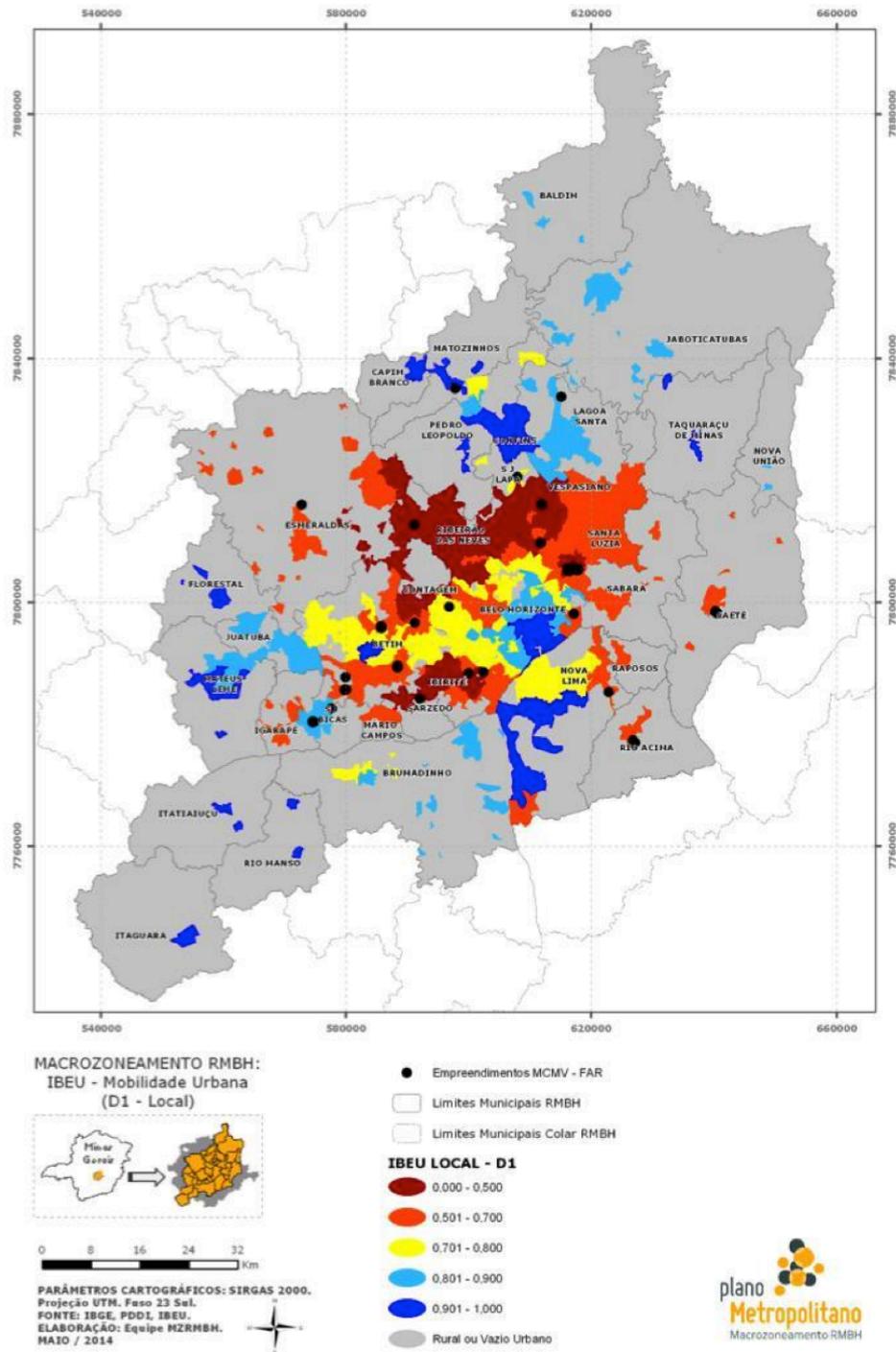
Em relação à infraestrutura urbana Juatuba está nas piores faixas de avaliação. Nessa avaliação são considerados iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio e/ou guia, bueiro, boca de lobo, rampas para acessibilidade e identificação dos logradouros.

**Figura 32: Índice de Bem Estar Urbano Local, RMBH**



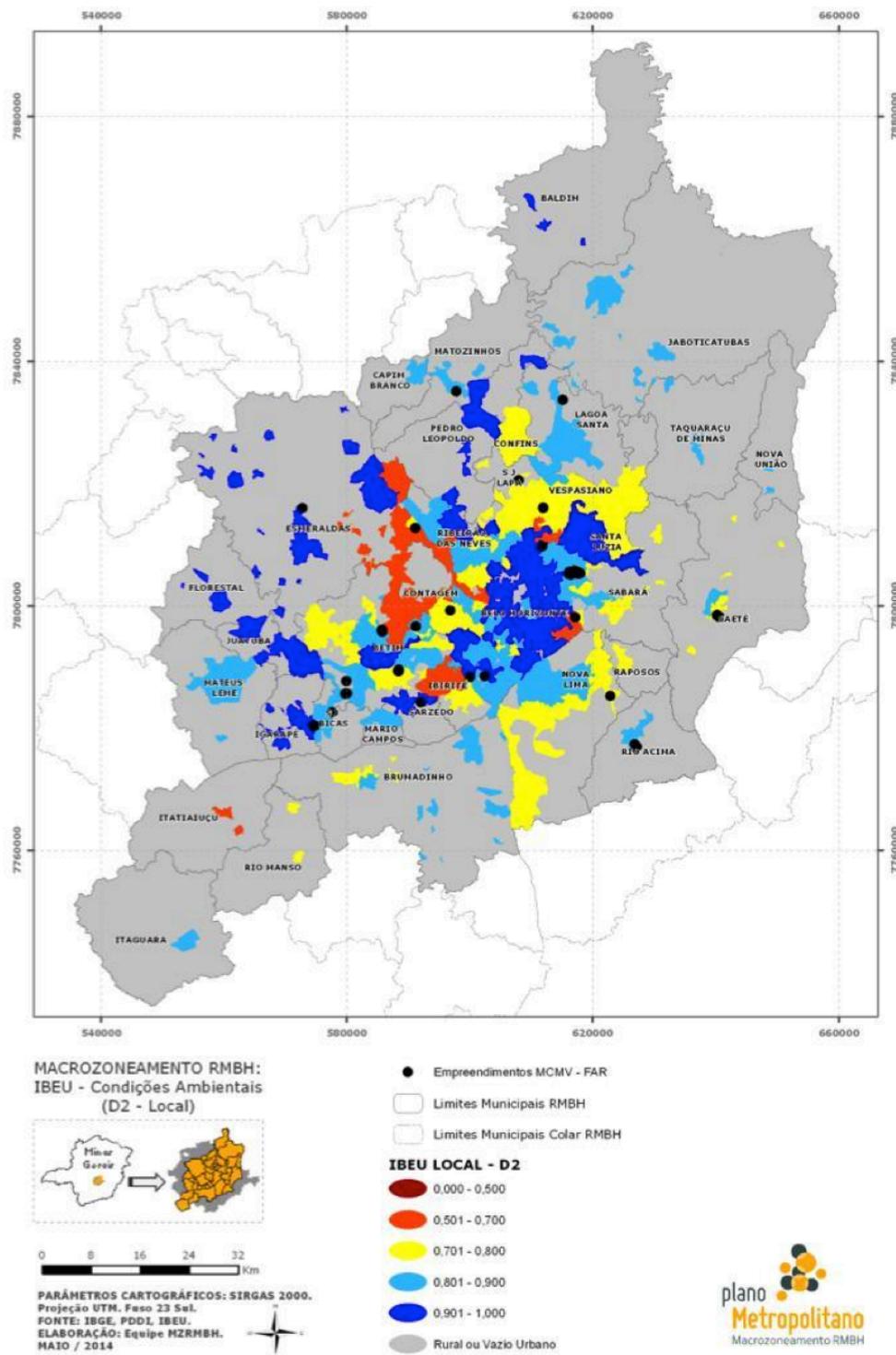
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 33: Índice de Bem-estar Urbano Local, Mobilidade, RMBH



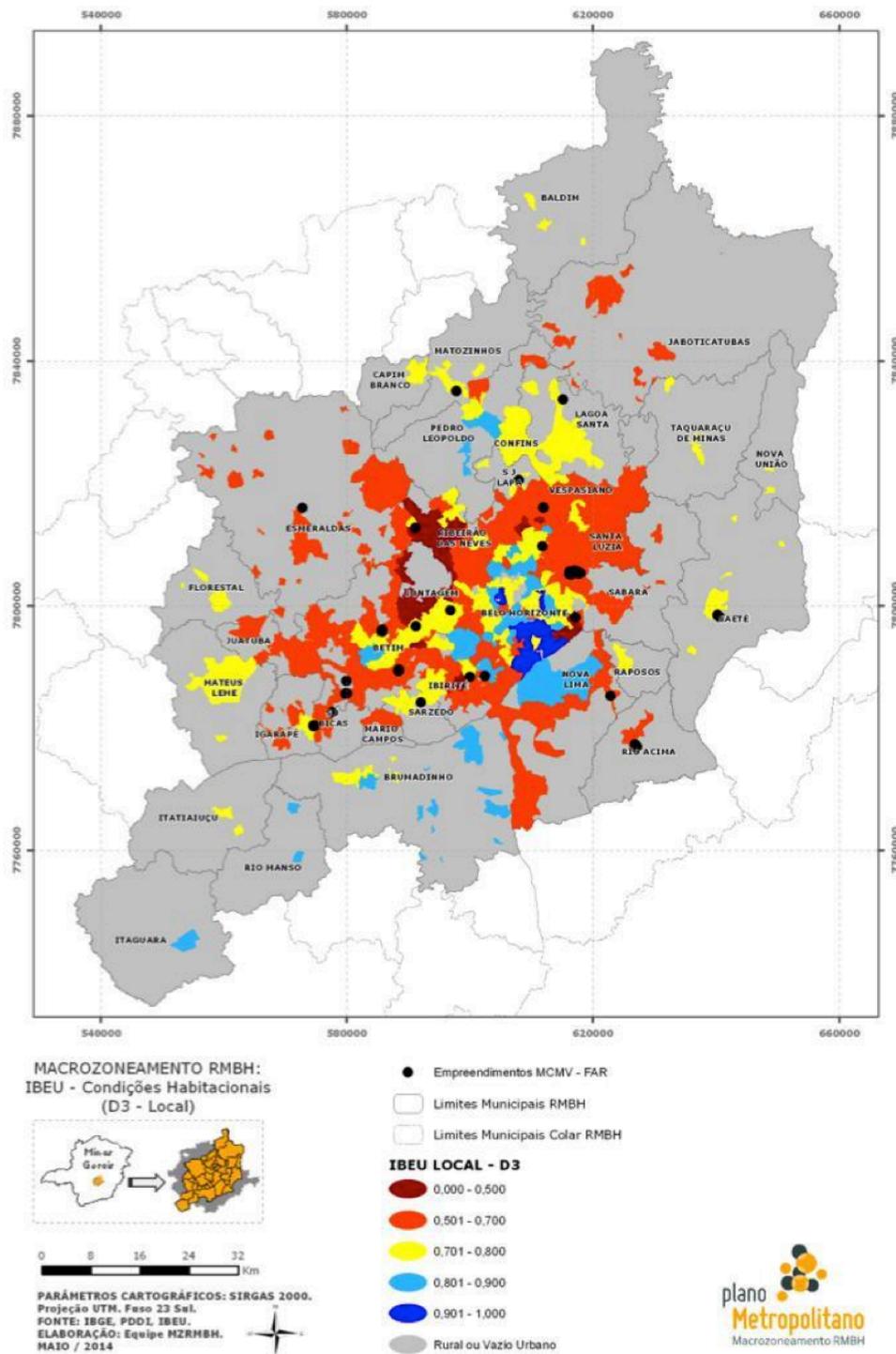
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 34: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Ambientais Urbanas, RMBH



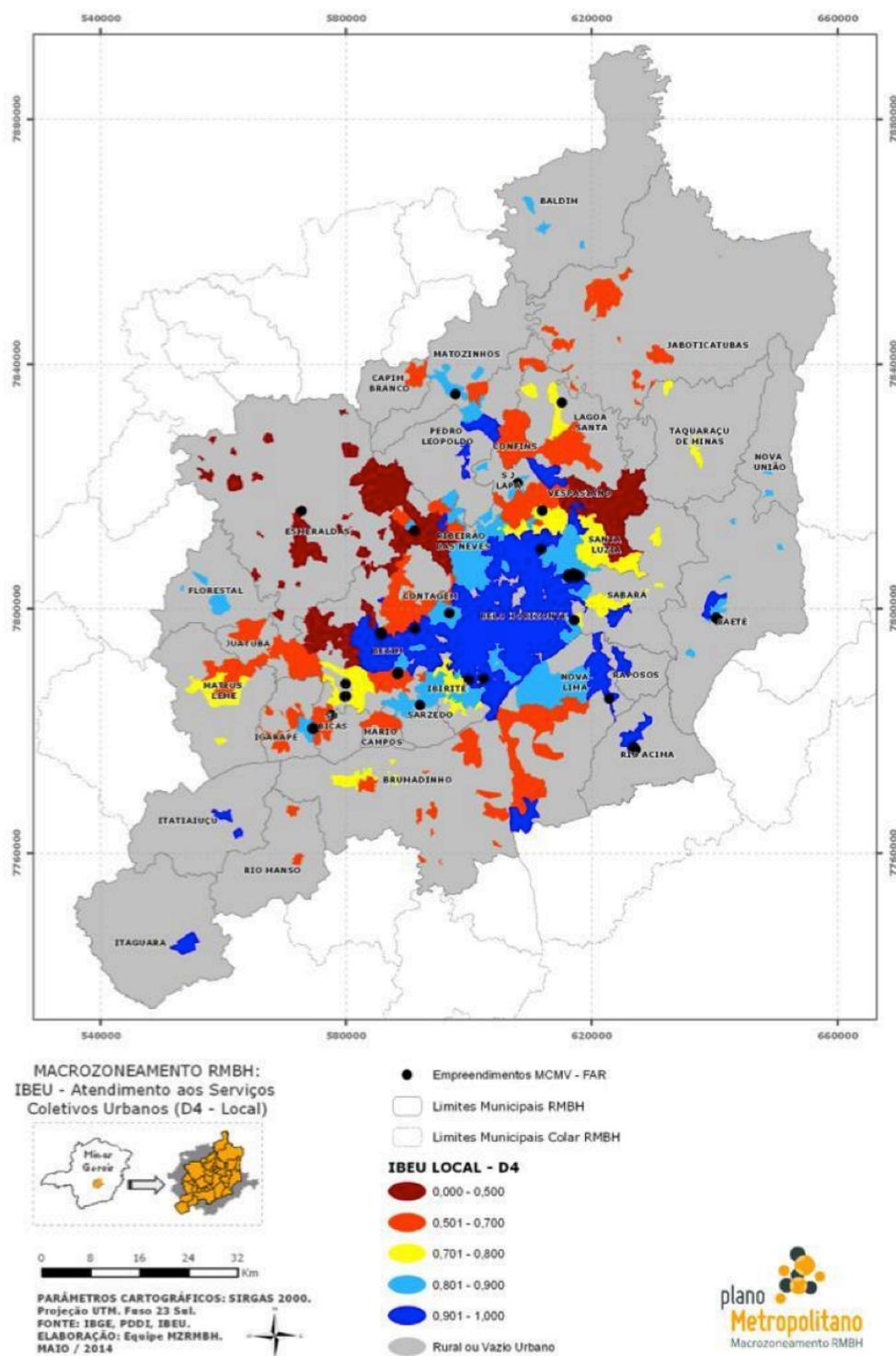
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 35: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Habitacionais, RMBH



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

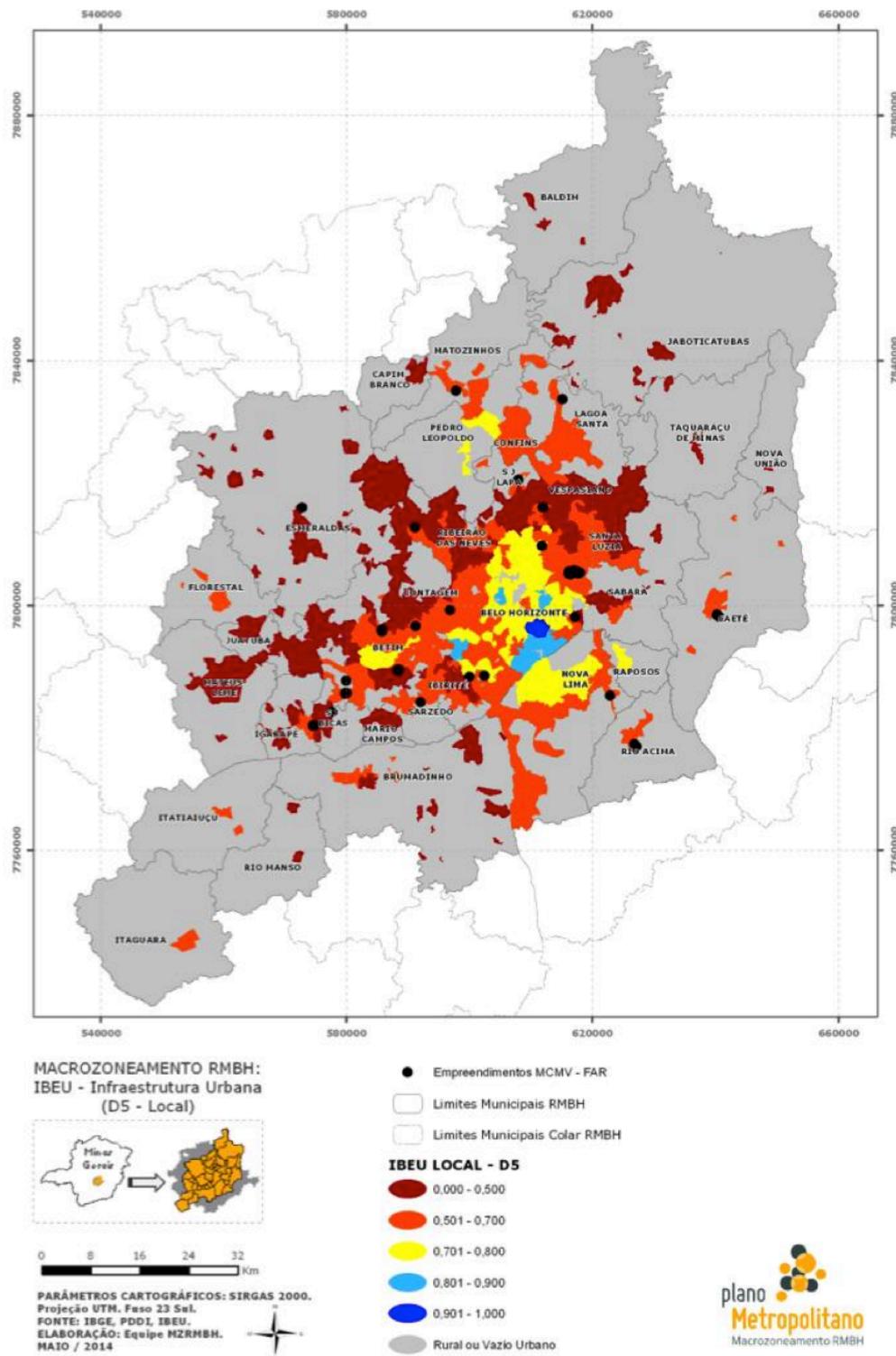
Figura 36: Índice de Bem-estar Urbano Local, Atendimento aos Serviços Coletivos



Urbanos

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 37: Índice de Bem-estar Urbano Local, Infraestrutura Urbana, RMBH



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

## **7.4 Zonas Especiais**

A partir de sua definição legal, entende-se como ZEIS as zonas urbanas destinadas ao uso habitacional, ou seja, integram o perímetro urbano do município e devem possuir infraestrutura e serviços urbanos ou garantir a viabilidade da sua implantação. Tratam-se de áreas destinadas predominantemente à moradia de população de baixa renda, independentemente de tratar-se de áreas previamente ocupadas por assentamentos populares ou de áreas vazias e subutilizadas<sup>18</sup>.

### **7.4.1 Existência de zonas especiais de interesse social**

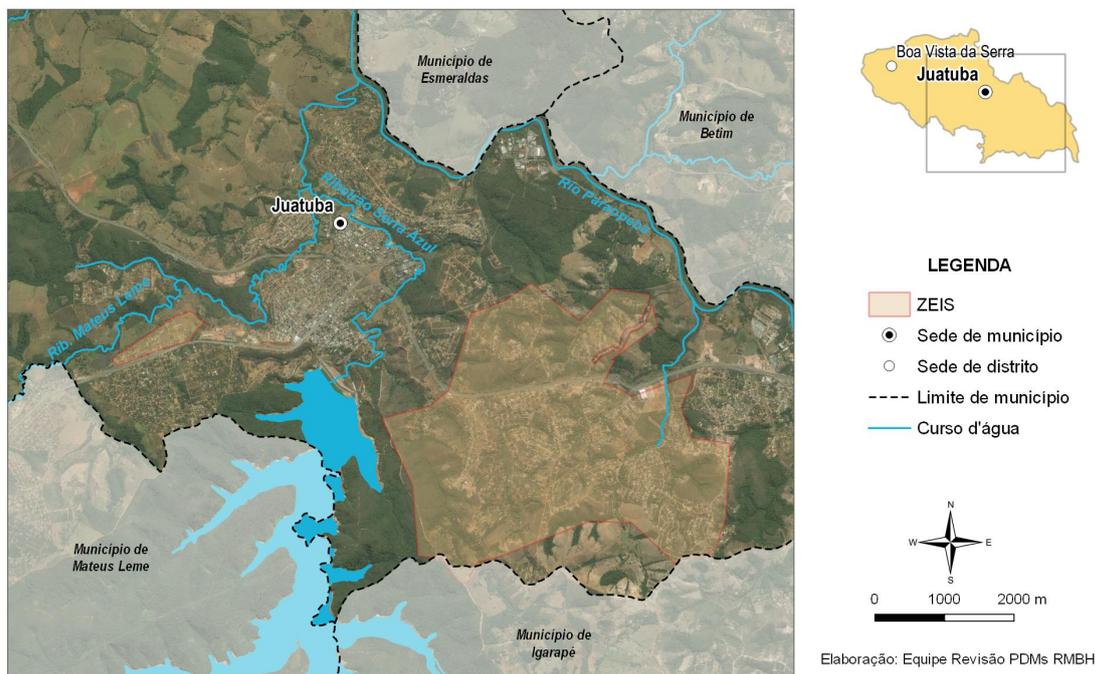
As ZEIS ocupadas demarcam áreas de assentamentos que apresentam infraestrutura precária, problemas de titularidade e/ou ilegalidades e que se encontram ocupadas por uma população de baixa renda, sendo, portanto, áreas prioritárias para investimentos públicos e sujeitas a regras especiais de parcelamento, uso e ocupação do solo que tenham como objetivo viabilizar a regularização fundiária dos assentamentos precários existentes e consolidáveis.

O Plano Diretor de Juatuba (Lei Complementar nº 94 de 18 de dezembro de 2008) delimita ZEIS como "Espaços a serem adensados, visando à recuperação dos investimentos públicos e a instalação de habitação de interesse social" (Art. 7º, parágrafo 3, alínea b). Não há diferenciação entre as áreas ocupadas e vazias, mas pela avaliação de imagens de satélite é possível observar que ambas as situações foram delimitadas como ZEIS.

---

<sup>18</sup> A delimitação das ZEIS é considerada pelo Estatuto das Cidades (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001) como um dos instrumentos a ser utilizados pelo planejamento municipal. Essa mesma lei torna a demarcação dessas áreas obrigatória para a ampliação do perímetro urbano dos municípios como consta no art. 42-B (Lei 10.257/2001, art. 42-B, inciso V).

**Figura 38: Zonas Especiais de Interesse Social, Juatuba**



**Fonte: Plano Diretor de Juatuba, Lei Complementar nº 1082 de outubro de 2012**

#### **7.4.2 Zonas especiais de interesse social vazias**

As ZEIS vazias demarcam áreas vazias ou subutilizadas destinadas para a produção de habitação de interesse social. São áreas sujeitas a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo que devem facilitar a produção dessas moradias prevendo a aplicação articulada dos instrumentos de indução do desenvolvimento urbano e cumprimento da função social da propriedade.

O Plano Diretor não diferencia entre ZEIS ocupadas e vazias, entretanto, é possível observar pelas imagens de satélite que as ZEIS incorporam áreas vazias para fins de produção habitacional.

## **8 MOBILIDADE URBANA**

No que diz respeito aos dados levantados para o presente relatório, a principal fonte de dados é a Pesquisa Origem e Destino da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Pesquisa O/D. Esta é a designação dada a um conjunto de levantamentos realizados para conhecer o padrão de deslocamentos da população, bem como avaliar as condições de mobilidade das diferentes áreas que caracterizam a região metropolitana. A Pesquisa O/D é formada por quatro pesquisas: pesquisa domiciliar, pesquisa nos terminais de transporte, na linha de contorno da região e na linha de travessia. Para atual etapa do processo de revisão do Plano Diretor, esse trabalho considerou apenas os dados da pesquisa domiciliar, por ser a pesquisa mais abrangente e com maior volume de informações.

A Pesquisa O/D é realizada a cada dez anos desde 1972, mas para o presente relatório foram levadas em consideração e sistematizadas as pesquisas dos anos de 2002 e 2012. Na pesquisa foram levantadas, a partir de amostragem domiciliar, os dados referentes às viagens cotidianas realizadas, seu motivo e modo, além da caracterização socioeconômica dos domicílios pesquisados<sup>19</sup>.

Além dos dados da Pesquisa O/D, este relatório levantou dados relativos à frota e população municipal, disponibilizados pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN – e pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Adicionalmente, utilizou-se dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP) e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) para verificação das linhas de transporte metropolitano que passam pelo território do município, bem como consultas a legislação e órgãos

---

<sup>19</sup> Os domicílios foram divididos em Áreas Homogêneas (AHs) a partir de setores censitários e posteriormente agregados em campos. A validade estatística dessa amostragem só é possível a partir do campo como unidade territorial. Para efeito do presente relatório, foi considerada a agregação por município

administrativos municipais, para verificação do atual estado de planejamento e gestão da mobilidade urbana em Juatuba.

Antes de passarmos ao detalhamento de como os dados serão apresentados, é necessário compreender que aspectos fundamentais da mobilidade urbana ainda não foram identificados e sistematizados por pesquisas específicas, como é o caso de demandas reprimidas de deslocamento, isto é, de deslocamentos não realizados por falta de meios e oportunidades para tal. Esse dado é fundamental para o planejamento da mobilidade e políticas de gestão de demanda no transporte.

Os dados foram sistematizados e serão apresentados da seguinte maneira:

- Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.
- Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação.
- Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo.

### **8.1 Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.**

O município de Juatuba se localiza na porção sudoeste da RMBH, e seu território do município é atravessado pelas rodovias BR-262, principal eixo de ligação da RMBH com o oeste de Minas Gerais e o triângulo mineiro e pela MG-050, que liga a RMBH com municípios como Divinópolis e Formiga. Nesse sentido, existem duas rodovias de extrema importância atravessando o território de Juatuba e que será fundamentais para a análise de sua mobilidade urbana.

Quanto à administração da mobilidade urbana no município, buscou-se aferir as seguintes informações: existência de secretaria específica para mobilidade urbana ou para administração do transporte e trânsito; existência de Plano de Mobilidade Urbana para o município, conforme previsto pela lei federal 12.587/2012 em seu artigo 24; existência de mapa de hierarquia viária, além da

forma de concessão do serviço de transporte coletivo municipal, conforme diretrizes estabelecidas na Constituição Federal e na lei supracitada (capítulo II). As informações foram sistematizadas no quadro abaixo:

**Quadro 17: Dados indicadores da capacidade de planejamento e gestão da mobilidade urbana no município de Juatuba.**

CATEGORIA	DADO	FONTE E DATA
Existência de secretaria específica para mobilidade urbana ou transporte e trânsito	Não – Secretaria de Infraestrutura	LC 128/2017
Existência de Plano de Mobilidade Urbana	Não – sem previsão no Plano Diretor	LC 94/2008
Existência de mapa de hierarquia viária	Não	LC 94/2008
Forma de concessão e operação do transporte coletivo municipal	Não existe	Secretaria de Infraestrutura

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores Municipais, 2017**

Assim, como se pode constatar, há indicadores de que Juatuba tem uma baixa capacidade administrativa para a mobilidade urbana, uma vez que não possui Secretaria específica voltada para o assunto, sendo a administração do transporte e trânsito a cargo da Secretaria de Obras e Infraestrutura urbana.

De acordo com a lei complementar nº 124/2017 compete à Secretaria Municipal de Infraestrutura

planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Município relativas a obras e serviços públicos, especialmente nos aspectos de infraestrutura viária, estrutura operacional e logística, mecanismos de concessão e regulação de serviços

Além da ausência de secretaria específica, destaca-se, também, a ausência do Plano de Mobilidade Urbana para o município de Juatuba que, como citado anteriormente, deve ser obrigatoriamente elaborado para municípios

pertencentes a Regiões Metropolitanas até 3 de janeiro de 2018, sob a penalidade de o município não poder receber repasses federais para políticas de mobilidade urbana. Além disso, a elaboração do plano de mobilidade urbana não está prevista no Plano Diretor do município.

Por fim, o município de Juatuba não possui, ou não apresentou até o presente momento, mapa de hierarquização viária de seu município, como também não possui oferta regular de transporte coletivo municipal por ônibus. Outras informações a respeito da oferta de transporte público no município e sobre fatores de atração de viagens podem ser vistas no quadro abaixo.

**Quadro 18: Dados sobre oferta de transporte público e polos atratores de viagens em Juatuba**

CATEGORIA	DADO	FONTE E DETALHAMENTO
Nº de linhas de transporte municipal no município	Não Existe	Não se aplica
Nº de linhas de transporte metropolitano pelo território municipal	5 linhas (3950, 3954, 3955, 3956, 3968)	SETOP, 2017, cotejada com dados da pesquisa O/D RMBH 2012 e informações do Grupo de Acompanhamento
Linhas de transporte interurbano (para fora da RMBH) relevantes	Sim – 38052 (Itaúna/Juatuba) – tarifa R\$5,55 – 14 horários	SETOP, 2017.
Atendimento por transporte público à área rural do município	Sim – transporte escolar e metropolitana	Secretaria de Infraestrutura
Existência de transporte escolar	Sim	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017

O transporte público coletivo por ônibus no município de Juatuba, como serviço específico para esse fim, é constituído por linhas do sistema metropolitano. Sua concessão é regulada pela Superintendência de Transporte Metropolitano (STM), vinculada à Secretaria de Transportes e Obras Públicas do Estado de

Minas Gerais (SETOP), existem 5 linhas que perpassam o território municipal, são elas:

- 3950 – Juatuba/Azurita (distrito de Mateus Leme) – tarifa R\$3,25
- 3954 – Florestal/Juatuba – tarifa R\$3,25
- 3955 – Sítio Novo (distrito de Mateus Leme)/Juatuba – tarifa R\$3,25
- 3956 – Azurita/Mateus Leme/Juatuba/Belo Horizonte – tarifa R\$12,50
- 3968 – Juatuba/Estação Eldorado – tarifa R\$9,00

Assim, como se pode constatar, das cinco linhas metropolitanas que passam por Juatuba, três ligam ao município de Mateus Leme, uma liga a Belo Horizonte, uma liga a Florestal e uma liga ao município de Contagem e ao sistema de metrô. Nesse sentido, pode-se constatar que há uma forte relação de complementariedade entre Juatuba e Mateus Leme, além do município vizinho de Florestal, existindo pouco incentivo, do ponto de vista do transporte público para uma ligação mais forte com Belo Horizonte. Constatou-se também a existência de uma linha intermunicipal, não metropolitana, cujo trajeto, frequência e tarifa a tornam relevantes para a análise da mobilidade urbana do município. A linha é a seguinte:

- 38052 – Juatuba/Itaúna – frequência de 14 viagens por dia – tarifa R\$5,55

A frequência e o preço indicam uma relação de interdependência entre os dois municípios que não é captada pela Pesquisa O-D, em virtude de seu escopo territorial.

Além das linhas de transporte coletivo propriamente ditas, muitas das quais ligam à área rural do município, Juatuba conta com uma frota para realizar o transporte escolar rural e urbano, financiadas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Segundo o Censo Escolar do Transporte Escolar do Plano Nacional de Atendimento por Transporte Escolar 2017 (PNATE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Juatuba possui uma população de 98 alunos que necessitam de transporte escolar

rural, recebendo um aporte do governo federal de R\$12.267,64. Segundo informações prestadas por órgãos da prefeitura, hoje em dia estão à disposição 19 veículos, cumprindo 10 itinerários diferentes para atender a população em idade escolar.

## **8.2 Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação**

Os dados a seguir apresentados buscam dar uma dimensão de como a mobilidade urbana variou em Juatuba ao longo da última década, bem como comparar essa variação com cenários mais abrangentes – no município de Belo Horizonte, na Região Metropolitana como um todo e no país, quando houver dados. Assim, são apresentados os dados referentes a quantidade de veículos registrados no município, e nas outras unidades territoriais em análise, nos anos de 2004 e 2015, bem como o número de viagens realizadas no município, em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, nos anos de 2002 e 2012, a partir da Pesquisa Origem-Destino. Para tornar a comparação mais possível, são elaboradas e apresentadas as taxas de motorização e mobilidade de cada uma dessas informações.

### **8.2.1 Frota de veículos**

A frota de veículos é a informação da quantidade de veículos motorizados registrados pelo Departamento Nacional de Trânsito no período em questão. Quando o território se refere a um município, o dado se refere a quantidade de veículos emplacados no referido município. Para a RMBH e Brasil, o dado se refere ao somatório de veículos emplacados nos municípios

que compõem essas unidades territoriais<sup>20</sup>. O quadro a seguir resume os dados:

**Quadro 19: Frota de veículos em 2004 e 2015 e sua variação em Juatuba, Belo Horizonte, RMBH e Brasil**

TERRITÓRIO	FROTA DE VEÍCULOS EM 2004	FROTA DE VEÍCULOS EM 2015	VARIAÇÃO (%)
Juatuba	2.522	9.260	267,17%
Belo Horizonte	816.091	1.714.233	110,05%
RMBH	1.217.730	2.830.842	132,47%
Brasil	39.240.825	90.686.936	131,10%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de DENATRAN (2004 e 2015)**

Se na capital mineira, na RMBH e no país como um todo o número de veículos mais que duplicou, em Juatuba esse valor cresceu significativamente acima da média metropolitana, mais que triplicando. Entretanto essa alta taxa de crescimento deve ser ponderada pelo menor número absoluto de veículos adicionados (6.738) e pelo número de habitantes do município, como se verá a seguir.

---

<sup>20</sup> É importante frisar que os dados se referem a todas qualidades de veículos automotores existentes (automóveis, caminhonetes, camionetas, utilitários, motocicletas, motonetas, ciclomotores, quadriciclos, triciclos, micro-ônibus, ônibus, caminhões, caminhões-tratores, reboques e semi-reboques), mas que os veículos leves automotores (automóveis, caminhonetes, motocicletas e afins) respondem pela maior parte de sua composição. Além disso, ressalta-se que ambos os dados se referem aos meses de dezembro de cada ano e foram retirados do sítio eletrônico do Denatran no ano de 2016. Atualmente, o Denatran retirou a informação de frota por município de seu portal na internet.

### 8.2.2 Taxa de motorização 2004 e 2015

A taxa de motorização é a razão entre o número de veículos pertencentes a um território e sua quantidade de habitantes. Em outras palavras, é a quantidade de veículos por pessoa que existe em cada localidade. Ponderada pela população (a partir das estimativas populacionais oficiais do IBGE), a taxa de motorização permite a comparação entre territórios de escala e complexidade diferentes.

**Figura 39: Taxa de motorização em 2004 e 2015 em Juatuba, Belo Horizonte, RMBH e Brasil**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de DENATRAN e IBGE (2004 e 2015)**

Como se pode ver na figura acima, a taxa de motorização de Juatuba praticamente triplicou entre 2004 e 2015, mas, mesmo assim, permaneceu abaixo das médias para a RMBH, Belo Horizonte e para o Brasil. Nesse sentido, o crescimento ocorrido no município se deu, entre outros fatores, pelo fato de que havia mais espaço e potencial de crescimento do que nas outras localidades, justamente por seu índice se encontrar abaixo da média. Cabe a

reflexão se esse volume de motorização é necessário para a mobilidade urbana do município, e qual seria um eventual ponto de saturação.

### **8.2.3 Divisão territorial na pesquisa O-D – número de áreas homogêneas e unidades de macro mobilidade no município**

A Pesquisa Origem-Destino da RMBH, tanto em 2002 como 2012, trabalha com amostragens de domicílios divididos a partir de áreas homogêneas, como sua menor área de divisão territorial. As áreas homogêneas são determinadas a partir da agregação de setores censitários do IBGE. As áreas homogêneas, entretanto, não podem ter seus dados de viagens e caracterização socioeconômica expandidos com validade estatística para o universo total da RMBH. Por isso, as áreas homogêneas são agregadas em campos, a menor unidade territorial com validade estatística para a Pesquisa O-D e posteriormente em unidades de macro mobilidade (UMM).

Antes de se analisar os dados sobre viagens em Juatuba apresentados pela Pesquisa O-D em 2002 e 2012, é necessário ressaltar que o município se constitui de uma única UMM, composta de 9 áreas homogêneas em 2002 e 17 em 2012. A quantidade e a variação da divisão territorial de análise do município funciona como um elemento de aproximação da variação do grau de complexidade de sua mobilidade urbana. Sendo assim, pode-se ver que foi necessário ampliar as ferramentas de análise para o município entre as duas Pesquisas O-D.

### **8.2.4 Número de viagens realizadas por dia útil e taxa de mobilidade 2002 e 2012**

O número de viagens realizadas em um município se refere à quantidade de pessoas que realizaram um deslocamento entre dois pontos específicos, utilizando-se um ou mais meios de transporte. As viagens levantadas pela pesquisa são aquelas realizadas em um dia útil da semana. A Pesquisa O-D

RMBH identificou a seguinte composição de viagens para a RMBH, Belo Horizonte e o município de Juatuba.

**Quadro 20: Viagens cotidianas realizadas em Juatuba, Belo Horizonte e RMBH em 2002 e 2012**

TERRITÓRIO	VIAGENS REALIZADAS EM 2002	VIAGENS REALIZADAS EM 2012	VARIAÇÃO (%)
Juatuba	18.102	57.218	+216,09%
Belo Horizonte	3.955.844	6.810.346	+72,16%
RMBH	6.264.678	13.059.719	+108,47%
Participação percentual de Juatuba no total de viagens da RMBH	0,29%	0,44%	+51,63%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

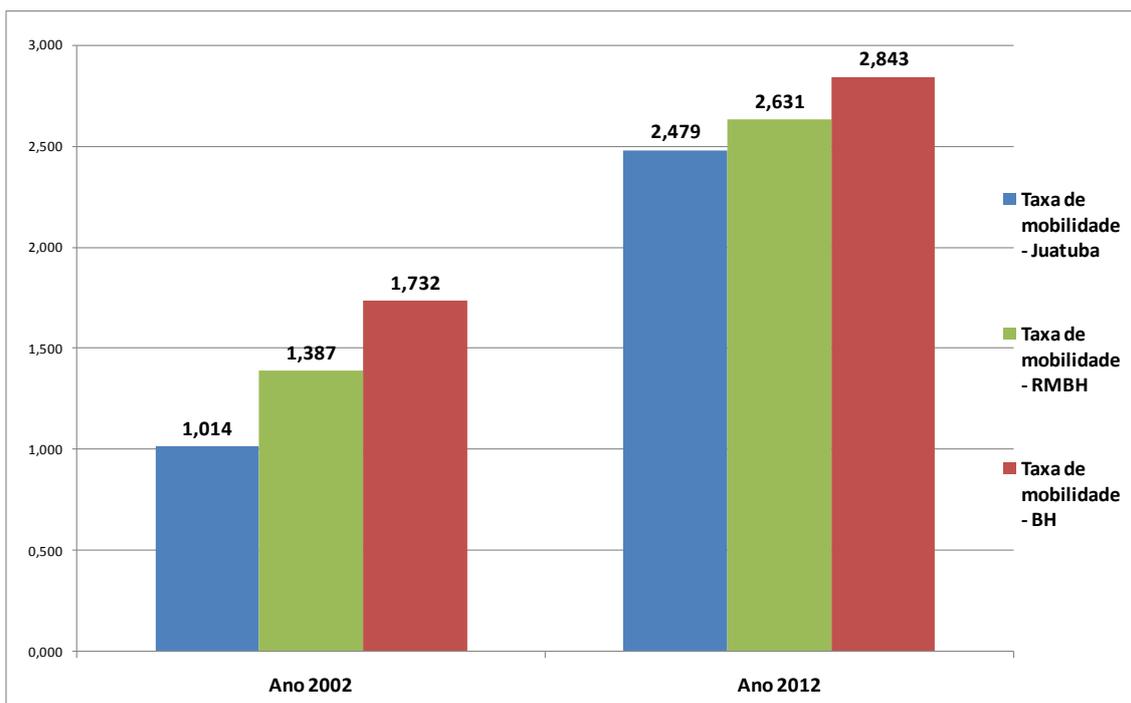
Como se pode ver pelo quadro acima, houve grande crescimento do número de viagens realizadas tanto no município de Juatuba, como em Belo Horizonte e na RMBH. É de se atentar que a taxa de crescimento de Juatuba foi praticamente o triplo da de Belo Horizonte e o dobro da de RMBH, tendo mais que triplicado seus deslocamentos cotidianos. Novamente, como na questão da frota de carros, há uma diferença no volume que as quantidades no município e na RMBH representam. É importante ressaltar que, em virtude da taxa de crescimento em Juatuba ter sido maior que a RMBH, a participação percentual das viagens geradas no município em relação ao total metropolitano aumentou de 0,29% para 0,44% de 2002 para 2012. Mas, como mostram as percentagens, essa mudança teve pouco impacto na RMBH como um todo.

Para podermos realizar uma comparação mais efetiva dos dados de crescimento do número de viagens, cabe o mesmo tratamento realizado com as informações sobre a frota de veículos.

A taxa de mobilidade é a razão entre o número de viagens realizadas por dia útil, constatada na pesquisa Origem-Destino em determinada localidade, e a

quantidade de habitantes do território em questão. Abaixo é apresentada a figura comparativa da taxa de mobilidade para Juatuba, Belo Horizonte e a Região Metropolitana.

**Figura 40: Taxa de mobilidade em 2002 e 2012 em Juatuba, Belo Horizonte e RMBH**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH e IBGE (2002 e 2012)**

Como se vê acima, as taxas de mobilidade cresceram significativamente em todas as agregações territoriais analisadas. Entretanto, pode-se ver que a taxa de mobilidade de Juatuba aproximou-se das taxas de Belo Horizonte e da RMBH. Outro fator que é importante constatar é que o número de viagens por habitante em Juatuba de 2012 supera em muito o valor registrado para Belo Horizonte, em 2002. Dessa maneira, pode-se afirmar que, mesmo estando abaixo da média metropolitana, os níveis de mobilidade em Juatuba melhoraram mais que a média metropolitana.

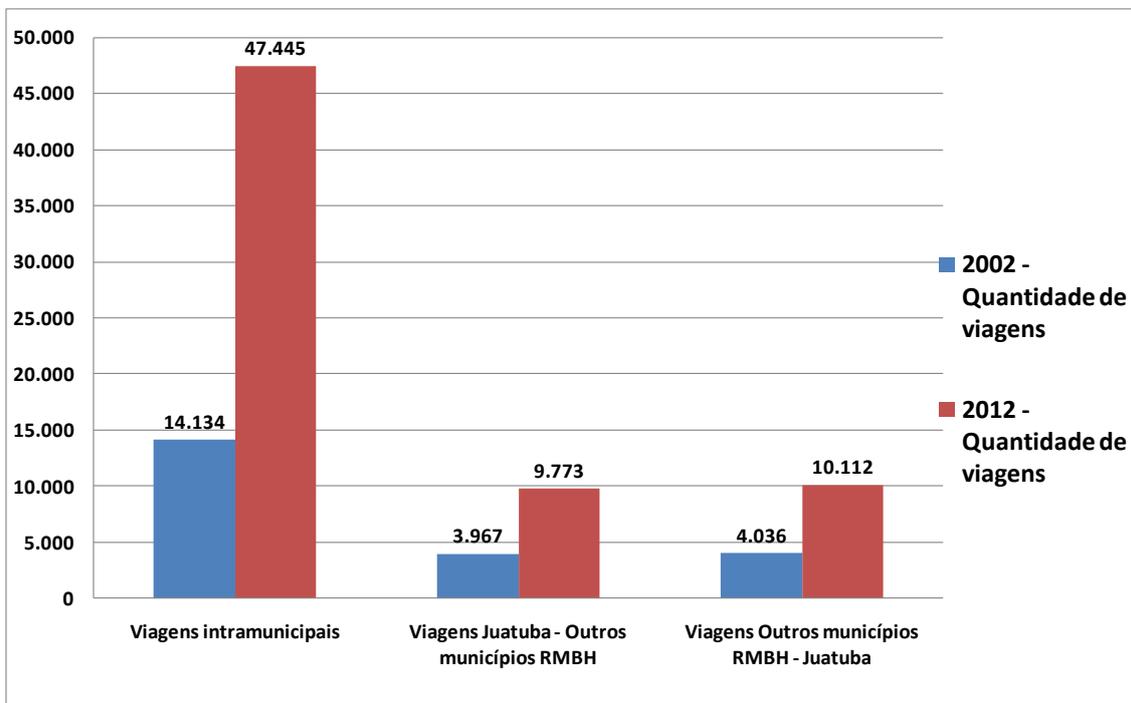
### **8.3 Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo**

A presente seção irá detalhar os dados agregados de viagens por unidade territorial, sistematizando o modo como foram realizadas, o local de origem e destino e os motivos para o deslocamento. Essas informações são relevantes não apenas para se pensar políticas públicas de mobilidade urbana, como também para compreender as relações econômicas e sociais de interdependência entre os territórios.

#### **8.3.1 Pesquisa O-D - composição das viagens por origem e destino e relação percentual com o restante da RMBH**

A figura abaixo mostra, para 2002 e 2012 a composição das viagens com origem em Juatuba divididas por destino, se para o próprio município ou se para outros municípios da RMBH, bem como mostra quantas viagens foram realizadas de outros municípios metropolitanos com destino a Juatuba.

**Figura 41: Número de viagens realizadas entre Juatuba e outros municípios da RMBH, por origem e destino, em 2002 e 2012**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Para se compreender melhor a divisão das viagens de Juatuba por origem e destino, as tabelas a seguir mostram os dados em termos percentuais.

**Quadro 21: Divisão percentual das viagens com origem em Juatuba, por destino da viagem, em 2002 e 2012**

DESTINO DO DESLOCAMENTO / ANO	2002	2012
Juatuba	78,08%	82,92%
Outros municípios da RMBH	21,92%	17,08%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

**Quadro 22: Divisão dos destinos das viagens com destino a Juatuba, por origem da viagem, em 2002 e 2012**

ORIGEM DO DESLOCAMENTO / ANO	2002	2012
Juatuba	77,79%	82,43%
Outros municípios - RMBH	22,21%	17,57%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Os quadros acima demonstram que 78,08% das viagens produzidas pelo município de Juatuba em 2002 eram viagens intramunicipais, ou seja, viagens com origem e destino no território do município. Esse valor tem ligeiro aumento em 2012, chegando a 82,92% do total de viagens. Inversamente, pode-se dizer que 21,92% das viagens em 2002 têm por destino outro município na RMBH, valor que cai proporcionalmente para 17,08% em 2012. Esses valores um grau significativo de interdependência e complementariedade entre Juatuba e os outros municípios da RMBH, inclusive com uma das menores taxas de viagens municipais, abaixo da média metropolitana, de 85%. O ligeiro aumento da proporção de viagens intramunicipais, levando em consideração o grande aumento do número absoluto de viagens, pode ser considerado um bom indicador do aumento do grau de autonomia do município, embora seja necessário avaliar outros aspectos da realidade municipal para se confirmar essa constatação.

A proporção de viagens atraídas pelo município de Juatuba, isto é, viagens cujo destino final foi o município, segue praticamente a mesma distribuição que as viagens produzidas. Ou seja, 22,21% dos deslocamentos com destino a Juatuba se originaram de outros municípios da RMBH em 2002, valor que cai para 17,57% em 2012. Essa similaridade na proporção de deslocamentos indica complementariedade das viagens e, possivelmente, movimentos pendulares entre casa e trabalho. Futuramente, esses dados poderão ser desagregados por motivo do deslocamento, para melhor caracterização.

As duas figuras seguintes apresentam os municípios da RMBH com os quais Juatuba realizou deslocamentos em 2002 e 2012.

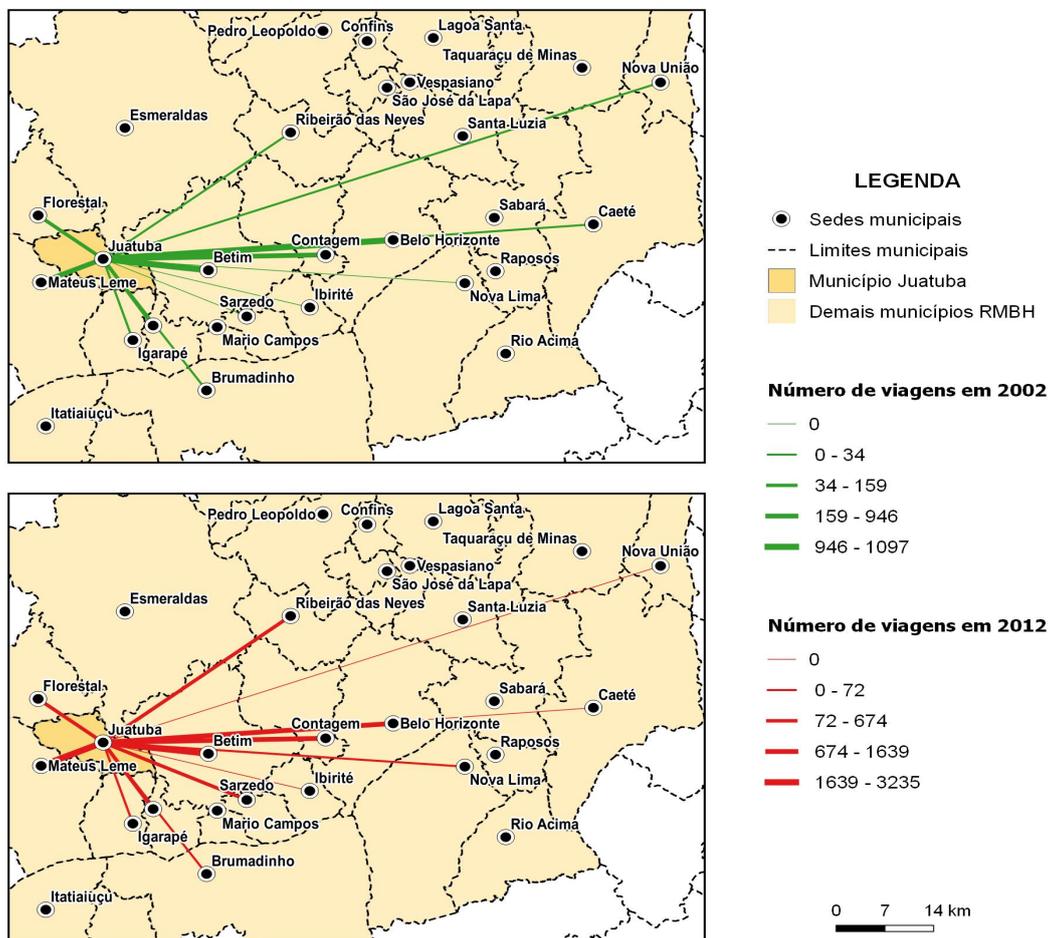
**Quadro 23: Distribuição das viagens com origem em Juatuba e destino a outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.**

DESTINO DA VIAGEM	PROPORÇÃO VIAGENS 2002	PROPORÇÃO DE VIAGENS EM 2012
Betim	26,09%	35,45%
Mateus Leme	25,65%	27,85%
Belo Horizonte	27,28%	14,67%
Contagem	10,33%	13,32%
Juatuba	0,00%	1,18%
Nova Lima	0,00%	1,05%
Outros	5,06%	1,53%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

A composição de viagens com origem em Juatuba e destino a outros municípios apresentou algumas mudanças entre 2002 e 2012. Assim, a participação de Betim passou de 26,09% em 2002 para 35,45% dos deslocamentos intermunicipais na RMBH em 2012. Outro município de destino que experimenta crescimento proporcional semelhante é Mateus Leme, que passa de 25,65% para 27,85% dos deslocamentos, no período das duas pesquisas. Por sua vez, Belo Horizonte perde participação relativa, passando de 27,28% para 14,67% dos destinos de deslocamentos intermunicipais com origem em Juatuba, entre 2002 e 2012. Os dados proporcionais devem ser cotejados com o crescimento do número absoluto de viagens, que pode ser melhor visualizada na figura a seguir.

Figura 42: Mapa de destino dos deslocamentos intermunicipais com origem em Juatuba, anos de 2002 e 2012.



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Assim, percebe-se que as principais relações que geram deslocamentos intermunicipais cotidianos, e que permaneceram entre 2002 e 2012, em Juatuba são com Florestal, Mateus Leme, Betim, Contagem e Belo Horizonte. Os três primeiros municípios citados têm a vantagem da proximidade, sendo limítrofes a Juatuba. Já Contagem e Belo Horizonte exercem atração em virtude de seu peso econômico na RMBH. Cabe aqui apontar a necessidade de se aprofundar na compreensão da natureza dessas relações intermunicipais.

Analogamente aos destinos, apresenta-se abaixo a figura que detalha a origem dos deslocamentos intermunicipais com destino a Juatuba, em 2002 e 2012.

Quadro 5 – Distribuição das viagens com destino a Juatuba com origem em outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.

ORIGEM DA VIAGEM	PROPORÇÃO VIAGENS 2002	PROPORÇÃO DE VIAGENS EM 2012
Betim	26,74%	31,99%
Mateus Leme	23,43%	28,79%
Contagem	12,66%	16,21%
Belo Horizonte	27,71%	10,39%
Florestal	3,93%	6,66%
São Joaquim de Bicas	2,20%	1,64%
Outros	3,86%	4,31%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

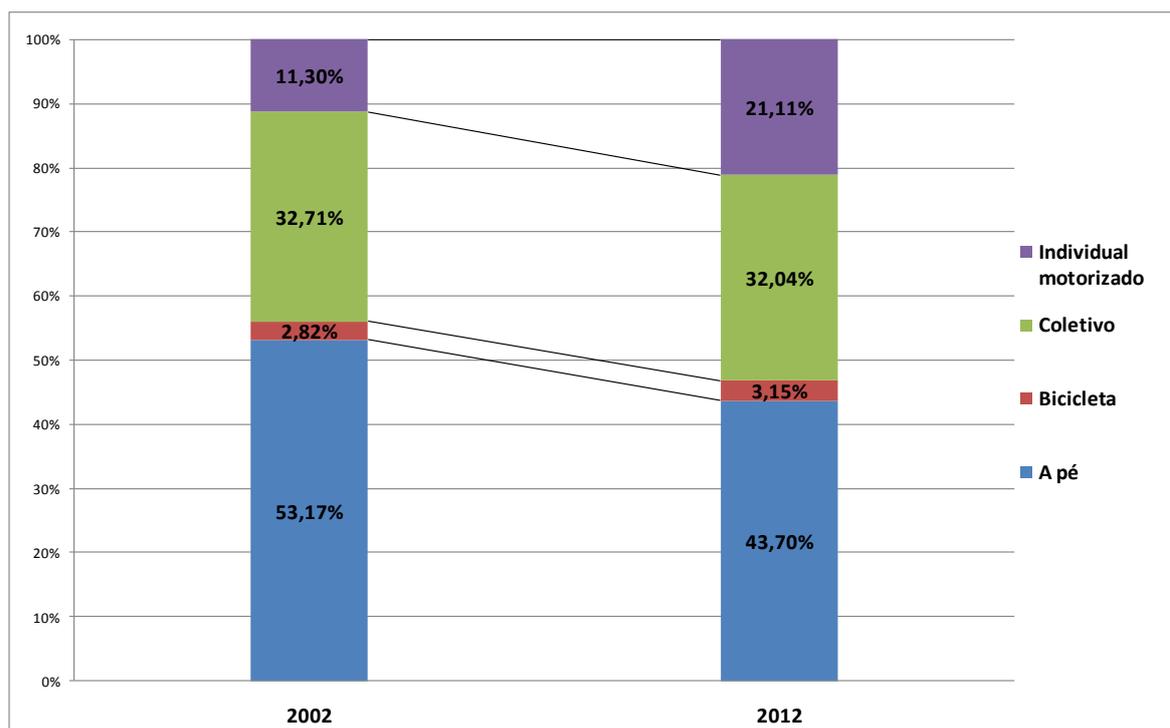
O quadro acima apresenta algumas semelhanças com a composição da figura anterior. Isso se dá em virtude, principalmente, de deslocamentos pendulares, no qual se vai e volta para o mesmo município em um mesmo dia. Na figura, Betim tem crescimento de 26,74% para 31,99% dos deslocamentos para Juatuba. Mateus Leme também aumenta sua participação, passando de 12,66% para 16,21% entre 2002 e 2012. Belo Horizonte tem sua participação diminuída como origem das viagens cotidianas para o município, passando de 27,17% em 2002, para 10,39% em 2012.

**a) Pesquisa O-D - Divisão de viagens por modo agrupado - 2002 e 2012**

A seguir é apresentada a variação das viagens realizadas em Juatuba, por modo de transporte, entre os anos de 2002 e 2012. Além do modo a pé e por bicicleta, há as categorias de “modo individual motorizado” que compreende qualquer deslocamento cujo modo principal foi o automóvel, seja como motorista ou carona, motocicleta, táxi, caminhão ou perua, e de “modo

coletivo”, que compreende deslocamentos por ônibus, transporte especial e transporte escolar.

**Figura 43: Distribuição das viagens produzidas em Juatuba por modo de transporte, em 2002 e 2012**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Como se pode constatar pela figura acima, o modo a pé continua o predominante nos deslocamentos de Juatuba, compondo cerca de 43% do total em 2012. Entretanto, é preciso notar que sua participação relativa foi a que mais diminuiu entre 2002 e 2012, passando de 53,17% para 43,70% do total de deslocamentos entre esses anos. A participação do modo bicicleta ampliou-se marginalmente, de 2,82% para 3,15% entre 2002 e 2012, esse dado é mais significativo ao se compreender que a proporção aumentou em meio a um aumento significativo do número de viagens cotidianas na década. Seguindo a tendência nacional, Juatuba teve grande aumento na proporção de viagens

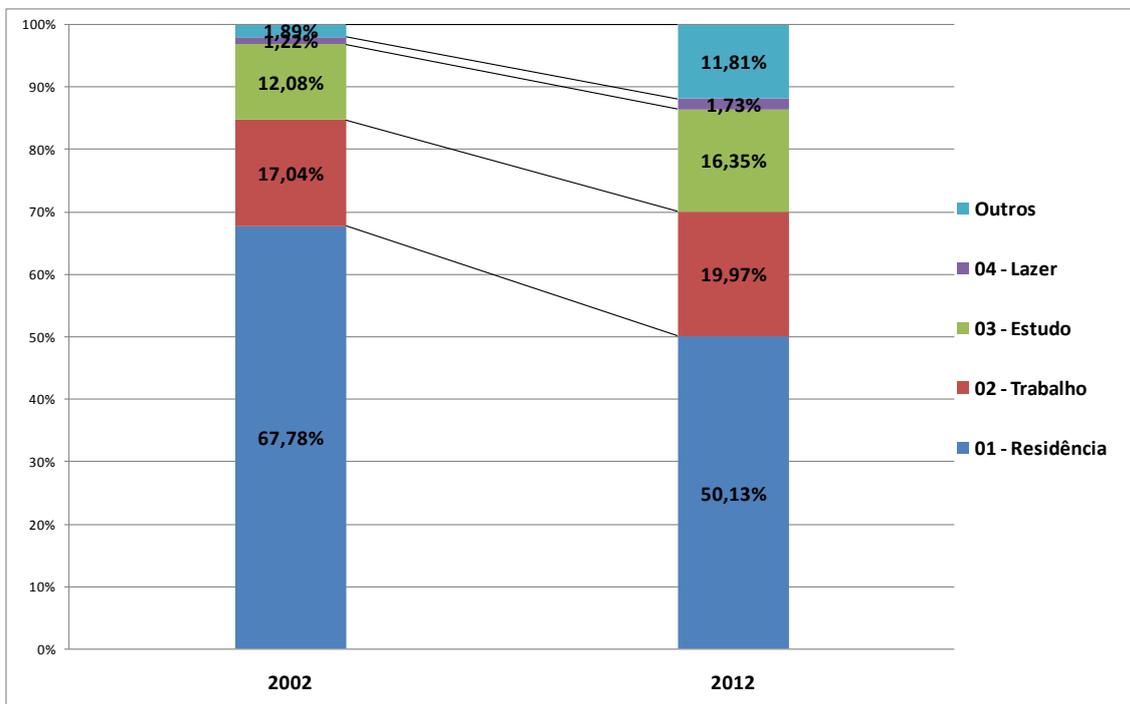
pelo modo individual motorizado, que passaram de 11,30% em 2002 para 21,11% em 2012.

Ainda que o número total de viagens por todos os modos tenha triplicado, esses dados permitem inferir que houve substituição de modos de viagens, com viagens que anteriormente eram feitas no modo não-motorizado passando a ser realizadas no modo individual motorizado. Por outro lado, a proporção de viagens pelo modo coletivo diminuiu apenas marginalmente, de 32,71% em 2002 para 32,04% em 2012, contrariando a tendência nacional e se alinhando com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Mobilidade Urbana. Assim, é necessário ter essa questão em conta no processo de revisão do Plano Diretor, bem como na elaboração de outras políticas públicas.

### **8.3.2 Pesquisa O-D - Divisão de viagens por motivo - 2002 e 2012**

A seguir é apresentada a variação relativa de viagens produzidas em Juatuba com relação ao motivo principal que gerou o deslocamento. As viagens foram sistematizadas em agrupadas em nove categorias, a saber: 01 – Residência, viagens para o próprio domicílio; 02 – Trabalho, viagens com destino ao trabalho, 03 – Estudo, 04 – Lazer, que agrupa viagens com motivos de turismo, recepção, visitas, congressos, seminários e atividades religiosas; 05 – Saúde, que agrupa viagens com motivo de médico, dentista, exame clínico ou laboratorial; 06 - Compras; 07 – Particular, viagens com motivo “Negócios Particulares (Bancos/Loterias/ etc.)” e com motivo “Refeição (almoço/jantar)”; 08 – Servir Passageiros, viagens com motivo de carona a outro passageiro e 09 – Fazer escala, que compreende os motivos escala e transbordo demorado.

**Figura 44: Distribuição das viagens produzidas em Juatuba por motivo de sua realização, em 2002 e 2012.**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Como se pode constatar pela figura acima, houve uma diminuição significativa da participação do motivo residência, que passou de 67,78% para 50,13% entre 2002 e 2012, indicando um aumento da diversidade de motivos para os deslocamentos cotidianos. O motivo trabalho e o motivo estudo tiveram, ambos, um ligeiro aumento de sua participação proporcional nas viagens entre os anos de 2002 e 2012, passando de 17,04% para 19,97% e de 12,08% para 16,35%, respectivamente. Os outros motivos de deslocamentos, considerados “não-obrigatórios” passaram de 3,11% para 13,55%, em dez anos, com especial atenção para o motivo particular e o motivo servir passageiros. Esses dados deverão ser aprofundados e cotejados com outras evidências futuramente para melhor compreensão.

## 9 AGRICULTURAS

A sistematização de dados sobre a atividade agropecuária nos municípios da RMBH permite melhor compreensão da estruturação territorial e da conformação dos sistemas agroalimentares no contexto regional. A partir dessa compreensão, é possível considerar demandas apontadas pelos sujeitos e organizações que atuam com as diferentes agriculturas e discutir formas mais efetivas de inclusão destas práticas nas políticas públicas. Essa compreensão ampliada possibilita ainda visualizar formas de inserção do município no contexto metropolitano, bem como favorecer a incorporação das agriculturas no Processo de Revisão do Plano Diretor.

Observa-se que, de modo geral, não são identificadas fontes específicas de dados secundários sobre a agroecologia e sobre a agricultura urbana na RMBH. Essa lacuna foi confirmada ao longo da execução do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, quando foram solicitadas informações para as administrações municipais e obteve-se inexpressivo retorno. A ausência de informações e, em alguns casos, o uso de informações de forma pouco crítica e aprofundada podem acentuar a pouca expressividade e o baixo interesse sobre a agricultura nas pautas prioritárias de políticas públicas e investimentos voltados para o desenvolvimento da RMBH.

Nesse sentido, os dados secundários, apresentados a seguir, se referem à atividade agropecuária em geral, abrangendo a produção familiar, não familiar e empresarial, e contribuem para reforçar uma percepção integrada das agriculturas no território metropolitano, bem como das particularidades dos municípios que integram a RMBH.

Desse modo, os dados apresentados para a composição de um panorama geral das agriculturas presentes no município de Juatuba foram organizados da seguinte forma: (i) Produção; (ii) Emprego; (iii) Estrutura Agrária e (iv) Transferências Governamentais e Crédito Rural. De um modo geral vale ressaltar que, para além da ausência de uma sistematização mais completa dos dados, aqueles existentes e disponíveis apresentam diversos desafios para

sua utilização e aproveitamento para estudos e pesquisas. Dentre outros, destacam-se cinco aspectos gerais:

1. Utilização de metodologias de coleta de dados distintas, de acordo com a pesquisa e/ou órgão responsável. Existem dados, por exemplo, resultantes de pesquisa por amostragem e de pesquisas por recenseamento. Estas distinções podem gerar problemas/incompatibilidades na utilização/comparação de dados das diferentes fontes.
2. Diferentes temporalidades dos dados. As fontes de dados apresentam informações de anos distintos e muitas pesquisas são feitas em periodicidades também distintas, dificultando a complementaridade com coerência de informações oriundas de fontes diferentes.
3. Utilização de unidades territoriais diferentes. Existem fontes de dados que utilizam como recorte territorial, por exemplo, o limite municipal, enquanto outras utilizam mesorregiões ou outras formas de regionalização.
4. Agregação de dados coletados. Muitos dados são agrupados de forma a não diferenciar questões fundamentais, tais como se a produção é oriunda de agricultura familiar ou não familiar.
5. Não incorporação, em muitas pesquisas, da atividade agrícola exercida em locais/por sujeitos “informais”/não convencionalmente considerados. Por exemplo, a produção dos quintais, hortas comunitárias, pequenos agricultores familiares que não acessam políticas públicas, etc.

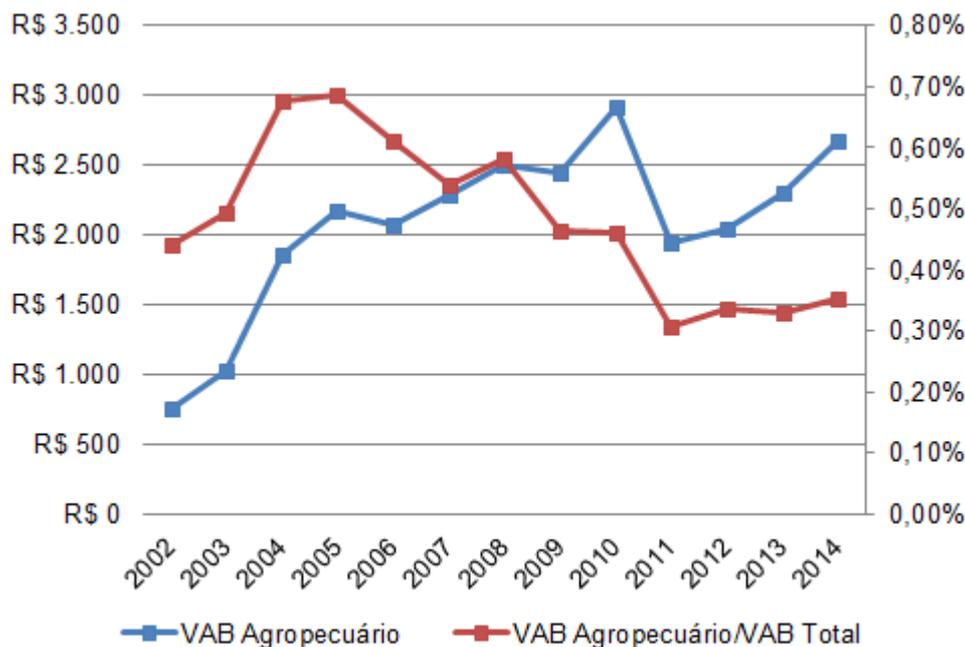
### **9.1 Produção**

Com relação à produção, um dos indicadores do papel que o Setor Agropecuário desempenha na economia municipal é o Produto Interno Bruto - PIB. A Pesquisa sobre o PIB Municipal, elaborada, também, pelo IBGE, revela que o PIB advindo do Setor Agropecuário em Juatuba, para o ano de 2012, foi

de R\$ 4.089,75 mil, representando 0,51% do PIB total do município. Trata-se do 22º município da RMBH com maior representatividade do PIB Agropecuário em relação ao PIB total.

Outro indicador do desempenho da atividade econômica no nível municipal que compõe a pesquisa do IBGE é o Valor Adicionado Bruto – VAB, que corresponde à soma das diferenças entre o valor da produção e do consumo intermediário em cada etapa do processo produtivo. O VAB Agropecuário de Juatuba, em 2014, era de R\$ 2.675 mil, representando 0,35% do VAB total do município. Com esse resultado, o município ocupa a 20ª posição no ranking da RMBH de representatividade do VAB Agropecuário em relação ao VAB total. A Figura abaixo apresenta a evolução do VAB Agropecuário para o município: o VAB Agropecuário, de modo geral, tem sofrido crescimento descontínuo no período considerado de 2002-2014, contudo, sua participação no VAB Total tem se reduzido desde 2006.

**Figura 45: Evolução do VAB Agropecuário, em mil reais, e em porcentagem do VAB Total (2002-2014), Juatuba**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Pesquisa PIB Municipal (SIDRA, IBGE).**

Com relação à diversificação da produção pecuária, o IBGE realiza uma pesquisa de Produção Pecuária Municipal - PPM, na qual apresenta informações sobre os efetivos das espécies animais criados e também dados sobre produção animal, subdividindo-se em: Produção Animal (leite, ovos de galinha e mel), Rebanho de Grande Porte (bovino, equino e bubalino), Médio Porte (suíno, caprino e ovino) e Pequeno Porte (galos, frangas, frangos, pintos, galinhas e codornas)<sup>21</sup>. A PPM de 2012 mostrou que, em termos de volume de produção, Juatuba se destaca em volume de produção de galos, frangas,

<sup>21</sup> Nas análises deste trabalho foram priorizadas: as produções de leite, de ovos de galinha, de ovos de codornas e de mel de abelha, inseridos na Produção Animal; bovino, equino e bubalinos, inseridos no Rebanho de Grande Porte; Suíno Caprino e Ovino, inseridos no Rebanho de Médio Porte; e galos, frangas, frangos, pintos, galinhas e codornas, inseridos no Rebanho de Pequeno Porte.

frangos e pintos, sendo o 7º município que mais produz dessa variedade na RMBH, na produção de galinhas e ovos, sendo 8º município que mais produz na RMBH. Além disso, em Juatuba ocorre a produção de leite, bovinos, equinos e suínos, sendo que o município ocupa o 22º, o 20º, o 25º e o 23º lugar, respectivamente, no ranking metropolitano.

Por sua vez, com relação à produção agrícola, o IBGE realiza a Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, que apresenta informações sobre a área plantada, área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio obtido e preço médio pago ao produtor de algumas culturas permanentes e temporárias<sup>22</sup>. A PAM de 2013 revelou que os principais produtos de Juatuba são: cana, milho, banana, tangerina e tomate.

A Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASAMINAS/BH, empresa de economia mista do governo federal, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), oferece dados referentes ao fornecimento e comercialização de produtos agropecuários no nível municipal<sup>23</sup>. Conforme dados de distribuição e abastecimento da CEASAMINAS/BH de 2013, Juatuba possuía 09 produtores cadastrados na central, sendo o 16º município da RMBH com o maior número de produtores cadastrados. Os dados do mesmo ano apontaram que o município participou da comercialização da CEASAMINAS/BH com a venda de 2.125,12 toneladas de produtos, sendo o 16º município da RMBH com a maior participação nas

---

<sup>22</sup> Nas análises deste foram priorizados os seguintes produtos de lavoura permanente (abacate, algodão, banana, café, caqui, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, palmito, tangerina, urucum, uva) e lavoura temporária (abacaxi, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, batata-doce, batata inglesa, cana-de-açúcar, cebola, ervilha, fava, feijão, girassol, mandioca, melancia, melão, milho, tomate).

<sup>23</sup> Ainda que esses dados possam ser utilizados como um indicador indireto da produção agrícola nos municípios, deve-se evitar uma associação direta, uma vez que em alguns casos os produtos podem ser comercializados por atravessadores ou empresas distribuidoras sediadas nos municípios e não diretamente pelos produtores. A CEASAMINAS/BH divulga os dados de distribuição e abastecimento anualmente, de modo que as informações aqui apresentadas poderão ser atualizadas em etapas posteriores.

vendas de produtos. O resultado foi uma arrecadação de R\$2.465.527,12 com a comercialização de seus produtos, ocupando o 19º lugar do ranking metropolitano.

Dentre os produtos comercializados, o milho verde, a mandioca e a banana se destacaram como os principais produtos, considerando a quantidade de produtos fornecidos à CEASAMINAS/BH pelo município. O município não possui nenhum produto sobre o qual é responsável por uma grande parcela de comercialização para a Central, em relação a todos os outros fornecedores do estado e do país.

Segundo dados da Safra Agrícola Municipal de 2015, disponibilizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais - Emater/MG, o município de Juatuba produziu Feijão 1a. Safra, Milho, Cana-de-Açúcar, Eucalipto, Banana, Goiaba, Mamão, Tangerina, Uva Mesa, Brócolis, Abóbora, Abobrinha, Berinjela, Tomate de Mesa, Quiabo, Alface, Pimentão, Beterraba, Cenoura, Morango, Mandioca Mesa, Milho Verde e Couve-de-folha, totalizando 505 hectares de área produtiva<sup>24</sup>. A produção estimada foi de 8.841,00 toneladas, sendo que 6.467,15 toneladas advêm de agricultores familiares, correspondendo a 73,15% da produção. Por sua vez, os dados da Safra Pecuária de 2015<sup>25</sup> revelaram que, em Juatuba, a produção pecuária se baseia na Avicultura de Corte Tecnificada - totalizando 900.000 cabeças e

---

<sup>24</sup> Os dados apresentam informações sobre a safra da produção agrícola municipal segundo as seguintes categorias: Cafeicultura, Cultura Anual de Grãos, Culturas Permanentes, Fruticultura, Olericultura e Outras Culturas. Para os produtos de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Área em Produção, Área em Formação, Área Total, Produtividade, Produção Anual Estimada, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares e Produção da Agricultura Familiar.

<sup>25</sup> Os dados apresentam informações segundo as seguintes categorias: Apicultura, Avicultura de Corte Caipira e Tecnificada, Avicultura de Postura Caipira e Tecnificada, Bovicultura de Leite, Caprinocultura, Confinamento Bovino, Outras Espécies Tanque Escavado, Ovinocultura, Suinocultura, Suinocultura Tecnificada e Tilápia Tanque Escavado e Tanque Rede. Para o produto de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Unidades de Produto, Produção total, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares e Produção da Agricultura Familiar.

2.160 toneladas de frango, na Avicultura de Postura Caipira - produzindo um total de 30.000,00 dúzias de ovos, e na Bovinocultura de Leite - totalizando 2.043.000 litros de leite a partir de 800 vacas ordenhadas. A produção da Avicultura de Corte Tecnificada não é feita por agricultores familiares enquanto a Avicultura de Postura Caipira é feita 40% por eles e a Bovinocultura de Leite, 25%.

Com relação à produção orgânica, vale dizer que as informações disponibilizadas ainda são escassas. Em Juatuba, segundo o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, não há esse tipo de produção atualmente.

O Instituto Mineiro de Agropecuária também disponibiliza algumas informações, em especial, com relação ao cadastro de produtores. Um dos certificados oferecidos pela instituição é SAT - referente à produção sem agrotóxicos<sup>26</sup>. Outro certificado emitido pelo IMA é o de Produção Orgânica<sup>27</sup>. Para o município de Juatuba não existem estabelecimentos cadastrados para nenhum dos dois certificados.

## 9.2 Emprego

Com relação ao emprego voltado à Agricultura, os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, revelaram que o total de vínculos ativos no Setor Agropecuário no município de Juatuba em 2015 é de 142, o que corresponde a

---

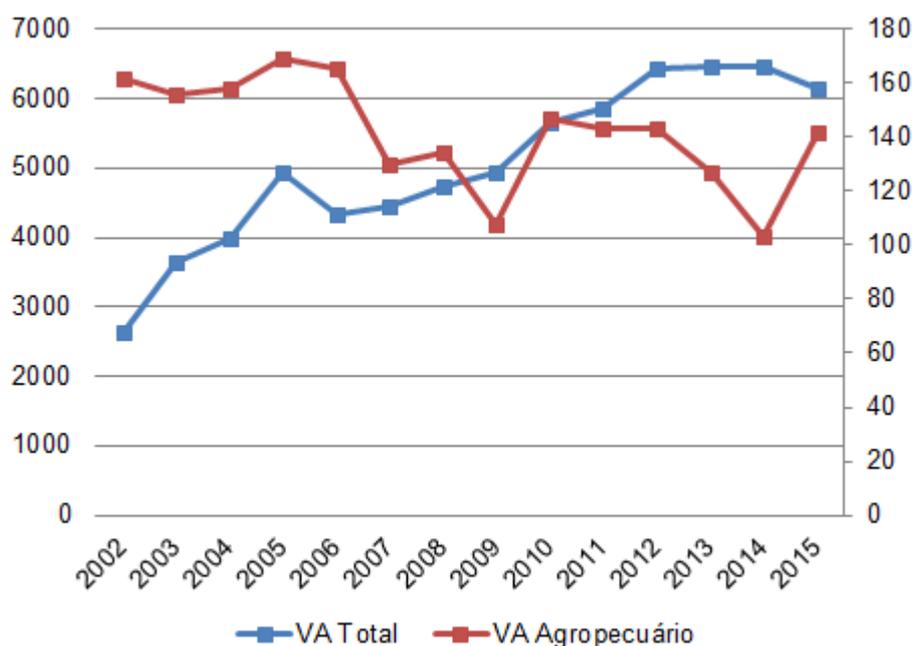
<sup>26</sup> Disponível em: [http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc\\_details/1198-produtores-certificados-em-sistema-sem-agrotoxicos](http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1198-produtores-certificados-em-sistema-sem-agrotoxicos). Acesso em: 05/04/2017.

<sup>27</sup> Disponível em: [http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc\\_details/1184-produtores-cadastrados-na-certificacao-organica](http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1184-produtores-cadastrados-na-certificacao-organica). Acesso em: 05/04/2017.

2,31% do total dos vínculos ativos neste município. Destaca-se que, na RMBH, em 2015, a participação do setor gira em torno de 0,57%.

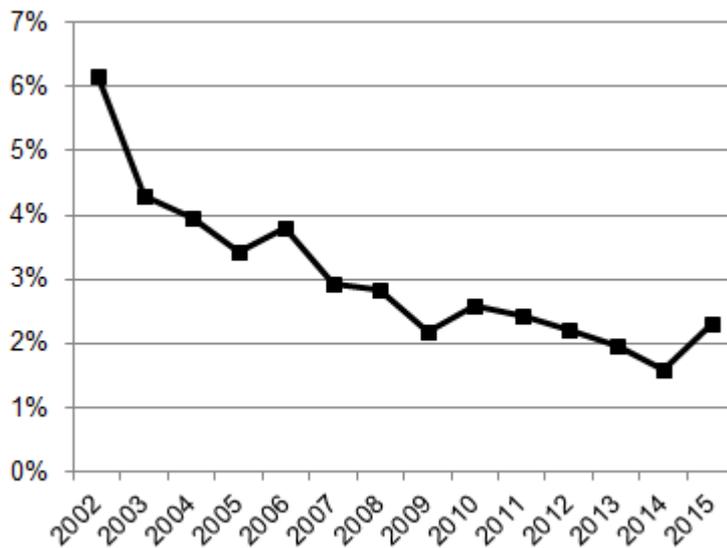
A Figura abaixo apresenta o total dos vínculos ativos na economia e no Setor Agropecuário, mostrando como esse apresentou uma baixa variação, se comparado aos outros grandes setores. Em geral, o crescimento dos vínculos ativos na economia de 2002 a 2015 não foi revertido numa ampliação dos vínculos ativos no Setor Agropecuário, que sofreu uma leve queda de 162 para 142. Na Figura em seguida é possível perceber um período de queda da participação do trabalho agropecuário no emprego total, especialmente, entre 2002 e 2014, a qual sofreu uma leve recuperação em 2015.

**Figura 46: Vínculos Ativos Total e no Setor Agropecuário (2002-2015), Juatuba**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e do Emprego).**

**Figura 47: Participação do Setor Agropecuário nos Vínculos Ativos (2002-2015), Juatuba**

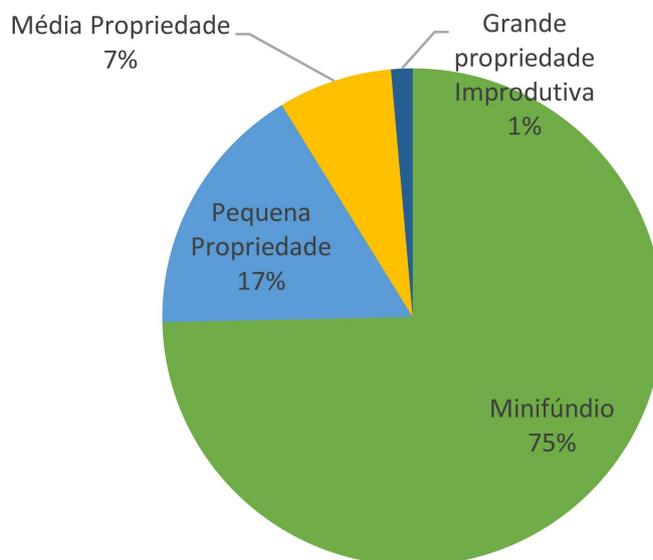


**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e do Emprego).**

### 9.3 Estrutura Agrária

Com relação à estrutura agrária, segundo dados de 2005 disponibilizados pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural, o município de Juatuba tem como unidade de referência o módulo fiscal de 20 hectares. O módulo fiscal (MF), estabelecido para cada município, busca refletir a área mediana e os módulos rurais existentes no mesmo, cuja área indica o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo região de localização. O INCRA apresenta uma classificação fundiária do imóvel rural que identifica minifúndios (menor que 1 MF), pequenas propriedades (de 1 a 4 MF), médias propriedades (de 4 a 15 MF) e grandes propriedades (maior que 15 MF). Assim, o município de Juatuba possuía em 2005 um total de 218 imóveis rurais cadastrados, o que correspondia a 1,02% do total da RMBH. Esse total se divide em: 162 minifúndios, 36 pequenas propriedades, 16 médias propriedades e 3 grandes propriedades, das quais 100% são improdutivas. A Figura abaixo apresenta a proporção do número de imóveis em cada classificação.

**Figura 48: Classificação dos Imóveis Rurais (2005), Juatuba**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do INCRA (2005).**

A extensão territorial de Juatuba é de 9.672,90 hectares, segundo dados de 2015, de modo que o município ocupa 1,02% do território metropolitano. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, o total de Estabelecimentos

Agropecuários em Juatuba era de 36, distribuídos em 13 Estabelecimentos de Agricultura Familiar e 23 Estabelecimentos de Agricultura Não Familiar. Em termos de área, o total dos Estabelecimentos Agropecuários em Juatuba possui 3.243,00 hectares, o que equivale a 33,5% do território municipal. Desse total, somente 311,00 hectares correspondem a Estabelecimentos de Agricultura Familiar, conforme apresenta o Quadro abaixo.

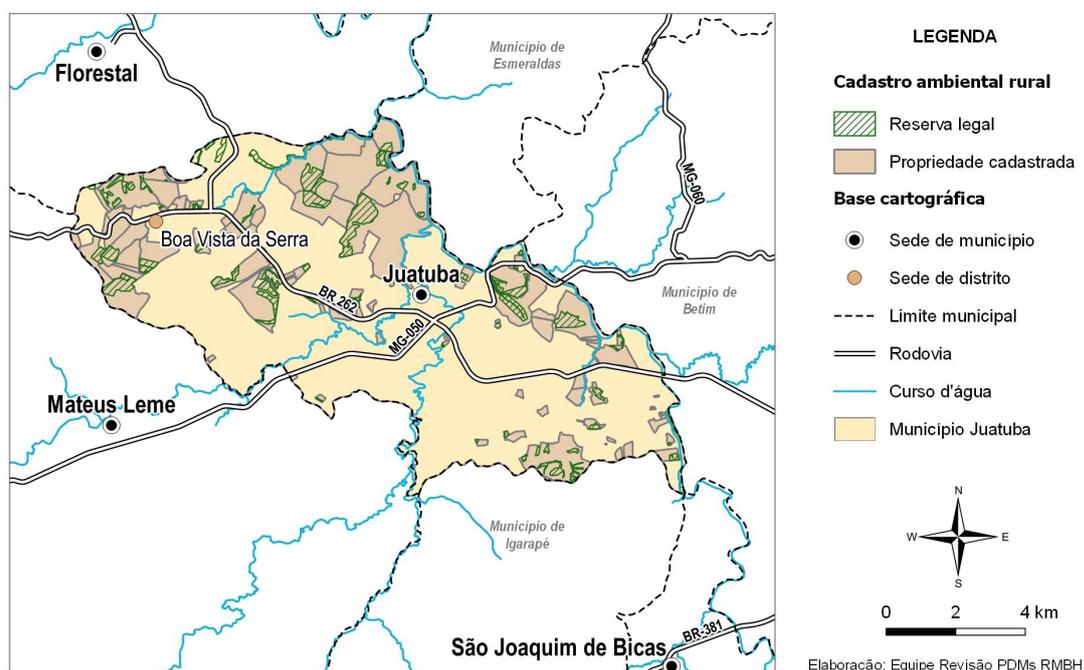
**Quadro 24: Quadro comparativo da Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar, Juatuba**

DADO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	PORCENTAGEM DE ESTABELECIMENTOS (%)	ÁREA (HA)	PORCENTAGEM DA EXTENSÃO TERRITORIAL (%)
<b>Extensão Territorial</b>	-	-	9.672,90 ha	100%
<b>Estabelecimentos de Agricultura Familiar</b>	13	36,11%	311,00 ha	3,2%
<b>Estabelecimentos de Agricultura Não Familiar</b>	23	63,89%	2.932,00 ha	30,3%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Censo Agropecuário (2006).**

A informação sobre os estabelecimentos agropecuários e imóveis rurais resultam de fontes de dados diferentes, respectivamente o Censo Agropecuário e o Cadastro do INCRA. Para além dessas fontes, o Serviço Florestal Brasileiro realiza o Cadastro Ambiental Rural – CAR de modo a registrar todos os imóveis rurais no país, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais. Em Juatuba há um total de 93 imóveis cadastrados, somando 3.219,38 hectares de área, de modo que, comparado aos imóveis cadastrados pelo INCRA, há um déficit de cadastramento. A Figura abaixo apresenta a distribuição dos imóveis cadastrados no município de Juatuba.

**Figura 49: Distribuição Espacial do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Juatuba**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do INCRA.**

#### 9.4 Transferências Governamentais e Crédito Rural

O Brasil apresenta um conjunto de legislações e marcos normativos voltados para o fortalecimento da Agricultura Familiar, que tem como um marco de referência o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006). Trata-se de créditos para o financiamento de projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O Quadro abaixo apresenta a evolução dos contratos e do valor do crédito concedido para o município de Juatuba nos últimos anos. Contrariamente aos demais municípios da RMBH, observa-se a ampliação da quantidade de contratos e do valor total transferido ao município na safra de 2014/2015, resultando em 08 contratos que somaram R\$301.601,23

**Quadro 25: Evolução de Quantidade de Contratos e Crédito destinado ao PRONAF (2010-2015), Juatuba**

SAFRA	QUANTIDADE DE CONTRATOS	VALOR (R\$)
2010/2011	4	R\$ 37.385,41
2011/2012	2	R\$ 16.307,53
2012/2013	3	R\$ 32.336,12
2013/2014	5	R\$ 90.060,36
2014/2015	8	R\$ 301.601,23

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do SIM PRONAF (MDA).**

O total do Crédito Rural é a somatória de: (i) Créditos de Custeio; (ii) Créditos de Investimento; (iii) Créditos de Comercialização; (iv) Créditos do Pronaf; e (v) demais créditos contratados concedidos a agricultores empresariais. Para o ano de 2015, em Juatuba, o total do Crédito Rural foi no valor de R\$ 262.464,24. Isso representa 0,06% do crédito total da RMBH de R\$R\$ 425.576.984,39 - somente Belo Horizonte é responsável por 64,99% desse total.

Como orientação para a inclusão dos programas federais de incentivo à Agricultura Familiar, foi criada a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), um documento de identificação da Agricultura Familiar que pode ser obtido tanto pelo agricultor ou agricultora familiar (pessoa física) quanto por empreendimentos familiares rurais, como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica). Em Juatuba, há registros de somente 31 DAPs no total, sendo 22 DAPs Ativas.

Dentre os principais programas do governo de incentivo à Agricultura Familiar, pode-se incluir, ainda, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que compra produtos da Agricultura Familiar e os destina para o atendimento social e para a constituição de estoques de alimentos, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual atende alunos da educação básica. Segundo determinação da Lei N° 11.947/2009, pelo menos 30% do valor repassado deve ser investido na compra direta de produtos da Agricultura Familiar, sendo priorizados os alimentos agroecológicos ou

orgânicos. Os repasses financeiros do PNAE para o município de Juatuba em 2015 somaram R\$ 492.444,00, divididos em Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino de Jovens e Adultos (EJA). No Quadro abaixo, segue a evolução do repasse de 2012 a 2015.

**Quadro 26: Repasses Financeiros do PNAE (2012 - 2015), Juatuba**

ANO	VALOR DOS REPASSES DO PNAE	GASTOS COM AGRICULTURA FAMILIAR	PORCENTAGEM DOS GASTOS COM AGRICULTURA FAMILIAR
2012	R\$ 391.140,00	-	-
2013	R\$ 430.328,00	R\$ 145.645,55	33,85%
2014	R\$ 435.716,00	R\$ 170.615,51	43,70%
2015	R\$ 492.444,00	R\$ 156.006,68	32,08%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.**

Segundo dados de 2015, em Juatuba, foram gastos R\$ 156.006,68 com a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para o PNAE. Esse valor corresponde a 32,08% do total do valor transferido ao município naquele ano, de modo que se encontra em conformidade com a legislação. Comparativamente aos anos anteriores, embora, em 2014, houve um aumento dos gastos e da porcentagem investida em Agricultura Familiar, em 2015, essa porcentagem foi reduzida, juntamente com o valor dos repasses do PNAE.

## 10 MINERAÇÃO

Os levantamentos de dados referentes à mineração, aplicáveis tanto ao contexto de Juatuba quanto aos demais municípios envolvidos no presente processo, buscam abranger questões multi, inter e transdisciplinares que a envolvem tanto como produto quanto como processo. Nessa perspectiva buscou-se compreender a mineração como atividade econômica, geradora de impactos potencialmente significativos sobre o meio ambiente e, em diversos contextos, estruturadora do espaço regional, metropolitano, municipal e local. Nesse universo o Estado foi abordado como agente regulador e, em determinados casos, promotor da atividade minerária.

Enquanto atividade econômica, buscou-se compreender a presença da mineração no município de Juatuba, sendo adotada, como fonte principal, a base de dados dos processos minerários cadastrados no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (2017).

Além dessa base, outro aspecto econômico aqui trabalhado foi a presença da atividade minerária em dois indicadores econômicos municipais, o Valor Adicionado Fiscal - VAF e a arrecadação na forma de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM. Ambos indicadores foram obtidos, para o município de Juatuba, através do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, edição 2013, elaborado pela Fundação João Pinheiro (2013).

No que se refere à relação entre a atividade minerária e as questões ambientais, o presente levantamento tomou como referência o fato desta ser uma atividade extrativa, com uso intensivo de recursos naturais tais como a água e os próprios minérios transformados em mercadoria, com impactos potenciais de significativas proporções. Nesse quesito foi adotada como fonte de dados os pareceres técnicos disponibilizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD-MG, particularmente através das Superintendências Regionais de Meio Ambiente – SUPRAM,

responsáveis pelos processos de licenciamento ambiental na instância estadual.

Para o levantamento da mineração enquanto atividade estruturadora do espaço regional, metropolitano, municipal e local, este se deu através de dois procedimentos complementares. Na escala regional foram buscados dados disponibilizados através do Anuário Mineral Estadual, elaborado pelo DNPM para o período compreendido entre 2010 e 2014 (DNPM, 2015). Nas escalas municipal e local foram trabalhadas bases georreferenciadas sobre imagens orbitais.

### **10.1 Repercussões regionais da atividade minerária no município de Juatuba e seu entorno imediato**

O trecho do vetor oeste da RMBH onde se localiza Juatuba se apresenta como menos relevante em termos de jazidas minerais, principalmente quando comparado com outros trechos situados no mesmo vetor oeste, no entorno das Serras do Itatiaiuçu, dos Três Irmãos e do Rola Moça.

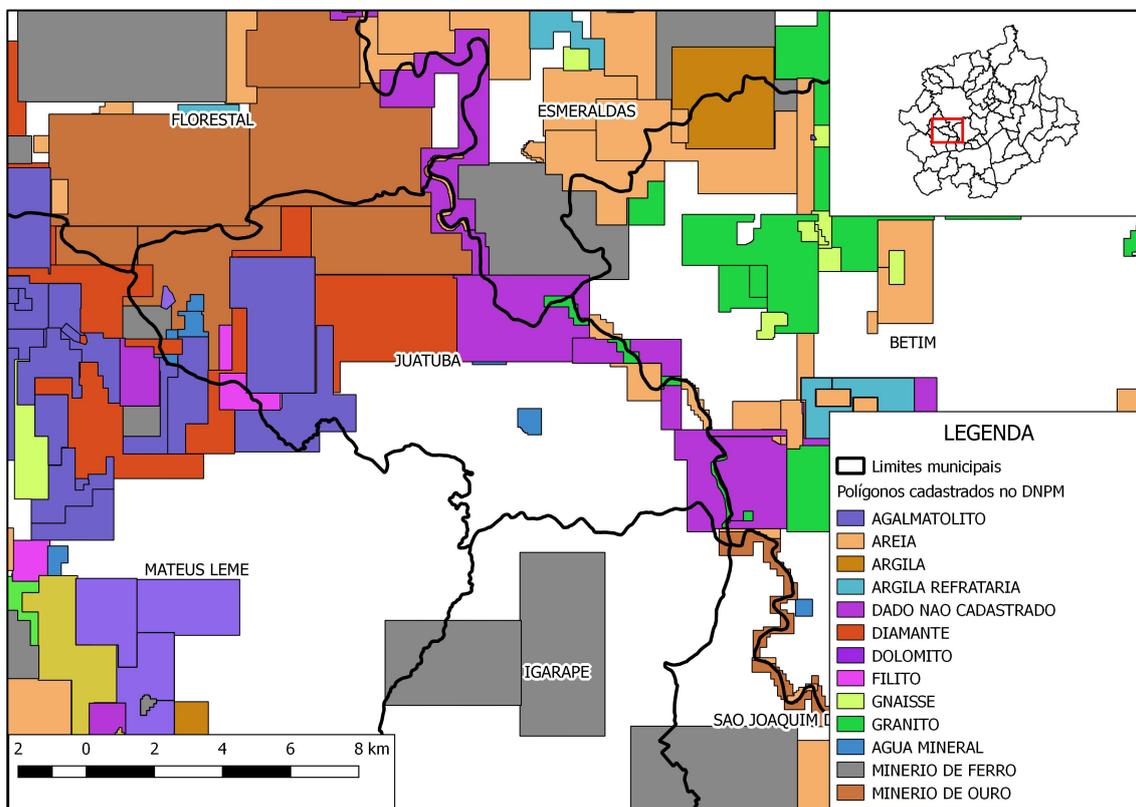
Na área onde está inserido o território municipal de Juatuba destacam-se a presença de minerais como o agalmatolito, o diamante e o minério de ouro.

Nesse recorte chama também a atenção a grande quantidade de jazidas não cadastradas na base de dados do DNPM, situadas principalmente nas porções leste e nordeste do município de Juatuba, correspondente a um trecho da calha do Rio Paraopeba na divisa com o município de Betim.

É importante destacar que, nesses polígonos delimitados pelo DNPM, constam todos os regimes previstos no Regulamento do Código da Mineração (autorização, concessão, licenciamento, matrícula e monopólio), bem como as atividades de pesquisa e lavra (BRASIL, 1968). Isso implica que tais polígonos não são constituídos, exclusivamente, por áreas de extração de minérios, mas

sim por delimitações ligadas às diferentes etapas que compõem a produção minerária.

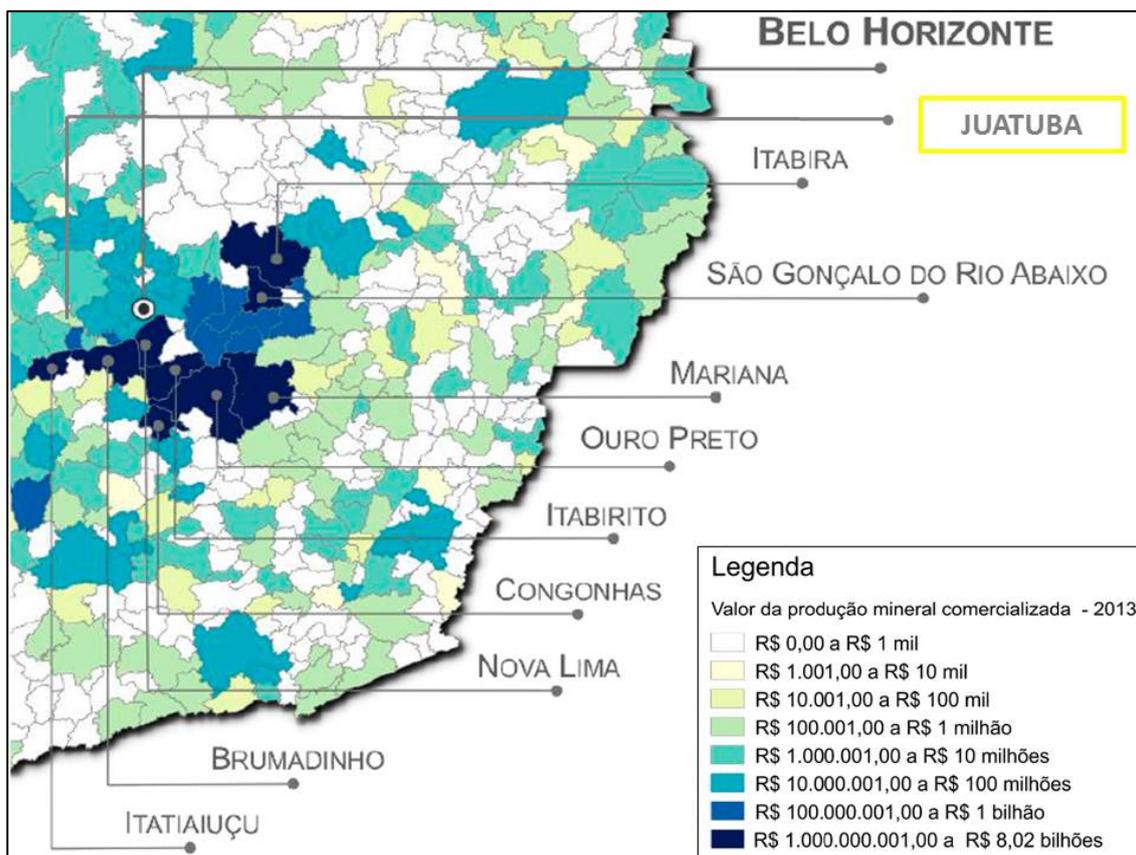
**Figura 50: polígonos cadastrados no DNPM situados em Juatuba e seu entorno**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010; DNPM, 2013**

No que envolve a extração propriamente dita, os dados em escala regional apontam para uma presença pouco significativa da atividade minerária no território municipal de Juatuba.

Figura 51: valor da produção mineral comercializada por município – 2013



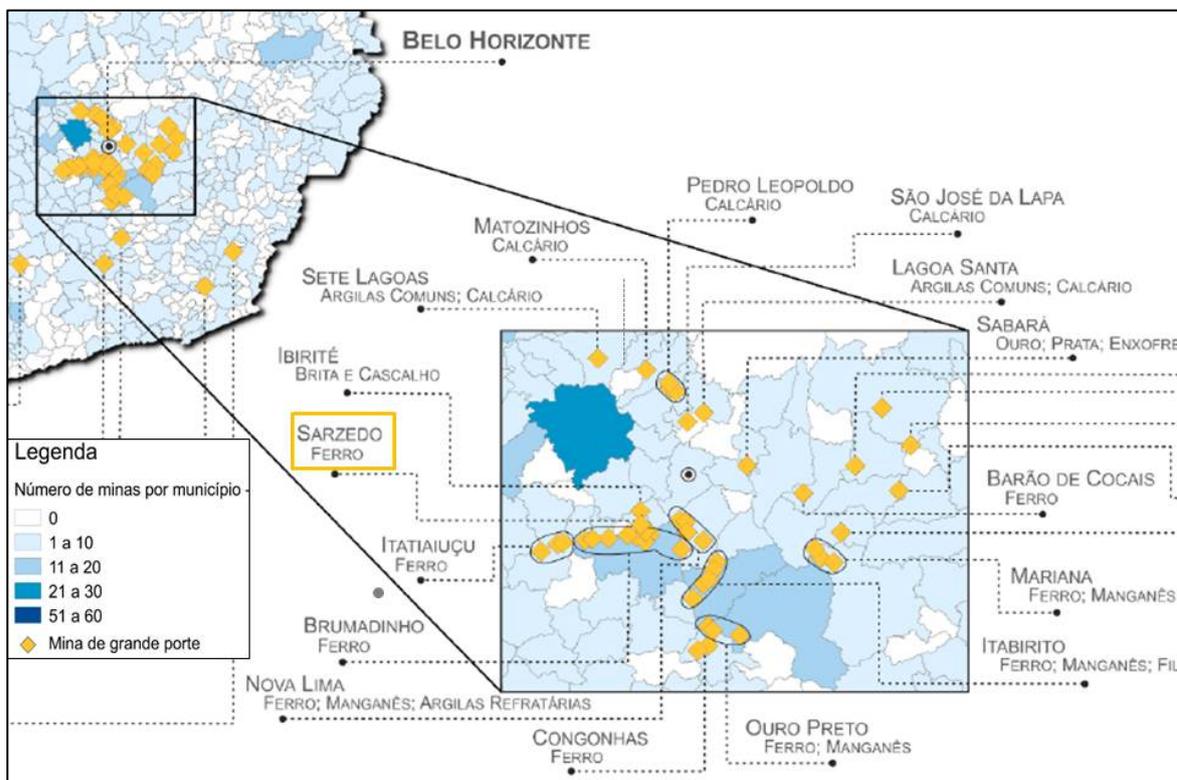
Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 - DNPM, 2014

Na figura acima o município de Juatuba, de acordo com o Anuário da Mineração em Minas Gerais, encontra-se na quinta faixa quanto à classificação referente à produção mineral comercializada no ano de 2013. Segundo o referido relatório teria sido comercializado em Juatuba um montante entre cem mil e um milhão de reais. Quanto à evolução desses critérios entre 2010 e 2013, nota-se que a produção minerária em Juatuba viveu uma oscilação quanto ao valor da produção comercializada no período, uma vez que no ano de 2010 o município teria ocupado a quarta faixa em termos de valor anual comercializado (entre um e dez milhões). Tais patamares teriam sido mantidos em 2011 e 2012 nessa mesma quarta faixa (DNPM, 2014).

De acordo com o cartograma da distribuição das minas, apresentado abaixo, não há minas de grande porte (cuja produção bruta é superior a 1.000.000 de toneladas por ano) localizadas na fronteira sul do município de Juatuba, mais

especificamente ao longo da Serra do Itatiaiuçu. Em 2013, segundo o cartograma, não haveriam minas em operações no município (DNPM, 2014).

**Figura 52: Cartograma da distribuição das minas por município – 2013**



Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 - DNPM, 2014

## 10.2 A atividade minerária no território municipal de Juatuba

A atividade minerária no território de Juatuba não possui articulações relevantes com a estrutura urbana municipal e metropolitana.

Através da base de dados do DNPM, foram identificados 66 processos minerários cadastrados no território de Juatuba. Destes, 32 estão inativos e 34 estão ativos. Nesse universo, 12 indicam o ouro ou o minério de ouro como substâncias principais; 08, o agalmatolito; 13, a água mineral; 05, o granito; e 14, a areia como substância principal.

No âmbito da arrecadação, verifica-se que os valores obtidos através da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM são aqui considerados pouco relevantes, não tendo o município sequer alcançado o patamar de cem mil reais entre os anos 2000 e 2011, conforme observado no quadro abaixo.

**Quadro 27: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM no município de Juatuba**

<b>ANO</b>	<b>COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO MINERAL (R\$ CORRENTES)</b>
2000	0,00
2001	719,99
2002	0,00
2003	231,01
2004	9.312,93
2005	16.188,39
2006	23.258,14
2007	15.731,92
2008	17.405,72
2009	20.144,31
2010	39.596,17
2011	39.596,17

**Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.**

No que tange à participação da indústria extrativa mineral no Valor Adicionado Fiscal do município de Juatuba, não foram identificados percentuais de tal participação entre os anos 2000 e 2010.

## 11 ASPECTOS ECONÔMICOS

Os dados referentes aos Aspectos Econômicos que compõem este breve diagnóstico do município de Juatuba têm o objetivo de garantir que os temas econômicos mais relevantes, por sua natureza interdisciplinar, sejam tratados de forma integrada do ponto de vista da totalidade das áreas temáticas e que estejam contemplados dentro das metas mais amplas de desenvolvimento econômico. Desse modo, pretende-se estabelecer um conjunto de informações básicas para possibilitar futuramente uma análise mais compreensiva do município ao longo do Processo de Revisão do Plano Diretor.

Assim sendo, foram compreendidas as seguintes escalas de trabalho:

- 1. Produção:** referente à concentração dos setores econômicos no município e sua implicação para os objetivos do projeto, que prevê um diálogo com a perspectiva metropolitana.
- 2. Emprego e Renda:** considera o tamanho e a qualidade do mercado de trabalho no município características fundamentais para o desenvolvimento da região, particularmente quando a necessidade de reduzir o desemprego e de estimular setores mais dinâmicos é levada em consideração. Além disso, leva em consideração uma análise relativa à vulnerabilidade e ao estado de bem estar social no nível municipal, fortemente influenciados pela renda local, com rebatimentos na oferta de Serviços Públicos (Educação, Saúde e Segurança Pública), Condições de Habitação e Amenidades Urbanas.
- 3. Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade:** considera as condições de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade, considerando a importante associação que deve existir entre o desempenho econômico e a distribuição de renda e a promoção da qualidade de vida urbana.
- 4. Finanças Públicas:** compreende a capacidade financeira e orçamentária do município em promover políticas públicas e gerar infraestrutura, as quais, também, geram rebatimentos na oferta de

Serviços Públicos (Educação, Saúde e Segurança Pública), Condições de Habitação e Amenidades Urbanas.

### **11.1 Produção**

Uma análise preliminar sobre a produção econômica e geração de riqueza para o município pode ser realizada tendo em vista os dados do Produto Interno Bruto local tanto em termos agregados como em função de sua distribuição setorial. Ainda que represente a medida oficial e mais amplamente utilizada para caracterização da economia produtiva de determinada unidade geográfica, ressalta-se que os dados do PIB apresentam limitações uma vez que não incorporam em seu cálculo questões como a qualidade dos bens e serviços oferecidos, a distribuição do Produto final, as transações comerciais informais, dentre outros aspectos.

De todo modo, seu entendimento ajuda a perceber quais os principais setores responsáveis pela geração de renda e que, em certo sentido, apontam para um perfil econômico mais ou menos orientado por e para determinado setor (Agropecuária, Indústria ou Serviços).

Para composição do presente relatório foram utilizadas as informações oficiais fornecidas pelo IBGE.

De modo a possibilitar uma melhor compreensão a respeito da evolução e dinâmica do PIB local são apresentados os dados relativos ao período 2004 – 2014 (último ano disponibilizado) tanto no que concerne ao PIB total como por Valor Adicionado Bruto por setores<sup>28</sup>. Os dados sobre PIB per capita, por sua

---

<sup>28</sup> O Valor Adicionado Bruto corresponde à contribuição de cada empresa/setor ao Produto Final descontado o seu consumo intermediário, ou seja, os gastos efetuados para a própria produção como os ligados à compra de matéria prima. O VAB sempre aparece em termos monetários e organizado segundo as diferentes categorias – agropecuária, indústria, serviços e administração pública – que compõem a economia local.

vez, possuem série histórica menor (2010 – 2013) e são apresentados na seção Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade econômica. Para além das informações municipais todas as Quadros e Figuras foram elaborados em termos comparativos com os dados da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

De modo a possibilitar uma melhor compreensão a respeito da evolução e dinâmica do PIB local são apresentados os dados relativos ao período 2004 – 2014 (último ano disponibilizado) tanto no que concerne ao PIB total como por Valor Adicionado Bruto por setores. Os dados sobre PIB per capita, por sua vez, possuem série histórica menor (2010 – 2013) e são apresentados na seção Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade econômica. Para além das informações municipais todas as Quadros e Figuras foram elaborados em termos comparativos com os dados da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

A análise dos dados do PIB a preços correntes de Juatuba indica significativa evolução no período analisado. O valor final passa de R\$ 386.048.000,00 em 2004 para R\$ 1.019.896.000,00 em 2014. Apresenta assim variação percentual de 164,19% com taxa de crescimento anual igual a 10,20%.

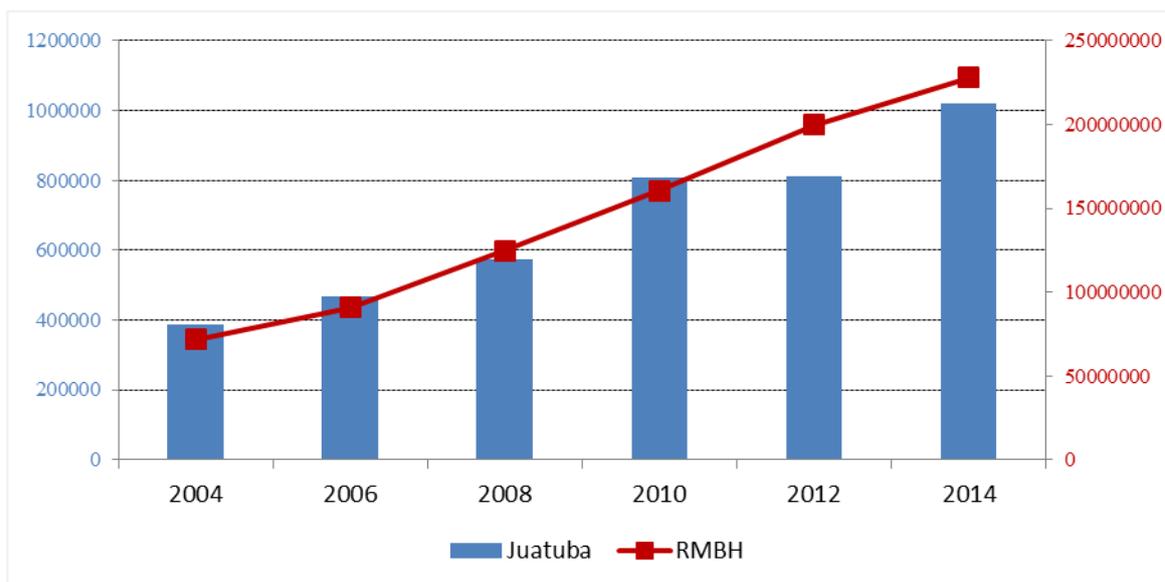
**Quadro 28: PIB a preços correntes. 2004 - 2014. Juatuba e RMBH.**

Ano	PIB Preços Correntes (mil reais)		Representatividade
	Juatuba	RMBH	
2004	386.048,00	71.802.492,00	0,54%
2005	443.097,00	80.335.006,00	0,55%
2006	468.567,00	90.914.533,00	0,52%
2007	573.844,00	105.126.590,00	0,55%
2008	573.937,00	124.733.451,00	0,46%
2009	675.756,00	127.738.998,00	0,53%
2010	806.639,00	160.497.850,00	0,50%
2011	812.960,00	182.774.152,00	0,44%
2012	810.662,00	199.649.079,00	0,41%
2013	902.246,00	222.833.072,00	0,40%
2014	1.019.896,00	228.096.052,00	0,45%
Varição percentual	164,19%	217,67%	-
Taxa de crescimento anual	10,20%	12,25%	-

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

Em termos comparativos, percebe-se que Juatuba, apresenta variação percentual e taxa de crescimento menores que da RMBH como um todo. A representatividade do PIB local em relação ao metropolitano permanece relativamente constante ao longo do período, mas com redução de 0,54% em 2004 para 0,45% em 2014. A Figura abaixo permite uma melhor visualização dos dados de evolução ao longo do tempo.

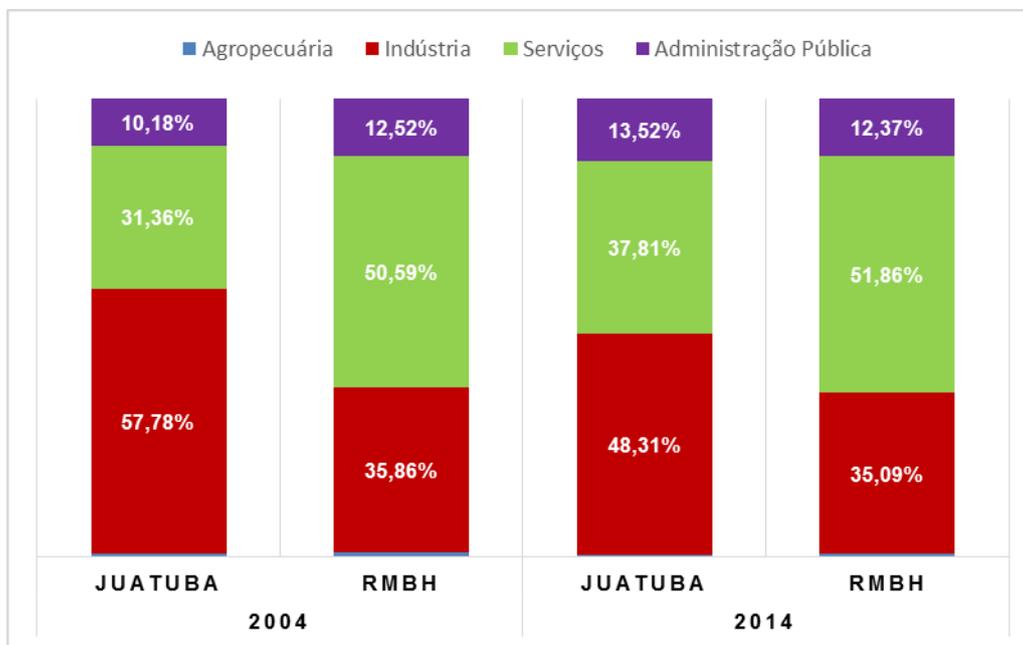
**Figura 53: Evolução do PIB a preços correntes (R\$ mil). Juatuba-MG e RMBH. 2004-2014.**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

Em termos da distribuição setorial, observa-se que diferentemente da RMBH, no município de Juatuba o Setor Industrial é o que possui maior representatividade na composição do PIB. Observa-se, no entanto decréscimo do percentual no período analisado.

**Figura 54: Composição setorial do PIB em percentuais do Valor Adicionado Bruto. Juatuba e RMBH. 2004, 2014.**



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

Sublinha-se ainda o aumento do percentual do setor de Serviços bem como da Administração Pública. A Agropecuária, semelhantemente à Região Metropolitana tem participação praticamente nula em termos de composição do Produto.

A RMBH apresenta, por sua vez, uma distribuição percentual praticamente uniforme no período. Entre 2004 e 2014 há assim pouca reconfiguração setorial da produção de riqueza e produtos finais na Região como um todo.

O Quadro abaixo apresenta os dados de cada setor em valores absolutos.

**Quadro 29: Valor Adicionado Bruto por setores (R\$ mil). Juatuba e RMBH. 2004, 2014.**

Setores	2004		2014	
	Juatuba	RMBH	Juatuba	RMBH
Agropecuária	1.856,00	624.163,00	2.675,00	1.346.869,00
Indústria	158.332,00	21.573.168,00	365.972,00	69.425.676,00
Serviços	85.928,00	30.434.567,00	286.472,00	102.598.004,00
Administração Pública	27.906,00	7.531.541,00	102.455,00	24.474.677,00
<b>Total</b>	<b>274.022,00</b>	<b>60.163.439,00</b>	<b>757.574,00</b>	<b>197.845.226,00</b>

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

## 11.2 Emprego e Renda

A percepção a respeito da produção da riqueza municipal por meio das informações sobre o PIB pode ser mais bem entendida através da visualização da distribuição setorial do emprego. Por meio dela observam-se quais as principais atividades estabelecidas no interior de cada um dos setores que adicionam valor ao Produto final bem como a capacidade de cada uma delas na geração de emprego.

Os dados apresentados e discutido a seguir são da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No nível municipal, a RAIS apresenta-se como a principal fonte de informações sobre o comportamento do mercado de trabalho e, portanto, para muitos aspectos do funcionamento da economia. A informação, no entanto, apresenta relativa limitação uma vez que diz respeito apenas aos empregados da do mercado de trabalho formal não contemplando assim uma expressiva parcela de trabalhadores ocupados em atividades informais.

Para a análise foram utilizados dados do período 2007 – 2015 (último ano disponibilizado) tanto para Juatuba como para toda a RMBH.

O Quadro a seguir apresenta as distribuições percentuais de emprego por Grandes Setores nos anos 2007, 2011 e 2015. A última linha – Valor Absoluto

– apresenta o número total de empregados na economia formal tanto em Juatuba como na RMBH.

**Quadro 30: Distribuição setorial (%) da mão de obra formal empregada. Juatuba, RMBH. 2007, 2011, 2015.**

Grande Setor	2007		2011		2015	
	Juatuba	RMBH	Juatuba	RMBH	Juatuba	RMBH
Indústria	50,24%	14,95%	54,87%	14,37%	42,90%	13,84%
Construção						
Civil	1,67%	7,57%	2,01%	8,75%	2,26%	7,79%
Comércio	7,95%	14,70%	9,92%	15,65%	11,75%	17,66%
Serviços	37,23%	62,08%	30,75%	60,76%	40,77%	60,14%
Agropecuária	2,93%	0,71%	2,44%	0,46%	2,31%	0,57%
Valor Absoluto	4.443	1.665.625	5.857	1.962.763	6.144	1.794.120
Variação percentual 2007 -2015					38,28%	7,71%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.**

Como se percebe, há em Juatuba significativo aumento no número de empregados formais no município – 38,28%. Em termos absolutos os principais acréscimos se dão no setor de serviços, passando de 1654 para 2505 vínculos ativos no período, e o industrial que sai 2232 para 2636 postos de trabalho.

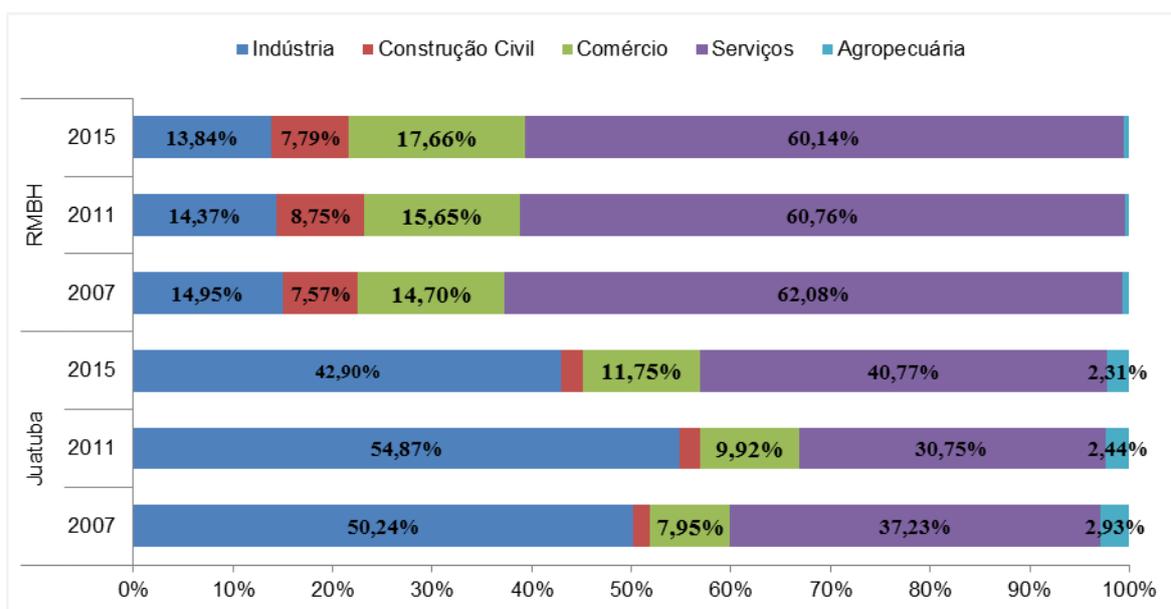
Nesses termos, a Indústria perde participação percentual em termos de geração de emprego cedendo espaço para os setores de Serviço e Comércio. A Agropecuária, por sua vez, percebe queda em termos percentuais, mas aumento em valores absolutos saindo de 130 vínculos em 2007 para 142 em 2015.

Em termos agregados para a RMBH, a distribuição percentual do emprego mostra-se praticamente uniforme ao longo do período. Sublinha-se que apesar de ocorrer variação positiva no número de empregados entre 2007 e 2015, em período mais recente o movimento é de queda. Conforme apontado no Quadro anterior, em 2011 a RMBH contava com 1.962.763 vínculos ativos nos diferentes setores, valor que passa para 1.794.120 em 2015, ou seja, variação

percentual de -8,59%. A questão do emprego formal e, por conseguinte da segurança dos trabalhadores em termos previdenciários demonstra-se como ponto de atenção especial a ser levado em conta na formulação das políticas públicas de planejamento no território metropolitano.

O setor de Serviços apresenta-se como o de maior participação percentual na geração de empregos e é seguido do Comércio. Em 2015 ambos respondiam por aproximadamente 78% do número de vínculos ativos. A Indústria, seguida pela Construção Civil, compõem os demais 22%. Na RMBH como um todo o setor Agropecuário tem participação percentual bastante baixa, igual a 0,57% em 2015, conforme aponta a Figura abaixo.

**Figura 55: Distribuição setorial (%) do emprego formal. Juatuba, RMBH. 2007, 2011 e 2015.**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.**

A decomposição dos Grandes Setores permite visualizar quais atividades no interior de cada um deles é a responsável pelos maiores ou menores vínculos ativos tanto para Juatuba como para a RMBH. Os Quadros a seguir apresentam para tais informações. Os dados foram reunidos para o período

que vai de 2005 a 2015, de modo a mapear os movimentos atuais de empregabilidade na localidade. As atividades aparecem listadas em termos decrescentes segundo o volume de mão de obra empregada no último ano analisado.

**Quadro 31: Número de empregados formais segundo classificação de atividades.**  
**Juatuba. 2005 - 2015.**

Classificação das Atividades	Ano						Variação 2015 - 2005
	2015	2013	2011	2009	2007	2005	
Material de Transporte	1242	1986	1739	1104	1053	864	43,75%
Administração Pública	1109	985	986	934	811	800	38,63%
Transporte e Comunicações	957	552	426	310	195	130	636,15%
Comércio Varejista	717	677	581	371	339	253	183,40%
Alimentos e Bebidas	608	645	670	603	629	539	12,80%
Indústria Química	587	612	488	331	306	263	123,19%
AlojComunic	240	222	180	134	98	73	228,77%
Agricultura	142	127	143	108	130	169	-15,98%
Construção Civil	139	153	118	142	74	94	47,87%
Indústria Metalúrgica	94	196	141	75	106	136	-30,88%
Adm Técnica Profissional	86	103	98	562	430	1315	-93,46%
Ensino	62	62	80	84	107	99	-37,37%
Madeira e Mobiliário	45	65	95	48	21	19	136,84%
Instituição Financeira	31	21	20	11	10	10	210,00%
Serviço Utilidade Pública	24	12	24	33	15	60	-60,00%
Médicos Odontológicos Vet	20	19	11	7	3	3	566,67%
Prod. Mineral Não Metálico	19	14	18	15	16	18	5,56%
Indústria Mecânica	15	5	38	53	43	0	-
Comércio Atacadista	5	1	0	13	14	17	-70,59%
Elétrico e Comunic	2	1	0	0	0	0	-
Extrativa Mineral	0	0	0	0	40	51	-100,00%
Papel e Gráf	0	0	1	1	1	2	-100,00%
Borracha, Fumo, Couros	0	0	0	3	2	15	-100,00%
<b>Total</b>	<b>6144</b>	<b>6463</b>	<b>5857</b>	<b>4942</b>	<b>4443</b>	<b>4930</b>	<b>24,62%</b>

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

Para Juatuba, as atividades ligadas a Material de Transporte – inserida no setor secundário - são aquela que assume o maior número de vínculos, semelhantemente à RMBH. Segue-se a ela a Administração Pública e Transporte e Comunicações.

Em termos de variações percentuais positivas destacam-se as seguintes categorias:

1. Transporte e Comunicações: 636,15%

2. Médicos Odontológicos e Vet: 566,67%
3. AlojComunic: 228,77%;
4. Instituição Financeira: 210%;
5. Comércio Varejista: 183,4%.

Ressalta-se que a segunda e a quarta, apesar do expressivo acréscimo percentual, tem muito baixa expressão em termos absolutos no volume de mão de obra empregada. Transporte e Comunicações e Comércio Varejista, por sua vez, tem expressivo peso na oferta de postos de trabalho.

Em termos de variações percentuais negativas, destacam-se as seguintes atividades:

1. Extrativa Mineral: -100%;
2. Adm. Técnica Profissional: -93,46%
3. Comércio Atacadista: -70,59%;

Entre elas, chama atenção segunda que em 2005 possuía 1315 vínculos ativos e em 2015 passa a apresentar apenas 86. Parte dessa mão de obra possivelmente é absorvida pelos outros setores que passam por crescimento, tendo em vista que de forma geral a trajetória do número de empregos formais ofertados na localidade é crescente.

Em relação à RMBH percebe-se que a Administração Pública é também a maior empregadora. Comércio Varejista e Construção Civil também são fontes importantes de geração de empregos formais para a Região. Para a RMBH apresentam as maiores variações positivas as seguintes atividades:

1. Extrativa Mineral: 79,36%;
2. Ensino: 78,10%;
3. Comércio Atacadista: 71,88%;
4. Indústria Mecânica: 68,95%;
5. Material de Transporte: 58,12%.

Em termos de redução, as quedas percentuais mais expressivas mostram-se para as seguintes classificações:

1. Indústria Calçados: -52,18%;
2. Indústria Têxtil: -37,56%;
3. Administração Pública: -11,79%;
4. Indústria Metalúrgica: -6,33%
5. Serviço Utilidade Pública: -0,26%.

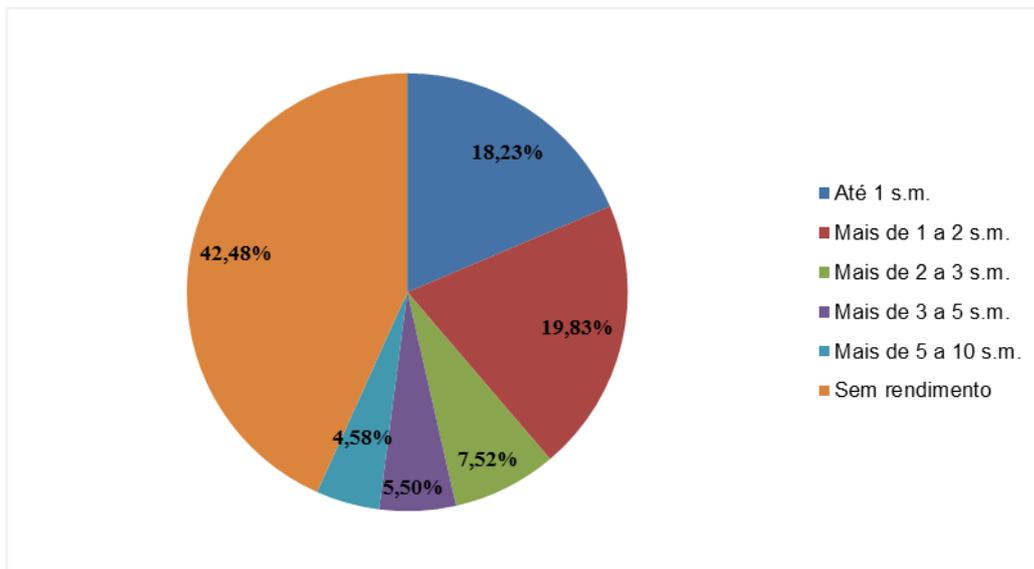
**Quadro 32: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. RMBH.  
2005 - 2015.**

Classificação das Atividades	Ano						Variação 2015 - 2005
	2015	2013	2011	2009	2007	2005	
Administração Pública	335.235	408.229	426.003	421.018	428.370	380.045	-11,79%
Adm Técnica Profissional	273.006	314.859	292.676	255.231	227.416	182.059	49,95%
Comércio Varejista	249.358	256.749	242.882	213.702	196.244	174.453	42,94%
AlojComunic	177.748	176.289	194.292	176.711	157.288	157.093	13,15%
Construção Civil	139.761	171.528	171.759	154.001	126.144	102.378	36,51%
Transporte e Comunicações	118.333	123.424	121.808	103.373	93.104	83.078	42,44%
Médicos Odontológicos Vet	78.076	74.554	68.835	63.419	56.278	56.674	37,76%
Comércio Atacadista	67.419	68.800	64.280	54.719	48.550	39.224	71,88%
Ensino	65.874	61.885	56.848	48.474	42.963	36.988	78,10%
Alimentos e Bebidas	41.639	40.415	36.035	37.950	34.702	28.374	46,75%
Material de Transporte	35.011	48.904	43.380	33.458	33.702	22.142	58,12%
Indústria Metalúrgica	33.010	40.125	43.601	38.785	40.674	35.242	-6,33%
Instituição Financeira	30.767	30.547	32.203	28.928	28.562	24.169	27,30%
Serviço Utilidade Pública	24.851	25.498	24.703	24.966	25.521	24.917	-0,26%
Indústria Mecânica	19.967	23.674	26.409	20.764	19.337	11.818	68,95%
Indústria Química	19.905	22.565	22.710	20.695	20.028	18.914	5,24%
Prod. Mineral Não Metálico	14.293	15.974	15.871	13.856	12.682	12.013	18,98%
Extrativa Mineral	13.723	18.015	12.128	9.115	7.326	7.651	79,36%
Agricultura	10.158	10.538	9.034	9.562	11.762	9.598	5,83%
Indústria Têxtil	9.712	13.030	14.462	15.434	15.925	15.554	-37,56%
Elétrico e Comunic	9.647	11.486	11.049	9.247	8.796	7.431	29,82%
Papel e Gráf	9.533	11.103	11.658	11.516	11.124	9.170	3,96%
Borracha, Fumo, Couros	8.438	9.248	8.411	8.209	8.039	7.738	9,05%
Madeira e Mobiliário	7.745	9.637	10.178	9.541	9.152	6.933	11,71%
Indústria Calçados	911	1.366	1.548	1.454	1.936	1.905	-52,18%
<b>Total</b>	<b>1.794.120</b>	<b>1.988.442</b>	<b>1.962.763</b>	<b>1.784.128</b>	<b>1.665.625</b>	<b>1.455.561</b>	<b>23,26%</b>

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

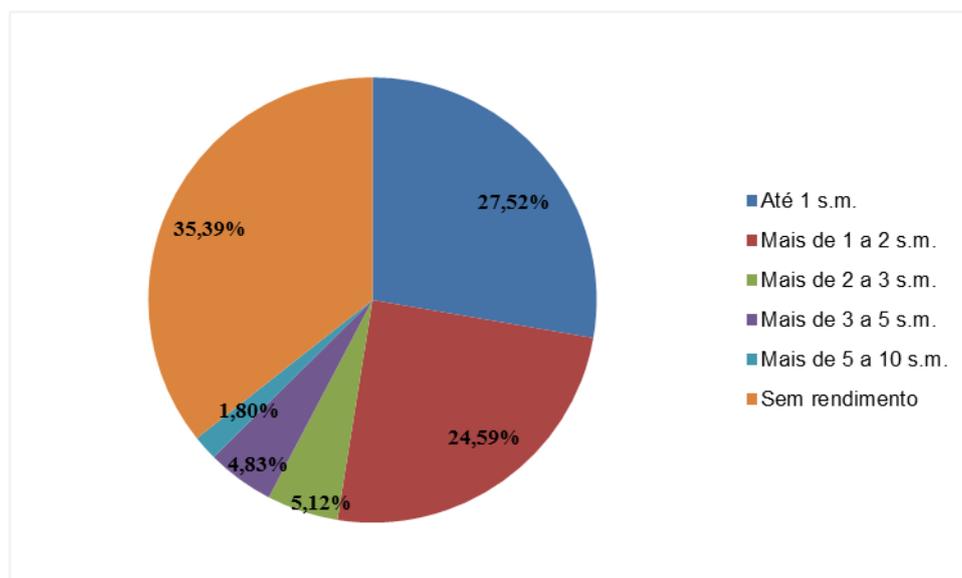
As reconfigurações no mercado de trabalho pela qual passam tanto Juatuba como a RMBH acabam por resultar conseqüentemente em alterações no perfil da remuneração da população residente. As Figuras abaixo apresentam a distribuição da população por faixas de rendimento no município. Os dados apresentados referem-se aos anos 2000 e 2010 e foram extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Levam-se aqui em conta todas as pessoas com 10 anos ou mais com rendimentos.

**Figura 56: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Juatuba. 2000.**



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

**Figura 57: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Juatuba. 2010.**

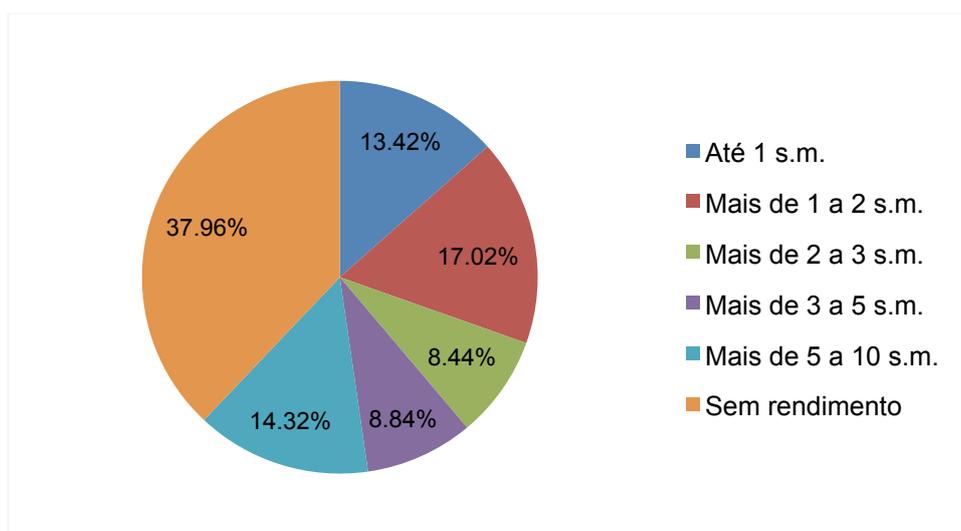


Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

Como se percebe, no período analisado há significativo aumento da população com recebimento até 2 salários mínimos, faixa que responde em 2010 por mais de 52% dos residentes no municípios. A outra grande parcela encontra-se na categoria sem rendimentos, a qual, no entanto, diminui no período destacado. Uma vez que todas as demais faixas acima de 2 s.m. também passam por redução percentual no período, percebe-se que a entrada das pessoas em atividades geradoras de renda se dá pelos níveis de menores de rendimento. A caracterização recente do mercado formal de trabalho apontada acima, ainda que marcada pelo aumento dos postos de emprego, demonstra que as atividades que absorveram mão de obra estavam concentradas em nichos de menor especialização/remuneração.

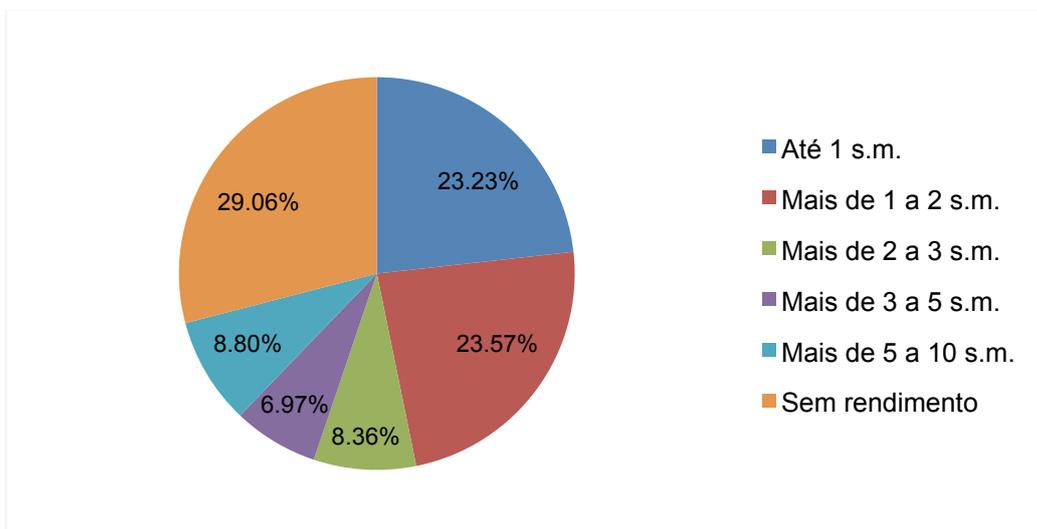
De modo geral, na RMBH a realidade é semelhante à de Juatuba. Percebe-se, no entanto, que em 2000 a distribuição da população entre das faixas de rendimento mostrava-se mais equânime na Região como um todo que em relação ao município. Em 2010, a mudança mostra-se então mais abrupta concentrando fortemente a população metropolitana em níveis de remuneração mais baixos.

**Figura 58: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2000.**



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

**Figura 59: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2010.**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

O Quadro a seguir apresenta as informações em valores absolutos para ambas as unidades geográficas. Conforme se percebe, a queda de participação percentual das pessoas com menores remunerações não se dá unicamente pelo aumento da população ao longo do tempo que ocupa espaços de rendimentos menores, mas também pela perda absoluta de pessoas nos níveis mais elevados.

**Quadro 33: Pessoas com 10 anos ou mais por faixa de rendimento nominal e variação percentual. 2000, 2010. Juatuba e RMBH.**

Faixa de Rendimento	2000		2010		Variação Juatuba	Variação RMBH
	Juatuba	RMBH	Juatuba	RMBH		
Até 1s.m.	2.351	531.371	5.143	1.090.809	118,76%	105,28%
Mais de 1 a 2 s.m.	2.557	674.006	4.595	1.106.743	79,70%	64,20%
Mais de 2 a 3 s.m.	970	334.238	957	392.570	-1,34%	17,45%
Mais de 3 a 5 s.m.	709	350.278	903	327.428	27,36%	-6,52%
Mais de 5 a 10 s.m.	590	326.799	336	251.041	-43,05%	-23,18%
Mais de 10 a 20 s.m.	184	150.000	100	104.903	-45,65%	-30,06%
Mais de 20 s.m.	56	90.286	41	57.347	-26,79%	-36,48%
Sem rendimento	5.478	1.503.620	6.615	1.364.442	20,76%	-9,26%
Valor absoluto	12.894	3.960.598	18.690	4.695.283	44,95%	18,55%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

Quanto maior a faixa de rendimento maior também a redução da população nela encontrada. No outro extremo, quanto menor a faixa maior o acréscimo populacional. Enquanto a variação da população analisada no período é de 44,95% e 18,55% para Juatuba e para a RMBH respectivamente, os aumentos na faixa de pessoas que percebem rendimentos de até 1s.m. são de 118,76% e 105,28%. Por outro lado, enquanto a queda no número de pessoas com rendimentos acima de 5 salários mínimos é em média de 38% para o município, para a RM tal patamar é de apenas 23%.

Tal cenário ajuda a compreender de forma preliminar o modo como a renda é distribuída nas unidades geográficas bem como a vulnerabilidade da população em termos monetários. Os indicadores apontados a seguir contribuem para um melhor entendimento desse quadro.

### **11.3 Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade**

Para a análise das condições ligadas às condições de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade são utilizados os indicadores calculados através do Atlas de Desenvolvimento Humano – ADH para os anos 2000 e 2010<sup>29</sup>.

No escopo da presente análise preliminar foram elencados 05 indicadores ligados à temática econômica. São eles:

- 1. Índice de Gini (GINI):** Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade a 1, quando a desigualdade é máxima.
- 2. Razão 10 por 40 (R1040):** Compara a renda per capita média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico dessa distribuição com a renda per capita média dos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobres.
- 3. Percentual de extremamente pobres (PIND):** Igual à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010.
- 4. Percentual de vulneráveis à pobreza (PPOB):** Igual à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data.
- 5. Renda per capita do 1 quinto mais pobre (CORTE 1):** Igual ao valor máximo da renda domiciliar per capita dos indivíduos

---

<sup>29</sup> O Atlas caracteriza-se como: “Uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 20 Regiões Metropolitanas (RM) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. A ferramenta oferece um panorama do desenvolvimento humano e da desigualdade interna dos municípios, estados e regiões metropolitanas”.

pertencentes ao quinto mais pobre de determinada distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.

**6. Renda per capita do décimo mais rico (CORTE 9):** Igual ao valor mínimo da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico de determinada distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.

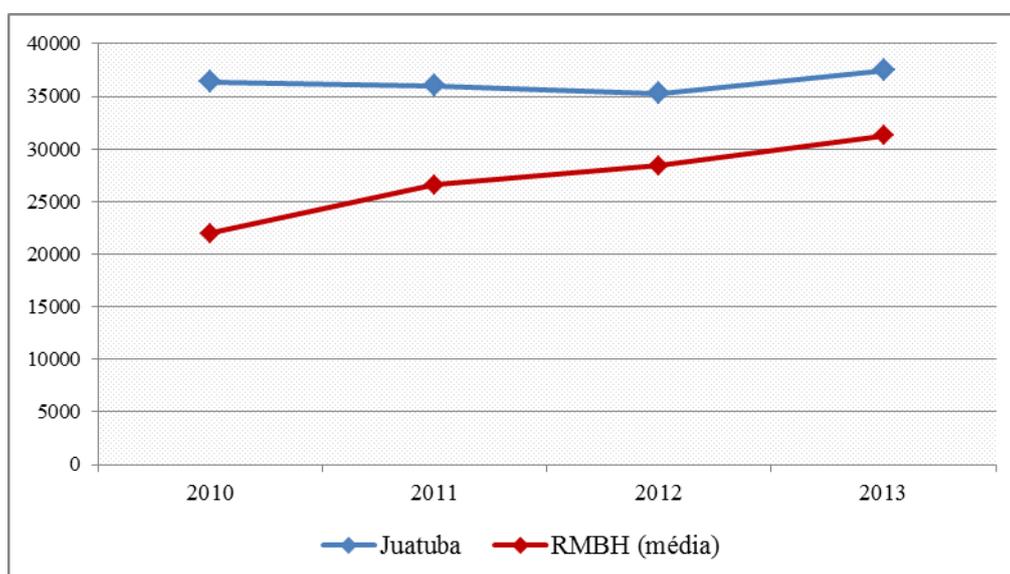
Os dados são apresentados de modo comparativo entre Juatuba, a RMBH e o Brasil.

Anterior, porém à exposição dos indicadores apontam-se a seguir os dados relativos ao PIB per capita de Juatuba bem como da Região Metropolitana. Tal informação fornece uma primeira aproximação a respeito da distribuição da riqueza em determinado território.

De maneira geral percebe-se uma trajetória ascendente dos valores relativos ao PIB per capita tanto no município de Juatuba como na RMBH, conforme ilustrado pela Figura abaixo.

Como se vê os valores municipais (linha azul) encontram-se mais elevados que da média metropolitana (linha vermelha), ainda que apresente variação percentual e taxa de crescimento bastante singelas no período. Enquanto o PIB per capita de Juatuba passa de R\$ 36.382,36 em 2010 para R\$ 37.475,56 em 2013 - variação percentual de 3% e taxa de crescimento anual de 0,99% - o PIB per capita da RMBH parte de 22.000,67 para 31.273,43 – variação percentual de 42,15% e taxa de crescimento anual de 12,44%.

**Figura 60: Evolução do PIB per capita. 2010-2013. Juatuba e RMBH.**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

**Quadro 34: PIB per capita, variação percentual e taxa de crescimento anual. 2010 - 2013. Juatuba e RMBH.**

Ano	PIB per capita	
	Juatuba	RMBH (média)
2010	36.382,36	22.000,67
2011	36.027,19	26.573,73
2012	35.266,55	28.400,36
2013	37.475,56	31.273,41
Variação percentual	3,00%	42,15%
Taxa de crescimento anual	0,99%	12,44%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

A divisão do PIB total pelo número de habitantes, no entanto, não indica em termos reais a estrutura de distribuição de renda de determinada localidade, podendo ocorrer de uma unidade geográfica possuir maior PIB per capita que outra, mas padrões de desigualdade mais elevados.

De forma geral, os índices calculados pelo ADH revelam uma realidade virtuosa no que diz respeito à diminuição das condições de pobreza,

vulnerabilidade e desigualdade no município de Juatuba. Assim, apesar do incremento de indivíduos nas menores faixas de recebimento como visto no item anterior, tal movimento não se reflete necessariamente em maiores condições ou propensões de miséria e concentração de renda.

Em verdade, o que se tem é uma realidade na qual existe de fato maior distribuição de renda, porém com rendimentos individuais equalizados a um nível cada vez mais baixo. Tal cenário apresenta implicações diretas com as políticas de desenvolvimento urbano uma vez que a oportunidade de geração de renda e o volume dela recebido influenciam de modo agudo nas possibilidades de ocupação do solo das famílias residentes, em seus padrões de deslocamento, acesso a equipamentos públicos e serviços privados, dentre outras questões.

**Quadro 35: Índices de GINI, R1040, PIND, PPOB, Corte 1 e Corte 9 - Atlas do Desenvolvimento Humano. 2000, 2010. Juatuba, RMBH e Brasil.**

Índice	2000			2010		
	Juatuba	RMBH	Brasil	Juatuba	RMBH	Brasil
Gini	0,53	0,61	0,64	0,47	0,59	0,60
R1040	15,69	24,21	30,31	10,46	20,13	22,78
PIND	10,85%	3,92%	12,48%	2,93%	1,25%	6,62%
PPOB	54,43%	36,07%	48,39%	36,07%	19,33%	32,56%
Corte1	105,41	162,30	98,26	185,00	263,75	170,00
Corte9	741,79	1.708,08	1.268,86	1.000,00	2.166,67	1.533,50

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do ADH.**

Juatuba se destaca no cenário comparativo tendo em vista as outras unidades geográficas apresentadas. O município apresenta redução tanto no índice de GINI como na Razão 10 por 40 demonstrando queda na concentração de recursos locais. Como apontado logo acima essa melhor distribuição acontece, no entanto, através de uma ampliação das bases de menor remuneração.

Em relação ao Brasil e a RMBH percebe-se que a localidade apresenta os menores valores de ambos os índices. Ainda que em ritmo decrescente, chama atenção o alto valor da R1040, igual a 10,46 em 2010. A renda média *per*

*capita* dos 10% mais ricos é assim mais que 10 vezes maior que a dos 40% mais pobres. Para a RMBH e o País tal realidade é ainda mais expressiva, com valores iguais respectivamente a 20,13 e 22,78. O índice de Gini, consideravelmente baixo no município, aponta que o dinamismo econômico da localidade em termos da geração de riqueza monetária e volume de empregos formais não se traduzem necessariamente em uma desigualdade profunda em sua população.

A respeito do PIND (percentual de extremamente pobres), percebe-se significativa redução entre 2000 e 2010. Nesse último ano 2,93% da população de Juatuba é caracterizada como extremamente pobre, movimento de aguda queda pelo qual também passam a RMBH e o Brasil – percentuais respectivamente iguais a 1,25% e 6,62% em 2010. Apesar desse cenário, há ainda elevada propensão à pobreza na localidade. Embora se observe significativa diminuição desse percentual entre 2000 e 2010, o valor de Juatuba mostra-se bastante superior ao da RMBH – 36,07% contra 19,33% em 2010. Essa vulnerabilidade demonstra a necessidade de atenção à formulação de políticas territoriais no município que consigam traduzir-se em oportunidades de geração de renda e segurança monetária.

Por fim, os CORTE1 e CORTE9 demonstram que há melhora relativa no que concerne à distribuição dos rendimentos percebidos entre os mais pobres e os mais ricos. Se, em 2000, o rendimento médio máximo per capita do 1/5 mais pobre correspondia a 14% do rendimento médio mínimo per capita do 1/10 mais rico, tal percentual sobre para 19% em 2010. A diferença absoluta nominal, no entanto, é elevada. Enquanto em 2000 o resultado da subtração do CORTE9 pelo CORTE1 era igual a R\$ 636,38, em 2010 tal valor sobre para R\$ 815,00. Apesar dessa piora em termos locais, sublinha-se que a diferenciação de renda no município tanto em termos relativos quanto absolutos é expressivamente melhor se comparadas aos valores da RMBH (12% e R\$ 1902,92 em 2010) e do Brasil (11% e R\$ 1.363,50 em 2010).

#### **11.4 Finanças Públicas**

O conjunto de informações relativo às finanças públicas municipais tem o objetivo de auxiliar os administradores públicos na condução de assuntos em observância da responsabilidade fiscal na gestão, bem como permitir uma avaliação mais detalhada da condição fiscal de seu município. Desse modo, serão analisados o Orçamento Geral do município, contendo a Receita e Despesa Orçamentárias, e as principais transferências governamentais, que compõem boa parte das receitas em municípios pequenos, que são o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS).

No que tange ao Orçamento Geral do município de Juatuba, houve um aumento constante da Receita Orçamentária prevista pelo Instrumento de Planejamento entre 2013 e 2015, sendo que entre 2015 e 2016, o aumento chegou a ser maior que o dobro, no valor de R\$112.097.900,00. Porém, houve uma redução em 2017, para o valor de R\$ 110.550.540,00. A Receita Orçamentária trata dos valores constantes do orçamento, caracterizada conforme o art. 11, da Lei Nº 4.320/64, dispostos na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Por sua vez, a Receita Líquida Corrente dispõe sobre aquelas receitas que se esgotam dentro do período anual, como é o caso das receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes. Para o município de Juatuba, observa-se que houve um aumento da Receita Corrente Líquida, de 2013 a 2015 num valor de R\$ 8.469.344,37.

Contudo, o valor empenhado da Despesa Executada, ou seja, o valor do crédito orçamentário ou adicional utilizado para fazer face ao compromisso assumido no mesmo exercício, também sofreu um forte aumento no período entre 2013 a 2015, de R\$ 18.767.262,74. Assim, desde 2014, a Despesa Executada atinge valor superior à Receita Corrente Líquida. Os dados referentes ao período de 2016 não foram disponibilizados pelo Portal. O

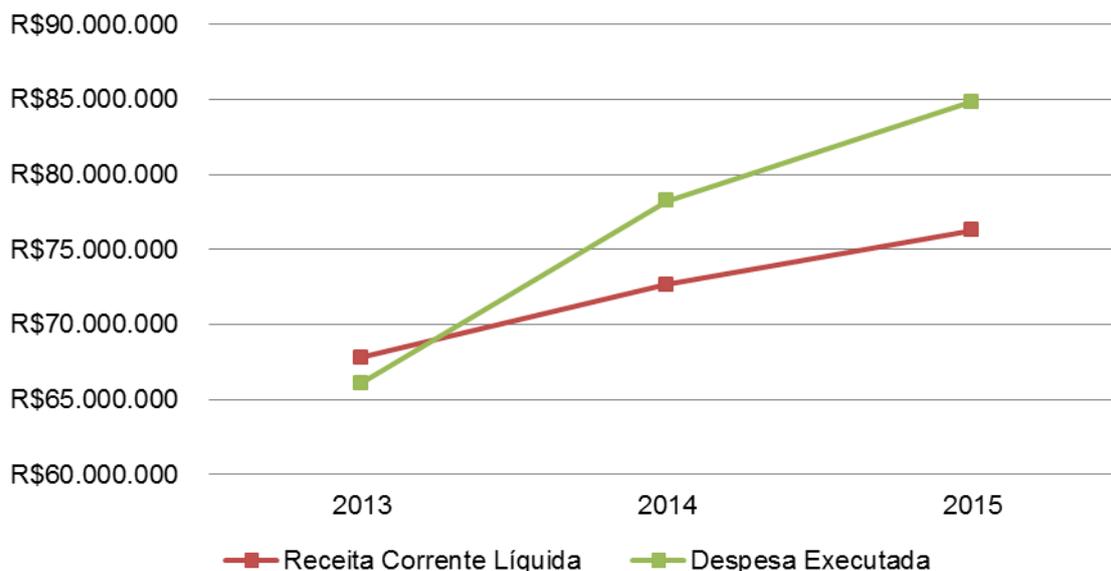
Quadro e a Figura abaixo apresentam os valores Orçamentários mais recentes referentes ao município de Juatuba.

**Quadro 36: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2017), Juatuba**

Ano	Receita Orçamentária	Receita Corrente Líquida	Despesa Executada
2013	R\$ 69.000.000,00	R\$ 67.810.600,84	R\$ 66.097.131,35
2014	R\$ 93.934.900,00	R\$ 72.670.631,65	R\$ 78.239.231,92
2015	R\$ 96.053.900,00	R\$ 76.279.945,21	R\$ 84.864.394,09
2016	R\$ 208.151.800,00	-	-
2017	R\$ 110.550.540,00	-	-

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE.

**Figura 61: Evolução da Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2016), Juatuba**

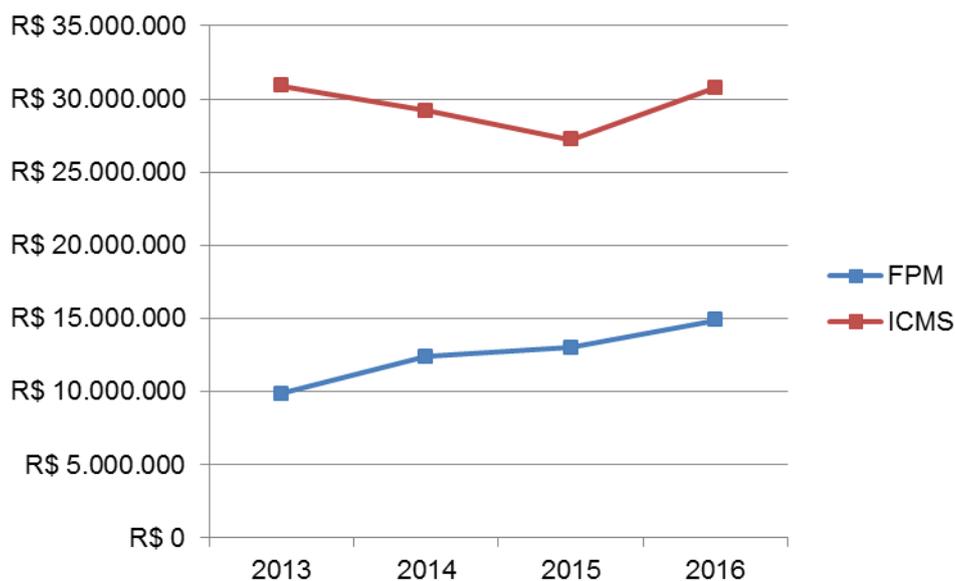


Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE.

Um dos principais elementos que compõem a Receita Orçamentária de municípios de pequeno e médio porte são as Transferências Governamentais. Segundo dados disponibilizados pelo Portal das Transferências dos Municípios de Minas Gerais, o município de Juatuba obteve, de janeiro a dezembro do ano de 2016, uma transferência de R\$ 14.881.177,80 para o Fundo de Participação

dos Municípios (FPM). Por sua vez, os dados sobre a Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS) revelaram que, embora o valor das transferências tivesse reduzido entre 2013-2015, em 2016, este atingiu os patamares de 2013, de modo que de janeiro a dezembro de 2016, o município de Juatuba recebeu o acumulado de R\$ 30.789.900,06. Vale dizer que, dentre os demais municípios da RMBH, Juatuba é um dos poucos no qual as transferências relativas ao ICMS superam o FPM: no caso de Juatuba, o ICMS equivale a 2 vezes o valor do FPM, em 2016 - esse multiplicador atingiu o valor de 3 no ano de 2013. A Figura abaixo apresenta a evolução das transferências do FPM e do ICMS desde 2013, data de início de divulgação das informações.

**Figura 62: Evolução das Transferências Municipais do FPM e ICMS (2013-2016), Juatuba**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017a partir de dados do Tesouro Nacional, do Tribunal de Contas da União e do Banco do Brasil, sistematizados e disponibilizados pela Associação dos Municípios Mineiros – AMM.**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FJP - Fundação João Pinheiro, INEP-MEC. Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, disponível em <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Home/IMRS>.

Fundação João Pinheiro – FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, disponível em [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/o\\_atlas/](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas/), data de acesso: 03/04/2017

IBGE, Cidades. Juatuba, 2017. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/>, acesso em março 2017.

IBGE. Censo demográfico 1991. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default\\_censo1991.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm)

IBGE. Censo demográfico 2000. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm)

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>, data de acesso: 03/04/2017

IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Volume 24. Municípios do Estado de Minas Gerais. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_24.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_24.pdf), acesso em 20/04/2017.

IBGE. Estimativa da população, 2016. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/default.shtm>

IBGE. Pesquisa de informações básicas municipais – MUNIC, módulo Cultura, 2014. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura\\_2014/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm) acesso em 01/03/2017.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Atlas da Vulnerabilidade social, 2010. Disponível em

[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26118](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26118), data de acesso: 03/04/2017

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP-MEC, <http://portal.inep.gov.br/inep-data>, data de acesso: 03/04/2017

Ministério da Cultura / Sistema Nacional de Cultura - Guia de orientação para os municípios, 2012.

Ministério da Cultura. ADESÕES AO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. 2016. Disponível em [http://www.cultura.gov.br/documents/1305219/1406427/ADES%C3%95ES+COMPIADAS+\\_04.2017.pdf/073c2517-4ea6-43db-8b1f-6f31d8248e41](http://www.cultura.gov.br/documents/1305219/1406427/ADES%C3%95ES+COMPIADAS+_04.2017.pdf/073c2517-4ea6-43db-8b1f-6f31d8248e41)

Ministério da Cultura. Mapa da cultura. 2017. Disponível em <http://mapas.cultura.gov.br/>, acesso em 01/03/2017

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Boletim O Brasil sem Miséria no seu Município, Juatuba, 2016.

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA. Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município, Juatuba, março de 2017

Ministério do Desenvolvimento Social, MDS, CadÚnico, disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, data de acesso: 03/04/2017

Prefeitura Municipal de Juatuba. Dados disponíveis no site <http://juatuba.mg.gov.br/>. Acesso em março de 2017.

Prefeitura Municipal de Juatuba. Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2014/ 2016. Disponível em <http://juatuba.mg.gov.br/>, Acesso em março de 2017.

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, TCE MG. Fiscalizando com o TCE, Minas Transparente – TCE MG, disponível em <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>

UFMG. LUMEs. Mapeamento da identidade cultural da RMBH. Pesquisa de campo 2015. Disponível em [WWW.rmbh.org.br](http://WWW.rmbh.org.br).

UFMG. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH - PDDI, Volume 1, 2011.

Processo de Revisão  
**planoDiretor**  
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH



AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO  
DA REGIÃO METROPOLITANA  
DE BELO HORIZONTE

